



Relatório Anual

2017



SUMÁRIO

PARTE 1: ABERTURA.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	3
2. MENSAGEM DA ENTIDADE.....	3
3. FATOS RELEVANTES DE 2017.....	4
PARTE 2: INSTITUCIONAL.....	5
4. EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PARTICIPANTES.....	5
5. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	6
PARTE 3: PREVIDÊNCIA.....	9
6. PLANOS DE BENEFÍCIOS.....	9
PARTE 4: INVESTIMENTOS.....	14
7. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	14
8. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS.....	19
PARTE 5: RESULTADOS.....	29
9. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO.....	29
9.1. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS	30
9.2. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS.....	36
9.3. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL.....	42
9.4. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	43
9.5. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	44
10. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	50
PARTE 6: PARECERES.....	80
11. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	80
12. PARECER ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - PLANO CEMAT BD I.....	83
13. PARECER ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - PLANO CEMAT OP.....	91
14. PARECER ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - PLANO ELÉTRICAS BD I.....	97
15. PARECER ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - PLANO ELÉTRICAS OP.....	104
16. PARECER ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - PLANO ENERGISA.....	110
17. PARECER ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - PLANO RISCO.....	115
18. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	124
19. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	126



PARTE 1: ABERTURA

1. INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva da EnergisaPrev – Fundação Energisa de Previdência, em cumprimento às disposições estatutárias, apresenta o Relatório Anual de Informações relativo ao exercício de 2017, acompanhado do Balanço Patrimonial e respectivas demonstrações contábeis e financeiras, bem como dos pareceres do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Atuário e Auditores Independentes.

Na oportunidade, e, em nome de toda a equipe da EnergisaPrev, externamos os nossos agradecimentos a todos pela confiança depositada nesta administração, em especial ao apoio dos Patrocinadores e dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal da Fundação, além dos membros do Comitê de Investimentos, que contribuíram de forma decisiva na tarefa de fazer da EnergisaPrev uma instituição cada vez mais saudável e em condições de cumprir sua missão.

2. MENSAGEM DA ENTIDADE

Todo final de ano, aproveitamos a oportunidade para registrar os eventos ocorridos e as conquistas alcançadas durante o exercício findo.

Mais uma vez, como em todos os anos anteriores, 2017 foi marcado, principalmente, pelo empenho, dedicação, responsabilidade e profissionalismo de nossos colaboradores, membros dos Conselhos Fiscal/Deliberativo e Comitê de Investimentos.

Desde a sua constituição, em 2004, todos os anos, a EnergisaPrev teve de enfrentar grandes desafios, a começar por suas contínuas mudanças de estrutura e dinâmica, bem como aquelas referentes a suas patrocinadoras.

Pelo sucesso até aqui alcançado, o ano de 2018 anuncia uma solidez institucional ainda maior da EnergisaPrev, com novas conquistas, decorrentes do que se plantou e investiu neste ano que se encerrou.

Nossa equipe está preparada e ciente da sua responsabilidade e do seu papel na continuidade e manutenção dessa trajetória de sucesso.

Parabéns a todos os que contribuem para tornar a EnergisaPrev cada vez mais forte e sólida. Assim é que se trabalha numa empresa séria e transparente. Assim é que se constrói um futuro ainda melhor.

Que venha 2018! Estamos prontos para receber e administrar, com dedicação e compromisso, os 16 planos de benefícios previdenciários.

Esta é a nossa missão. Esta é a nossa contribuição para a construção de um Brasil melhor! Vamos em frente!

3. FATOS RELEVANTES DE 2017

Incorporação da Funasa e Enersul à EnergisaPrev

Em 2017, foi dado início à incorporação da Funasa - Fundação Saelpa de Seguridade Social e da Fundação Enersul e seus mais de 3000 participantes (no total, entre ativos, assistidos e pensionistas) pela EnergisaPrev. O processo foi aprovado pela Previc em abril de 2018.

Criação do Setor de Relacionamento

A entrada de novos participantes e a perspectiva de crescimento ainda maior da família EnergisaPrev levaram a Fundação a criar um novo setor para administrar exclusivamente o relacionamento aos participantes, tornando seu atendimento ainda mais eficiente. A colaboradora Vânia Barboza foi destacada para gerenciar a área, que conta com sete integrantes na equipe.

Novo escritório de representação em Minas Gerais

Com o crescimento da família EnergisaPrev e o objetivo de alcançar ainda mais participantes e colaboradores do Grupo Energisa, a Fundação inaugurou, em março, um novo escritório de representação em Cataguases (MG). Cabe lembrar que a EnergisaPrev, além da Sede em Bragança Paulista (SP), também tem representações em Cuiabá (MT) e Palmas (TO).

Novo Plano Energisa CD

A partir de maio de 2017, os colaboradores do Grupo Energisa que ainda não são participantes da EnergisaPrev, ou de outra entidade do grupo, passaram a ter a oportunidade de contar com o Plano Energisa. Estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), o Plano oferece a escolha de uma renda mensal em três formas de recebimento e a opção de contratação de cobertura adicional dos benefícios decorrentes de invalidez e morte.

Alteração nos Regulamentos dos Planos OP

A fim de evitar a necessidade de sucessivas alterações a cada mudança da taxa de juros ou da expectativa de vida dos assistidos, a tabela de fatores atuarias para a conversão do saldo individual em renda mensal vitalícia foi excluída dos regulamentos dos Planos Elétricas-OP e Cemat-OP. Em lugar de prever os fatores expressamente, o regulamento passou a remeter à tabela de conversão elaborada pelo atuário responsável, aprovada pelo Conselho Deliberativo da EnergisaPrev.

Cemat-OP: nova oportunidade de conversão de RMV para RMF

Novamente, os Assistidos do Plano Cemat-OP que entraram em gozo de benefício até 26 de novembro de 2009 tiveram a oportunidade de realizar a conversão de sua Renda Mensal Vitalícia (RMV) em Renda Mensal Financeira (RMF). De outubro a dezembro, uma extensa campanha foi realizada para auxiliar os Assistidos elegíveis para a mudança na sua escolha, o que incluiu a criação de um hot site e a realização de palestra.

Transferência de plano da BB Previdência para a EnergisaPrev

O Plano de Benefícios EnergisaPrev, voltado aos colaboradores da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A, antes administrado pelo BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil, passou a ser gerido pela EnergisaPrev. A transferência de gestão do Plano foi aprovada pela Previc em dezembro de 2017. A Superintendência aprovou, também, as alterações no Regulamento do Plano transferido, que agora será denominado Plano de Benefícios Borborema.

Planos BDs e OPs encerram 2017 com rentabilidade acima da meta atuarial

Em 2017, os planos BDs e OPs administrados pela EnergisaPrev alcançaram rentabilidades superiores às suas respectivas metas atuariais no acumulado do ano. O bom resultado foi fruto da alocação segura e eficiente dos investimentos da Entidade, que conseguiu aproveitar oportunidades, apesar do cenário de redução da taxa de juros.

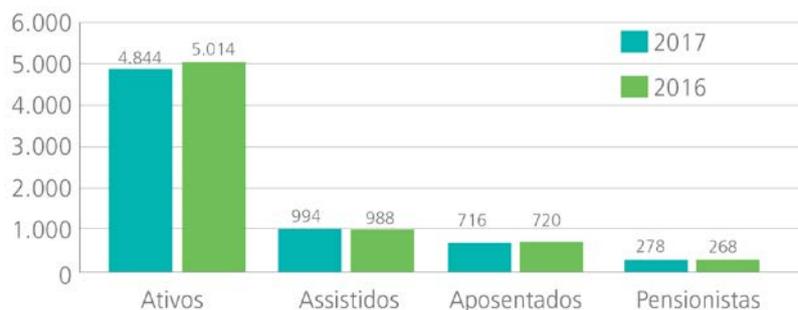


PARTE 2: INSTITUCIONAL

4. EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PARTICIPANTES

A EnergisaPrev encerrou o exercício de 2017 com um total de 5.838 participantes. Desse total, 994 são assistidos recebendo benefícios e 4.844s. A seguir apresentamos quadro demonstrativo do número de participantes:

PARTICIPANTES	2017	2016
ATIVOS	4.844	5.014
ASSISTIDOS	994	988
APOSENTADOS	716	720
PENSIONISTAS	278	268
TOTAL	5.838	6.002



5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EnergisaPrev é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos e multipatrocinada, cuja principal atividade consiste em instituir, administrar e executar planos de benefícios previdenciários, voltados para os empregados e dirigentes das empresas patrocinadoras.

ENERGISAPREV - FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA

CONSTITUIÇÃO: 24 de outubro de 2003, através da Portaria MPS/SPC Nº. 47.

CNPJ: 06.056.449/0001-58

O Estatuto da EnergisaPrev foi alterado em 26/07/2017 através da **Portaria Nº 739, de 24 de julho de 2017.**

Filiada:

Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP.

Sindicato Nacional de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – SINDAPP.

Localização da Sede:

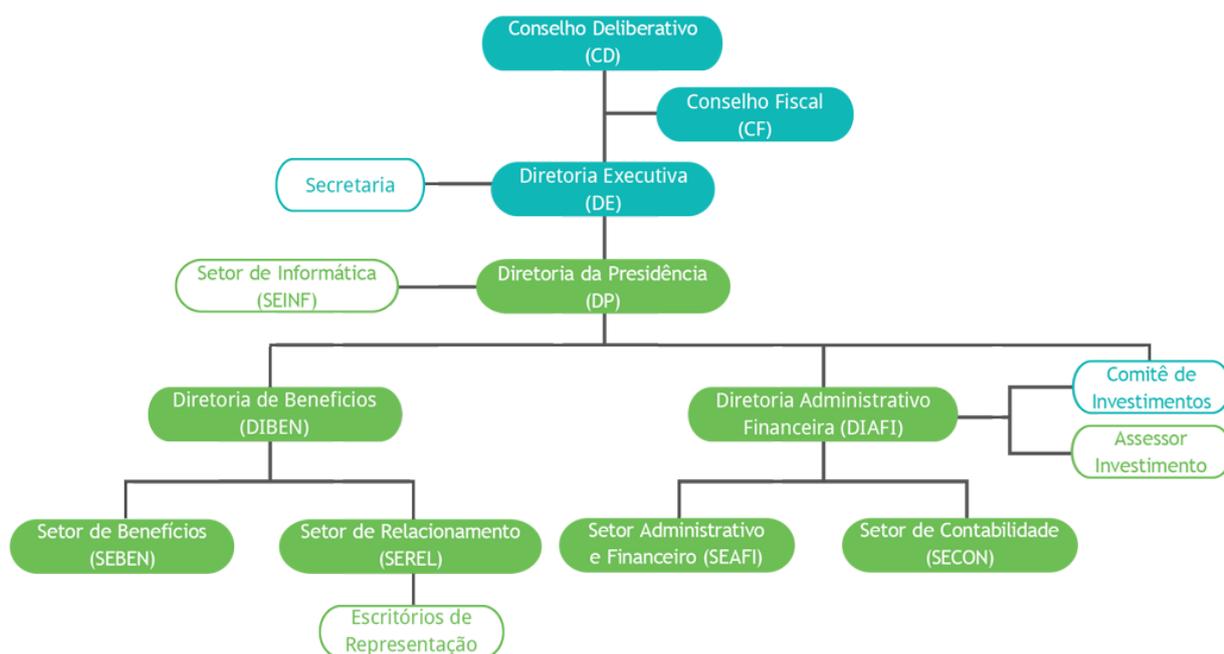
Rua Teixeira, 467 – Taboão - Bragança Paulista - SP – CEP: 12916-084 – Fone: (11) 4481-9600.

Localização dos Escritórios:

- Quadra 104 Norte, Rua NE 11, Lote 18, Conj.04, Sala 02, Plano Diretor Norte
Palmas / TO – CEP:77.006-030 - Fone: (63) 3219-5036.
- Av.General Valle, 321, 7º Andar, Sala 706, Edifício Marechal Rondon, Bairro Bandeirantes
Cuiabá / MT – CEP: 78.010-020 - Fone: (65) 3624-7750.
- Praça Rui Barbosa, nº 170, Sala 302, Centro
Cataguases /MG – CEP: 36.770-034 - Fone: (32) 3422-2076.

5.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Estrutura Organizacional da EnergisaPrev, apresentada no organograma abaixo, privilegia a funcionalidade e a eficiência administrativa. O Conselho Deliberativo, instância que define e determina o caminho a ser trilhado pela administração, está no topo de uma pirâmide que cuida da execução das suas determinações (Presidência e demais setores administrativos) e da fiscalização desta execução (Conselho Fiscal).



5.2. CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da EnergisaPrev cabendo-lhe, principalmente, fixar os objetivos, diretrizes fundamentais e orientações gerais de organização, operação e administração.

O Conselho Deliberativo é composto por **5 (cinco)** membros efetivos e **3 (três)** suplentes, assegurado aos Participantes e Assistidos, no mínimo, 1/3 (um terço) das vagas, as quais serão preenchidas da seguinte forma:

I - 3 (três) membros efetivos e 1 (um) suplente, designados pelos Patrocinadores, observado o número de participantes e assistidos a eles vinculados, bem como o montante de seus respectivos patrimônios, conforme definido pelo Conselho Deliberativo;

II - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente escolhidos pela Comissão de Participantes, como representantes dos Participantes da ENERGISAPREV; e

III - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente escolhidos pela Comissão de Participantes, como representantes dos Assistidos da ENERGISAPREV.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ENERGISAPREV:

MEMBROS	CONDIÇÃO	REPRESENTAÇÃO	ESTATUTO
A - Efetivos			
1 - Luiz Augusto Mendonça	Membro Efetivo Presidente	Patrocinadores	Art. 24, Inc. I e § 4º
2 - Márcio José de Almeida Pires	Membro Efetivo Vice Presidente	Patrocinadores	Art. 24, Inc. I e § 4º
3 - Paulo Henrique Laranjeira da Silva	Membro Efetivo	Patrocinadores	Art. 24, Inc. I
4 - Dalessandro Luis Mafei	Membro Efetivo	Representante dos Participantes	Art. 24, Inc. II
5 - Arlindo Antonio Napolitano	Membro Efetivo	Representante dos Assistidos	Art. 24, Inc. III
6 - Arlindo Antonio Napolitano	Membro Efetivo	Art. 24, Inc. IV	
B - Suplentes			
Arlson de Moraes Ferreira	Membro Suplente	Patrocinadores	Art. 24, Inc. I
Victor Hugo Nogueira Machado	Membro Suplente	Representante dos Participantes	Art. 24, Inc. II
Benedito Antônio de Oliveira	Membro Suplente	Representante dos Assistidos	Art. 24, Inc. III

5.3. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da EnergisaPrev cabendo-lhe, principalmente, zelar por sua gestão econômico-financeira.

O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, assegurado aos Participantes e Assistidos, no mínimo, 1/3 (um terço) das vagas, as quais serão preenchidas da seguinte forma:

I - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente designados pelos Patrocinadores Fundadores;

II - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente designados pelos demais patrocinadores; e

III - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente escolhidos pelas Comissões de Participantes, como representantes dos Participantes e Assistidos da EnergisaPrev, alternadamente.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL DA ENERGISAPREV:

Período do Mandato: De 19/12/2016 a 18/12/2019 – Ata de Reunião Extraordinária do C.D. nº 96 de 19/12/2016.

MEMBROS	CONDIÇÃO	REPRESENTAÇÃO	ESTATUTO
A - Efetivos			
1 - Jorge Luiz de Souza Cerqueira	Membro Efetivo e Presidente	Patrocinadores	Art. 44, Inc. I e § 4º
2 - Adilson Carvalho Panizza	Membro Efetivo	Patrocinadores	Art. 44, Inc. I
3- Alane Fernandes Maciel	Membro Efetivo	Representante dos Participantes e Assistidos	Art. 44, Inc. II
B - Suplentes			
Natália Franca Paes	Membro Suplente	Patrocinadores	Art. 44, Inc. I
Luis Moreto Vicentin Junior	Membro Suplente	Representante dos Participantes e Assistidos	Art. 44, Inc. II

5.4. DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria-Executiva é o órgão de administração geral da EnergisaPrev cabendo-lhe, precipuamente, cumprir e fazer cumprir as diretrizes fundamentais e normas legais e gerais baixadas pelo Conselho Deliberativo, dentro dos objetivos por ele fixados.

A Diretoria-Executiva é composta por 3 (três) membros designados pelo Conselho Deliberativo, para os seguintes cargos:

- I - Diretor Presidente;
- II - Diretora de Benefícios; e
- III - Diretora Administrativo Financeira.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ENERGISAPREV:

Período do Mandato: De 16/12/2016 a 15/12/2019 – Ata de Reunião Ordinária do C.D. nº 27 de 16/12/2016.

MEMBROS	CARGO	ESTATUTO
1 - André Bolonha Fiuza de Mello	Diretor Presidente	Art. 26, Inc. XVII e Art. 34 §2º
2 - Luciana Ribeiro Malhado	Diretora de Benefícios	Art. 26, Inc. XVII e Art. 34 §2º
3- Daniele Lima Oliveira	Diretora Administrativo Financeira	Art. 26, Inc. XVII e Art. 34 §2º

5.5. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Período do Mandato: 1º setembro 2017 válido por 3 anos

MEMBROS	CARGO	ESTATUTO
1- Daniele Lima Oliveira	Membro	Diretoria da EnergisaPrev
2- Cláudio Brandão Silveira	Membro	Patrocinadores dos Planos
3- Jordanno Brunno Nicoletta dos Santos	Membro	Patrocinadores dos Planos

5.6. EQUIPE DE COLABORADORES

SEDE

DIRETORIA

André Bolonha Fiuza de Mello
Luciana Ribeiro Malhado
Daniele Lima de Oliveira

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

Allyrio Sleiman Ali Zeitoun
Rômulo Oliveira Forato

SECRETÁRIA

Lucy Mara de Paula Kikuchi

SETOR DE CONTABILIDADE

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Luiz Carlos Gonçalves
Luciane Aparecida Lopes de Moraes
Bruno da Silva Vieira

SETOR ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO

André Luis de Melo
Rosana Aparecida de Lima Silva
Priscila Cristina Rosa Ribeiro
Sabrina Silva Carrara

SETOR DE RELACIONAMENTO

Vânia Gomes Barbosa
Luciana Campos Moreira Pinto
Wagner Pereira
Brenda Larissa Contato da Silva

SETOR DE BENEFÍCIOS

Edilson Henrique Ercolini
Bruna Vassoler Ferreira
Francisca Janicleia Arruda Pereira
Fernanda Roberta de Araujo Marcatto
André Luiz de Oliveira Almeida Filho

REGIONAIS

ESCRITÓRIO EM PALMAS – TO

Rosana da Conceição
Henderson Gordo

ESCRITÓRIO EM CUIABÁ – MT

Carolina Souza Leite
Anita Teodoro de Oliveira
Moraes

ESCRITÓRIO EM CATAGUASES – MG

Anna Luiza Rocha Diogo



PARTE 3: PREVIDÊNCIA

6. PLANOS DE BENEFÍCIOS

Posição Dezembro/2017

Plano	Ativo Total	Obrigações	Ativo Líquido	Provisão Matemática	Resultado	Índice de Solvência
Elétricas BD-I	81.712.435	1.073.945	80.638.490	87.820.893	-7.182.403	91,82%
Elétricas-OP	145.989.536	2.464.852	143.524.684	140.832.560	2.692.124	101,91%
Cemat BD-I	47.797.214	560.229	47.236.985	52.950.484	-5.713.499	89,21%
Cemat-OP	210.523.321	2.734.850	207.788.471	204.596.436	3.192.035	101,56%
Plano-R	48.859.631	3.259.770	45.599.861	53.105.221	-7.505.360	85,87%
Energisa CD	902.209	34.825	867.384	866.983	401	100,05%
Total	535.784.346	10.128.471	525.655.875	540.172.577	-14.516.702	97,31%
Plano ADM	6.713.415	6.713.415	0	0	0	-
Op. Comuns	-6.282.918	-6.282.918	0	0	0	-
Total Geral	536.214.843	10.558.968	525.655.875	540.172.577	-14.516.702	97,31%

Após o fechamento do balancete de Dezembro/2017, a situação econômico-financeira e atuarial dos planos de benefícios administrados pela Energisaprev é a seguinte: 03 (três) Planos de Benefícios Previdenciários (Elétricas-OP, Cemat-OP e Energisa CD) apresentam Índice de Solvência acima de 100%, o que significa dizer que, o Ativo Líquido Previdencial desses planos é suficiente para cobrir as Reservas Matemáticas totais de Benefícios Concedidos e de Benefícios à Conceder, e, 03 (três) Planos de Benefícios (Elétricas BD-I, Cemat BD-I e Plano-R), apresentam índice de solvência abaixo de 100%.

6.1. PLANO CEMAT BD I

Instituído em 01/01/1994 e estruturado na forma de Benefício Definido, o Plano de Benefícios CEMAT BD-I está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 2 (dois) novos planos, Plano Básico de Benefícios II e Plano Optativo.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- Complementação da aposentadoria por invalidez;
- Complementação da aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação da aposentadoria por idade;
- Complementação da aposentadoria especial;

- e) Benefício Proporcional Diferido;
- f) Complementação da pensão por morte; e
- g) Complementação do Abono Anual.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Cemat BD-I	2017	2016
Total	139	142
Participante	3	3
Ativo	2	2
Autopatrocinado	1	1
BPD	0	0
Aguardando Benefício / Prazo Opção	0	0
Aposentado	82	86
Pensionista	54	53

6.2. PLANO CEMAT OP

Instituído em 01/01/1999, o Plano de Benefícios CEMAT-OP é um plano contributivo e executado de forma indissociável do Plano de Benefícios “R” da EnergisaPrev.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

I - Renda Mensal, com reversão aos beneficiários, conforme opção manifestada no ato do requerimento, entre as seguintes alternativas:

- a) Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de Contribuição Variável; ou
- b) Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de Contribuição Definida.

II - Pecúlio por Invalidez ou Morte.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Cemat OP	2017	2016
Total	2.554	2.543
Participante	2.196	2.186
Ativo	2.093	2.097
Autopatrocinado	11	16
BPD	35	15
Aguardando Benefício / Prazo Opção	57	58
Aposentado	305	306
Pensionista	53	51

6.3. PLANO ELÉTRICAS BD I

Instituído em 01/08/1986 e estruturado na forma de Benefício Definido, o Plano de Benefícios ELÉTRICAS BD-I encontrando-se bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 02 (dois) novos planos, Plano Básico de Benefícios II e o Plano Optativo.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- a) Suplementação da aposentadoria por tempo de contribuição;

- b) Suplementação da aposentadoria por idade;
- c) Suplementação da aposentadoria especial;
- d) Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- e) Suplementação do auxílio-doença;
- f) Benefício Proporcional Diferido;
- g) Suplementação do Abono Anual;
- h) Suplementação da pensão por morte; e
- i) Pecúlio por morte.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Elétricas BD-I	2017	2016
Total	343	341
Participante	5	5
Ativo	4	4
Autopatrocinado	1	1
BPD	0	0
Aguardando Benefício /Prazo Opção	0	0
Aposentado	208	209
Pensionista	130	127

6.4. PLANO ELÉTRICAS OP

Instituído em 01/01/1999, o Plano de Benefícios ELÉTRICAS-OP é um plano contributivo e executado de forma indissociável do Plano de Benefícios “R” da EnergisaPrev.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

I - Renda Mensal, com reversão aos beneficiários, conforme opção manifestada no ato do requerimento, entre as seguintes alternativas:

- a) Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de Contribuição Variável; ou
- b) Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de Contribuição Definida.

II - Pecúlio por Invalidez ou Morte.

Quadro de Participantes e Assistidos

Plano Elétricas OP	2017	2016
Total	2.373	2.896
Participante	2.289	2.816
Ativo	2.167	2.733
Autopatrocinado	3	4
BPD	53	29
Aguardando Benefício /Prazo Opção	66	50
Aposentado	80	77
Pensionista	4	3

6.5. PLANO RISCO

O Plano de Benefícios R obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria Nº 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS.

O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R (instituído em 01/04/2000), CEMAT-R (instituído em 01/01/1999) e ELÉTRICAS-R (instituído em 01/01/1999), cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- a) Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- b) Suplementação do auxílio-doença;
- c) Suplementação da pensão por morte;
- d) Suplementação do Abono Anual; e
- e) Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado exclusivamente e de forma solidária pelas Patrocinadoras e pelos Participantes Autopatrocínados.

Plano RISCO	2017	2016
Total	4.478	5.038
Ativos	4.386	4.942
Aposentados	41	42
Pensionistas	37	34
Autopatrocínados	14	20

6.6. PLANO ENERGISA

O Plano de Benefícios ENERGISA obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria Nº 349 de 07 de abril de 2017, expedida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Fazenda e publicada na Seção 1, página 23 do Diário Oficial da União de 17 de abril de 2017.

O referido plano que passou a vigorar a partir de 18/04/2017 e teve as primeiras contribuições registradas na competência maio/2017, caracteriza-se pela modalidade Contribuição Definida – CD.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- I – Aposentadoria
- II – Benefício por Invalidez
- III – Pensão por Morte

Os benefícios acima serão concedidos na forma de Renda Mensal, conforme opção manifestada pelo participante no ato do requerimento, entre as seguintes alternativas:

- a) Renda Mensal por Percentual;
- b) Renda Mensal de Valor Constante; e
- c) Renda Mensal por Prazo Certo.

O cálculo inicial da Renda Mensal, tomará por base o saldo da Conta Individual, sendo que, o participante que formalizou a opção pela Contribuição Adicional de Risco, na ocorrência dos benefícios por Invalidez e Pensão por Morte, terá o valor da indenização, a ser pago por companhia seguradora contratada, acrescido ao saldo da Conta Individual.

6.7. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) possui regulamento próprio, em conformidade com a legislação pertinente. A EnergisaPrev adota a gestão compartilhada dos recursos administrativos registrados no PGA entre os planos de benefícios previdenciais, significando que a destinação de sobras das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, bem como à remuneração dos recursos e a utilização do fundo administrativo, não serão individualizados por plano de benefícios previdenciais administrados pela entidade.

A EnergisaPrev registra nas demonstrações contábeis dos planos de benefícios, a parcela equivalente à sua participação no fundo administrativo registrado no PGA. O critério de participação do fundo administrativo, será proporcional ao número de participantes e assistidos dos respectivos planos de benefícios.

CUSTO DA GESTÃO

Os custos voltados especificamente para a gestão dos investimentos são descritos no quadro abaixo com um comparativo entre os semestres e a apuração anual.

Serviços	ANO/2017	1º semestre 2017	2º semestre 2017
CETIP/SELIC/CBLS	179.408,45	84.013,39	95.395,06
Consultoria de Investimentos e Comitê Consultivo	135.078,16	66.557,95	68.520,21
Custódia e Enquadramento	265.490,34	126.127,21	139.363,13
Sistemas de Informática	166.730,61	82.153,74	84.576,87
Taxa de administração dos fundos	163.429,68	78.100,82	85.328,86
Total	910.137,24	436.953,11	473.184,13

Não houve mudanças de prestadores de serviços quanto às despesas relacionadas acima. No segundo semestre, foram incorporadas despesas diretamente voltadas à administração do novo plano ENERGISA, aprovado em Maio/2017, mediante sua segregação real dos demais planos e carteira individual em custódia (consequentemente contas SELIC e CETIP). As informações de taxa de administração dos investimentos não são custeadas diretamente pelos planos ou pelo PGA, mas descontadas diretamente da rentabilidade bruta dos fundos de investimentos geridos e administrados por terceiros.

Importante ressaltar que o quadro acima não resume todas as despesas do investimento, de modo que as despesas comuns são rateadas entre a gestão previdencial e investimentos, conforme quadro do item 8.7 Fluxo Orçamentário.



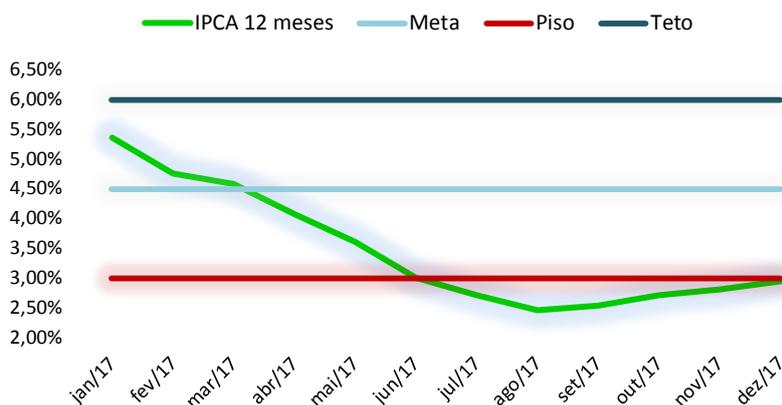
PARTE 4: INVESTIMENTOS

7. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

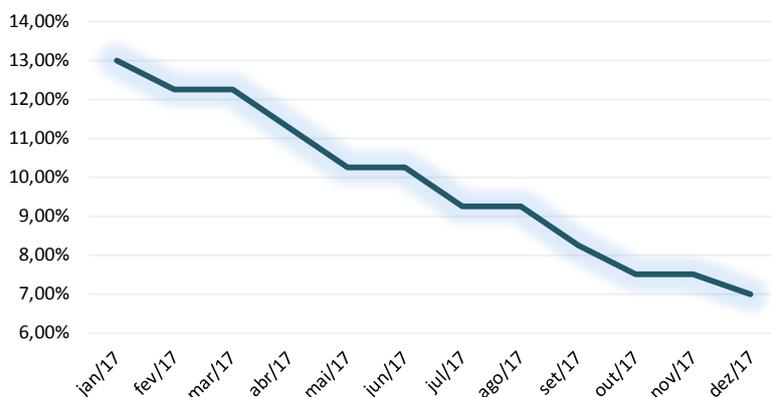
7.1. CONTEXTO DO MERCADO FINANCEIRO

Em 2017, notou-se uma forte influência do cenário político na precificação dos ativos e na volatilidade percebida pelo mercado até o primeiro semestre. Já o segundo período do ano, foi marcado pelo descolamento do cenário político. Observou-se melhoras em praticamente todos os dados econômicos internamente, a taxa básica de juros, SELIC, que iniciou um importante ciclo de queda em Outubro de 2016, saiu de 13,00% no início de 2017 para 7,00% no final do ano, a menor taxa histórica. A taxa de inflação, IPCA, encerrou o ano em 2,95%, abaixo da meta afixada em 4,5% pelo Banco Central. O mercado de trabalho também trouxe dados positivos e a taxa de desemprego foi reduzida à 11,80%. Em relação à atividade, o segundo semestre do ano confirmou as expectativas de melhora para Brasil, com o PIB encerrando o ano com alta de 1,0%, após dois anos consecutivos de recessão. Ainda que as reformas consideradas necessárias pelo mercado não tenham sido aprovadas para melhor ajuste das contas públicas, por exemplo, a reforma da previdência, a combinação juros versus inflação atingiu níveis “otimistas”.

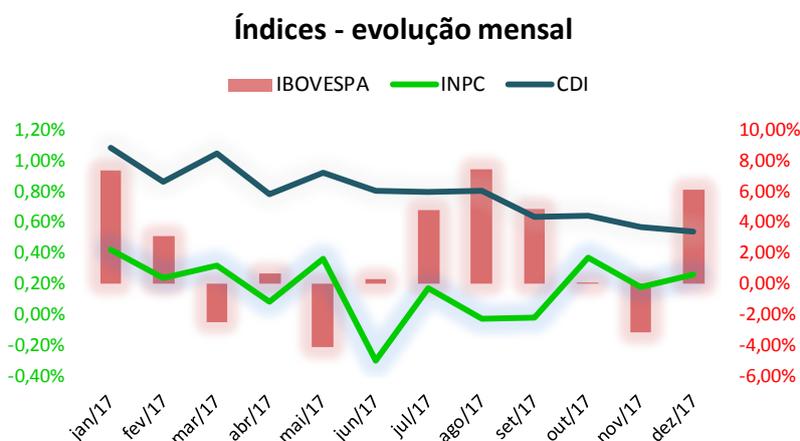
IPCA Acumulado em 12 meses



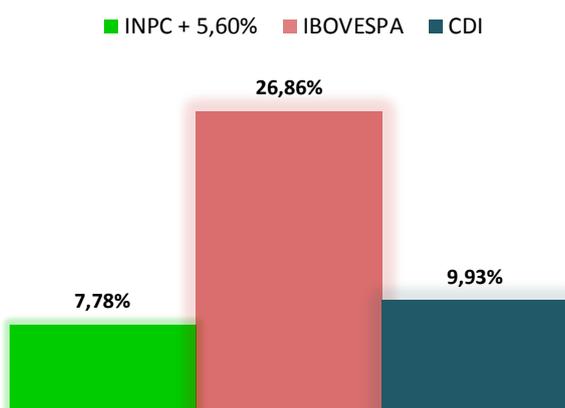
SELIC - Banco Central



Com a volta da confiança dos investidores em uma economia mais ajustada, os ativos apresentavam performances acima das expectativas. O Ibovespa apresentou alta de 21,47% no segundo semestre de 2017, ante 4,44% no primeiro semestre do ano.



Índices - Acumulado 2017



Quanto ao cenário internacional, nos Estados Unidos, o presidente Donald Trump não conseguiu implementar sua agenda de reformas, que incluía principalmente uma forte expansão fiscal, através de um massivo corte tributário. O republicano só conseguiu aprovar a reforma fiscal no final do ano, não impactando o mercado em 2017. Com isto, a expectativa que o Federal Reserve, o banco central americano, pudesse elevar os juros mais rapidamente caiu por terra. O que vimos foi uma elevação gradual de juros que não influenciou os mercados.

A China também não apresentou mudanças significativas em sua trajetória de crescimento. O país asiático continuou apresentando números expressivos de PIB, crescendo trimestralmente entre 6,5% a 6,8%. Por outro lado, cresceu o temor de que uma bolha financeira estaria prestes a explodir no país, dado a elevada alavancagem de crédito que o país se encontra.

Em suma, ressalta-se uma leve melhora nos fundamentos macroeconômicos brasileiros, com exceção da parte fiscal, que ainda ficará a mercê do contexto político, muito incerto até o momento. Porém, as variáveis preço, juros e câmbio encerraram o ano bem controladas e favorecem uma retomada do crescimento no horizonte de tempo relevante. No mundo, a expectativa agora é de maior crescimento econômico, impulsionado principalmente por EUA, em função da recente reforma tributária. Por outro lado, a expectativa também é de juros maiores, todavia, espera-se que esta elevação se dará de forma gradual, sem que traga volatilidade desnecessária para os ativos.

7.2. INVESTIMENTOS ENERGISAPREV

A maior parte dos ativos da EnergisaPrev são geridos pela própria Entidade, entretanto possui gestores terceirizados para a menor parcela da carteira através de Fundos de Investimentos. Estes gestores são avaliados periodicamente, através de análises desenvolvidas por consultores contratados pela EnergisaPrev.

A gestão entre os segmentos tem por objetivo a busca do equilíbrio entre as aplicações dos recursos e as obrigações previdenciais da Fundação. Respeitando o passivo de cada plano e boas práticas de governança, a EnergisaPrev realiza a segregação real de ativos entre planos, inclusive com carteiras de investimentos distintas, o que possibilita a melhor gestão e maior transparência.

Com periodicidade mínima anual, a EnergisaPrev e seus consultores realizam o estudo de ALM (Asset Liability Management) com o propósito de orientar a gestão dos recursos do plano e com base em simulação estocástica. Assim, buscamos indicar a mais adequada estratégia e composição para a carteira de ativos, incluindo a mitigação do risco de liquidez, aumento da solidez do plano e, quando possível, diminuição do risco do portfólio, ou seja, a redução da volatilidade da carteira ou o risco de perdas financeiras. Em outras palavras, esse acompanhamento auxilia a Fundação na melhor combinação de ativos no momento da análise, respeitando os compromissos atuariais dos planos de benefícios, os limites de aplicações estabelecidos na política de investimentos e os limites legais divulgados pelos órgãos reguladores. Daí são definidas as alocações que buscam a meta atuarial e índices de referência dos planos de benefícios.

Em atendimento a instrução PREVIC nº 23 de 26 de junho de 2015, o AETQ (Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado), através de estudo realizado pela consultoria financeira da Entidade, atesta o “Estudo de Aderência da Taxa de Juros” elaborado anualmente e define as taxas de juros aderentes ao retorno dos investimentos, de acordo com a duration do passivo e dentro dos limites estabelecidos pela Portaria definida todos os anos pelo órgão regulador:

Plano	Meta Atuarial
CEMAT BD	INPC + 5,59% a.a.
CEMAT OP	INPC + 5,65% a.a.
ELÉTRICAS BD	INPC + 5,63% a.a.
ELÉTRICAS OP	INPC + 5,65% a.a.
RISCO	INPC + 5,69% a.a.

O Plano ENERGISA, pela natureza de Contribuição Definida, não possui meta atuarial, mas um índice de referência, definida como CDI para o início de suas atividades e fase inicial de acumulação de recursos.

A Política de Investimentos descreve a filosofia e as práticas de investimentos utilizados pela EnergisaPrev na gestão dos recursos de cada plano de benefícios por ela administrados. A entidade considera crucial adotar um planejamento que defina as diretrizes de preservação e de ampliação dos recursos dos planos que administra, por meio de processo de investimento prudente e consistente com os objetivos, políticas e estratégias de longo prazo.

7.3. POLÍTICA DE OLINVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é um conjunto de normas e diretrizes voltadas à orientação e direcionamento da gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas, fundos e provisões destinadas aos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, elaborada, no mínimo, anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo da entidade.

Embora esta Política tenha uma perspectiva de longo prazo e tenha validade para horizonte de 5 (cinco) anos, a EnergisaPrev revisa seu conteúdo, diretrizes, limites e estratégias definidas anualmente com o objetivo de incorporar as mutações conjunturais da economia, bem como as mutações qualitativas dos passivos atuariais, cujos

reflexos influenciam as estratégias e objetivos da gestão dos ativos de investimentos, neste caso, garantidores dos planos de benefícios administrados pela EnergisaPrev.

Este documento além de atender a Resolução do CMN nº 4.275, de 31 de outubro de 2013, que altera alguns pontos da Resolução do CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e da própria Resolução do CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, visa, sobretudo, definir as estratégias da EnergisaPrev quanto à gestão dos recursos garantidores dos planos por ela administrados, dando-lhes ciência dos objetivos almejados e das ações a serem desempenhadas para alcançá-los, refletindo a seriedade e transparência na gestão dos recursos patrimoniais dos planos de benefícios.

Em linha com o Guia de Melhores Práticas para Investimentos da PREVIC, a Política de Investimentos da Energisaprev segue limites quantitativos impostos pela legislação vigente e com os objetivos específicos de cada plano. Como deve ser, para os planos de benefício definido, a política é orientada pelo passivo atuarial e utiliza ferramentas de gerenciamento de ativos e passivos.

A aplicação dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas dos Planos de Benefícios da EnergisaPrev tem como meta uma melhor combinação entre risco e retorno dos seus investimentos e, uma melhor estrutura patrimonial, visando atender as exigências legais e atuariais.

As diretrizes nela definidas, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, contemplam todos os itens previstos no Capítulo V da Resolução CMN nº 3.792/2009 – “Da Política de Investimento” e todos os itens previstos na nova Resolução do CMN nº 4.275, de 31 de outubro de 2013. O documento foi elaborado tendo em vista um horizonte de 60 meses, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 7, de 04 de dezembro de 2003.

Alocação dos Recursos	CEMAT BD e ELÉTRICAS BD e Risco		CEMAT OP e ELÉTRICAS OP	
	Margem de Alocação		Margem de Alocação	
	Mínima (%)	Máxima (%)	Mínima (%)	Máxima (%)
Renda Fixa	70	100	63	100
Renda Variável	0	3	0	6
Investimentos Estruturados	0	2	0	4
Investimentos no Exterior	0	2	0	4
Imóveis	0	8	0	8
Empréstimo e Financiamentos	0	15	0	15

O Plano ENERGISA, aprovado pela PREVIC em 17/04/2017 teve suas primeiras adesões no mesmo mês, cujas movimentações financeiras iniciaram em Junho/2017. Conforme estabelecido pelo Art. 54 da Resolução 3.792 em seu parágrafo primeiro, “A política de investimentos para o novo plano é facultativa no primeiro exercício subsequente à data de recebimento da primeira contribuição” ainda, no parágrafo segundo “A observância dos limites de alocação, de alocação por emissor e de concentração por emissor é facultativa nos primeiros 24 meses subsequentes ao recebimento da primeira contribuição”. Posto isto e, ainda assim, a EnergisaPrev adotou limites mais conservadores aderentes aos planos OP’s.

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar: EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência
2. Exercício: 2018
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia: 29ª Reunião Ordinária, dia 21/12/2017.
4. Plano de Benefício: Cemat- BDI; Cemat- OP; Elétricas- BDI; Elétricas- OP; Plano de Benefícios "R", Plano ENERGISA e PGA.
5. Meta Atuarial dos Planos de Benefícios: Cemat-BDI = INPC + Juros de 5,59% aa; Elétricas-BDI = INPC + Juros de 5,63% aa; Cemat-OP e Elétricas-OP = INPC + Juros 5,65%aa e Risco = INPC + Juros 5,69% aa. Índice de Referência: Plano ENERGISA = CDI
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: DANIELE LIMA DE OLIVEIRA
6.1. Renda Fixa:
6.2. Renda Variável:
6.3. Investimentos Estruturados:
6.4. Investimentos no Exterior:
6.5. Imóveis:
6.6. Empréstimos e Financiamentos:
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes : <input checked="" type="checkbox"/> (X) Meio Eletrônico <input type="checkbox"/> () Impresso

Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação		9. Diversificação
	Lim.Inf(%)	Lim.Sup(%)	
X.1 Renda Fixa	0,00	100,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.1.1 Carteira RF			
X.2 Renda Variável			
X.2.1 Carteira RV	0,00	70,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.3 Investimentos Estruturados			
X.3.1 Carteira Invest. Estruturados	0,00	20,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.4 Investimentos no Exterior			
X.4.1 Carteira Invest. Exterior	0,00	10,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5 Imóveis			
X.5.1 Carteira de Desenvolvimento	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.2 Carteira de Aluguéis e Renda	0,00	8,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.3 Carteira de Fundos Imobiliários	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.4 Carteira de Outros Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.6 Empréstimos e Financiamentos			
X.6.1 Carteira de Empréstimos a Participantes	0,00	15,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.6.2 Carteira de Financiamentos Imobiliários	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.

10. Objetivos da gestão

A gestão entre os segmentos tem por objetivo a busca do equilíbrio entre as aplicações dos recursos e as obrigações previdenciais da Fundação. Para tanto, é feito anualmente estudo do fluxo atuarial que tem como objetivo a gestão da alocação entre os segmentos de investimento. Com isto, define-se a alocação para busca ou superação da meta atuarial, traduzida pela rentabilidade gerada pela variação do INPC - IBGE + de taxa de juros correspondente a cada plano de benefícios, para os planos BDs e CVs.

A Política de Investimentos descreve a filosofia e as práticas de investimentos utilizados pela EnergisaPrev na gestão dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados. A entidade considera crucial adotar um planejamento que defina as diretrizes de preservação e de ampliação dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados, por meio de processo de investimento prudente e consistente com os objetivos, políticas e estratégias de longo prazo

Bragança Paulista - SP, 21 de dezembro de 2017

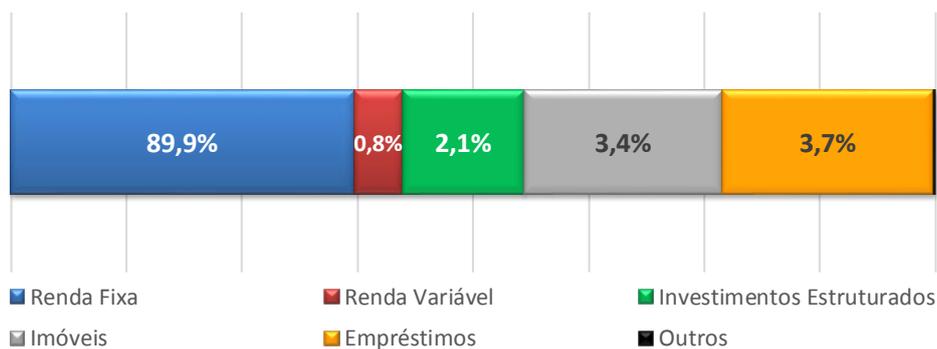
Diretor Presidente:
André Bolonha Fiuza de Mello
Diretora Administrativo-Financeira:
Daniele Lima de Oliveira

8. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

8.1. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES

Discriminação	INDICE	CEMAT BDI	CEMAT OP	ELET BDI	ELET OP	PLANO R	ENERGISA CD	ADM	TOTAIS	CONSOLIDADO
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
RENDA FIXA		45.843.345,16	194.732.039,59	72.077.849,32	117.526.707,59	44.165.929,44	659.831,40	5.455.306,85	89,94	480.461.009,35
CDB - POS FIXADO		3.921.966,84	4.761.551,17	3.431.452,82	4.761.551,17	1.904.835,00	-	536.638,40	3,62	19.317.995,40
ABC	CDI 106%	2.147.787,28	1.879.313,87	1.879.313,87	1.879.313,87	751.725,55		268.473,41	1,65	8.805.927,85
CNH	CDI 105%	1.774.179,56	2.882.237,30	1.552.138,95	2.882.237,30	1.153.109,45		268.164,99	1,97	10.512.067,55
DEBÊNTURES SIMPLES		3.844.304,31	13.636.536,22	5.507.136,56	11.647.471,87	3.110.094,24	4.047,86	-	7,07	37.749.591,06
CEMIG DIST	IPCA 5,10%	836.363,47	3.081.642,27	1.225.744,81	2.005.659,51	556.423,63			1,44	7.705.833,69
DUKE ENERGY	IPCA 6,07%	1.080.554,28	3.980.339,09	1.581.700,80	2.589.485,86	716.708,18			1,86	9.948.788,21
TAESA	IPCA 7,50%	1.185.721,34	1.955.178,80	819.913,69	2.989.531,46	518.437,73			1,40	7.468.783,02
DASA14	CDI 0,82%	81.554,11	287.193,82	153.853,83	287.193,82	112.826,14			0,17	922.621,72
DASA15	CDI 0,82%	174.367,67	132.525,43	71.359,84	132.525,43	61.165,58			0,11	571.943,95
ENERGISA	CDI 107,75%	485.743,44	4.199.656,81	1.654.563,59	3.643.075,79	1.144.532,98	4.047,86		2,08	11.131.620,47
TÍTULOS PÚBLICOS		30.132.965,43	159.898.481,89	51.418.215,38	80.761.075,32	33.026.371,84	-	-	66,50	355.237.109,86
NTN-B	IPCA	30.132.965,43	159.898.481,89	51.418.215,38	80.761.075,32	33.026.371,84			66,50	355.237.109,86
FUNDOS DE INVESTIMENTOS		7.944.108,58	16.435.470,31	11.721.044,56	20.356.609,23	6.124.628,36	655.783,54	4.918.668,45	12,76	68.156.313,03
FUNDOS DE RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO		505.064,03	1.858.707,55	738.505,91	1.208.626,36	335.234,35	-	-	0,87	4.646.138,20
BTG PACTUAL EMISSÕES PRIMÁRIAS II		29.765,24	109.670,77	43.597,12	71.360,29	19.780,27			0,05	274.173,69
VINCI FIRF IMOB CP LP		475.298,79	1.749.036,78	694.908,79	1.137.266,07	315.454,08			0,82	4.371.964,51
FUNDOS MULTIMERCADO		7.439.044,55	14.576.762,76	10.982.538,65	19.147.982,87	5.789.394,01	655.783,54	4.918.668,45	11,89	63.510.174,83
ACTIVE FIX IB MM FI		4.944.107,86	10.514.421,54	8.953.518,65	5.109.951,97	2.857.834,40	655.783,54	4.688.968,98	7,06	37.724.586,94
VOTORANTIM INST RF CP		2.494.936,69	4.062.341,22	2.029.020,00	14.038.030,90	2.931.559,61		229.699,47	4,83	25.785.587,89
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		873.644,17	2.962.721,04	1.447.381,20	5.110.333,19	815.108,86	-	-	2,10	11.209.188,46
FUNDOS MULTIMERCADO		873.644,17	2.962.721,04	1.447.381,20	5.110.333,19	815.108,86	-	-	2,10	11.209.188,46
GARDE DUMAS FIC FIM		174.992,73	586.740,34	288.223,32	1.008.781,63	164.699,04			0,42	2.223.437,06
SPX NIMITZ ESTRU FIC MM		519.329,12	1.774.723,52	863.803,48	3.067.811,15	481.635,88			1,26	6.707.303,15
BBM MARAU FIC FIM		179.322,32	601.257,18	295.354,40	1.033.740,41	168.773,94			0,43	2.278.448,25
RENDA VARIÁVEL		489.910,77	1.805.088,46	717.571,90	1.174.530,22	325.566,62	-	-	0,84	4.512.667,97
FUNDOS DE INVESTIMENTOS		489.910,77	1.805.088,46	717.571,90	1.174.530,22	325.566,62	-	-	0,84	4.512.667,97
VINCI GAS VALOR DIVIDENDOS		489.910,77	1.805.088,46	717.571,90	1.174.530,22	325.566,62			0,84	4.512.667,97
IMÓVEIS				6.950.140,68	11.372.877,47				3,43	18.323.018,15
EMPRÉSTIMOS		418.966,00	9.320.521,12	247.188,26	9.002.038,84	479.929,38	65.608,01		3,66	19.534.251,61
DISPONÍVEL		1.098,66	24.318,93	368,78	2.101,18	387,58	202,36	1.220,37	0,01	29.697,86
OUTROS REALIZÁVEIS		19.389,44	80.728,75	47.042,53	74.253,74	15.062,47	346,84	294.670,11	0,10	531.493,88
EXIGÍVEL OPERACIONAL		- 30.287,38	- 119.604,50	- 49.875,88	- 85.878,00	- 40.519,13	- 2.179,45	- 56.185,35	- 0,07	- 384.529,69
TOTAL GERAL		47.616.066,82	208.805.813,39	81.437.666,79	144.176.964,23	45.761.465,22	723.809,16	5.695.011,98		534.216.797,59

Alocação por Segmento - EnergisaPrev

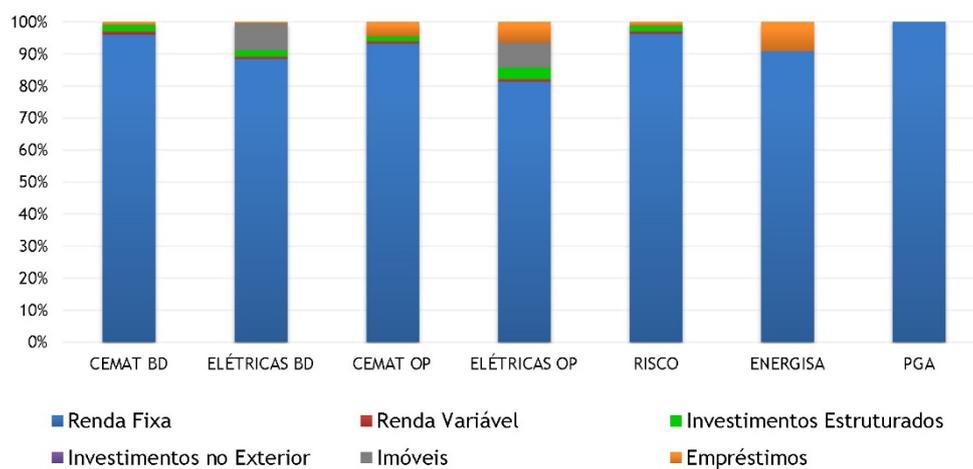


INVESTIMENTO POR SEGMENTO

Diante da segregação real de ativos entre planos na busca da melhor alocação objetiva na relação risco x retorno, apresentamos os investimentos por segmento dos planos de benefícios administrados pela EnergisaPrev

Em (%)	CEMAT BD	ELÉTRICAS BD	CEMAT OP	ELÉTRICAS OP	RISCO	ENERGISA	PGA
Renda Fixa	96,3%	88,6%	93,3%	81,6%	96,5%	90,9%	100,0%
Renda Variável	1,0%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,0%	0,0%
Investimentos Estruturados	1,8%	1,8%	1,4%	3,5%	1,8%	0,0%	0,0%
Investimentos no Exterior	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Imóveis	0,0%	8,5%	0,0%	7,9%	0,0%	0,0%	0,0%
Empréstimos	0,9%	0,3%	4,5%	6,2%	1,1%	9,1%	0,0%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Alocação por Segmento



	CEMAT BD		ELÉTRICAS BD	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	96,3%	45.833.546	88,5%	72.075.385
Renda Variável	1,0%	489.911	0,9%	717.572
Investimentos Estruturados	1,8%	873.644	1,8%	1.447.381
Investimentos no Exterior	0,0%	-	0,0%	-
Imóveis	0,0%	-	8,5%	6.950.141
Empréstimos	0,9%	418.966	0,3%	247.188
Recursos Garantidores	100,0%	47.616.067	100,0%	81.437.667

	CEMAT OP		ELÉTRICAS OP	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	93,3%	194.717.483	81,5%	117.517.185
Renda Variável	0,9%	1.805.088	0,8%	1.174.530
Investimentos Estruturados	1,4%	2.962.721	3,5%	5.110.333
Investimentos no Exterior	0,0%	-	0,0%	-
Imóveis	0,0%	-	7,9%	11.372.877
Empréstimos	4,5%	9.320.521	6,2%	9.002.039
Recursos Garantidores	100,0%	208.805.813	100,0%	144.176.964

	ENERGISA		PGA	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	90,9%	658.201	100,0%	5.695.012
Renda Variável	0,0%	-	0,0%	-
Investimentos Estruturados	0,0%	-	0,0%	-
Investimentos no Exterior	0,0%	-	0,0%	-
Imóveis	0,0%	-	0,0%	-
Empréstimos	9,1%	65.608	0,0%	-
Recursos Garantidores	100,0%	723.809	100,0%	5.695.012

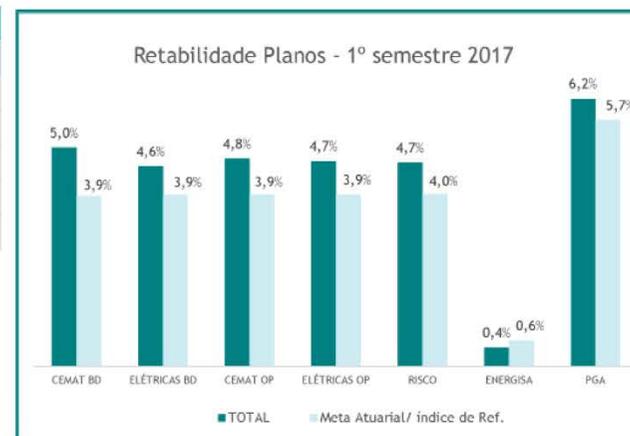
	RISCO		EnergisaPrev Consolidado	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	96,5%	44.140.860	90,0%	480.637.671
Renda Variável	0,7%	325.567	0,8%	4.512.668
Investimentos Estruturados	1,8%	815.109	2,1%	11.209.188
Investimentos no Exterior	0,0%	-	0,0%	-
Imóveis	0,0%	-	3,4%	18.323.018
Empréstimos	1,0%	479.929	3,7%	19.534.252
Recursos Garantidores	100,0%	45.761.465	100,0%	534.216.798

8.2. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - DI / POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 1º SEMESTRE/2017

Em cumprimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006 e na Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional-CMN, a Diretoria Executiva da EnergisaPrev apresenta a seguir as informações relativas ao Demonstrativo de Investimentos da EnergisaPrev, relativo ao 1º SEMESTRE/2017.

Investimentos EnergisaPrev por segmento (%)									Limites Máximos - Legal e Política de Inv.				Desenquadramentos Res. 3.792 e Política de Investimentos
	CEMAT BD	ELÉTRICAS BD	CEMAT OP	ELÉTRICAS OP	RISCO	ENERGISA	PGA	TOTAL	Res. 3.792	PI - BDs	PI - OPs e ENERGISA	PGA	Comentários: Os investimentos no segmento de imóveis dos Planos ELÉTRICAS BD e ELÉTRICAS OP encerraram o primeiro semestre em percentual superior ao limite estabelecido de maneira passiva em função da reavaliação dos imóveis constantes da carteira de investimentos. A Entidade tem 720 dias da data inicial de superação do limite para providenciar o reenquadramento.
Renda Fixa	97,2%	89,1%	93,8%	83,9%	97,4%	100,0%	100,0%	90,9%	100%	100%	100%	100%	
Renda Variável	1,9%	1,9%	1,9%	1,8%	1,6%	0,0%	0,0%	1,9%	70%	3%	6%	1%	
Inv. Estruturados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20%	2%	4%	0%	
Imóveis	0,0%	8,7%	0,0%	8,1%	0,0%	0,0%	0,0%	3,5%	8%	8%	8%	8%	
Empréstimos	1,0%	0,3%	4,4%	6,2%	1,1%	0,0%	0,0%	3,6%	15%	15%	15%	0%	
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%									

Rentabilidade por segmento (%)									Benchmarks de Mercado	
	CEMAT BD	ELÉTRICAS BD	CEMAT OP	ELÉTRICAS OP	RISCO	ENERGISA	PGA	TOTAL	Índice	%
Renda Fixa	5,0%	5,0%	4,8%	5,1%	4,8%	0,5%	6,2%	90,9%	CDI	5,7%
Renda Variável	18,7%	18,7%	18,7%	18,7%	18,7%	0,0%	0,0%	1,9%	IBOVESPA	4,4%
Inv. Estruturados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	110% CDI	6,2%
Imóveis	0,0%	1,2%	0,0%	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%	3,5%	INPC + 5,6%*	3,9%
Empréstimos	5,6%	5,5%	5,5%	5,4%	5,9%	0,0%	0,0%	3,6%	INPC + 5,6%*	3,9%
TOTAL	5,0%	4,6%	4,8%	4,7%	4,7%	0,4%	6,2%	100,0%	* 5,6% - Média taxa de juros meta atuarial dos planos	
Meta Atuarial/ índice de Ref.	3,9%	3,9%	3,9%	3,9%	4,0%	0,6%	5,7%	100,0%		



Investimentos por grupo (R\$)									GESTÃO
	CEMAT BD	ELÉTRICAS BD	CEMAT OP	ELÉTRICAS OP	RISCO	ENERGISA	PGA	TOTAL	
Renda Fixa	46.853.635	72.982.149	194.375.880	120.838.289	43.756.490	8.124	4.940.278	483.754.845	Própria
Títulos Públicos	34.329.794	58.771.327	166.990.333	79.741.096	34.317.772	-	-	374.150.323	Própria
CDBs	4.324.679	4.531.363	6.258.320	5.694.149	2.729.202	-	853.058	24.390.771	Própria
Debêntures	4.430.445	6.419.509	12.988.972	10.062.505	3.848.623	-	787.882	38.537.938	Própria
DPGE	-	-	-	18.299.100	-	-	-	18.299.100	Própria
Letra Financeira	-	1.647.992	1.647.992	1.647.992	-	-	-	4.943.976	Própria
Fundos de Inv.	3.768.717	1.611.958	6.490.263	5.393.446	2.860.893	8.124	3.299.337	23.432.737	Terceirizada
Renda Variável	1.120.470	1.641.154	4.128.408	2.686.260	744.601	-	-	10.320.893	Terceirizada
Ações	692.889	1.014.876	2.552.973	1.661.160	460.455	-	-	6.382.353	Terceirizada
Fundos de Inv.	427.581	626.278	1.575.435	1.025.100	284.146	-	-	3.938.540	Terceirizada
Imóveis	-	7.147.261	-	11.695.435	-	-	-	18.842.695	Própria
Empréstimos	459.068	272.678	9.060.591	8.919.513	482.297	-	-	19.194.148	Própria
Outros	-13.713	-12.779	-31.141	40.651	-62.537	352	378.532	299.366	Própria
Recursos Garantidores	48.419.461	82.030.463	207.533.738	144.180.149	44.920.852	8.476	5.318.809	532.411.948	

Custos com a administração/gestão dos Investimentos - 1º semestre 2017	
CETIP/SELIC/CBLC	R\$84.013,39
Custódia/Enquadramento	R\$126.127,21
Consultoria e Comitê de Investimentos	R\$66.557,95
Sistema de Informática	R\$82.153,74
Taxa de Administração - Fundos de Inv.	R\$78.100,82

* Os custos apresentados no quadro acima representam as despesas que envolvem a **gestão** dos investimentos apenas

8.3. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - DI / POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 2º SEMESTRE/2017

Em cumprimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006 e na Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional-CMN, a Diretoria Executiva da EnergisaPrev apresenta a seguir as informações relativas ao Demonstrativo de Investimentos da EnergisaPrev, relativo ao 2º SEMESTRE/2017.

Investimentos EnergisaPrev por segmento (%)								
	CEMAT BD	ELÉTRICAS BD	CEMAT OP	ELÉTRICAS OP	RISCO	ENERGISA	PGA	TOTAL
Renda Fixa	96,3%	88,6%	93,3%	81,6%	96,5%	90,9%	100,0%	89,8%
Renda Variável	1,0%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,0%	0,0%	0,9%
Inv. Estruturados	1,8%	1,8%	1,4%	3,5%	1,8%	0,0%	0,0%	2,1%
Imóveis	0,0%	8,5%	0,0%	7,9%	0,0%	0,0%	0,0%	3,5%
Empréstimos	0,9%	0,3%	4,5%	6,2%	1,1%	9,1%	0,0%	3,7%
TOTAL	100,0%							

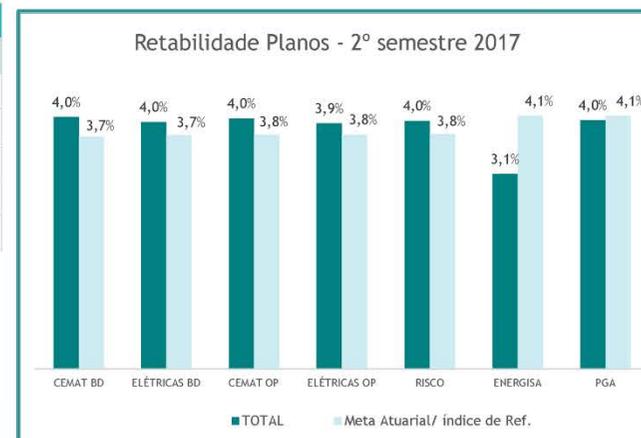
Limites Máximos - Legal e Política de Inv.			
Res. 3.792	PI - BDs	PI - OPs e ENERGISA	PGA
100%	100%	100%	100%
70%	3%	6%	1%
20%	2%	4%	0%
8%	8%	8%	8%
15%	15%	15%	0%
100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Desenquadramentos Res. 3.792 e Política de Investimentos
Comentários: Os investimentos no segmento de imóveis do Plano ELÉTRICAS OP encerraram o segundo semestre em percentual superior ao limite estabelecido de maneira passiva em função da reavaliação dos imóveis constantes da carteira de investimentos. A Entidade tem 720 dias da data inicial de superação do limite para providenciar o reenquadramento.
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado
Daniele Lima de Oliveira
e-mail: daniele.lima@energisaprev.com.br

Rentabilidade por segmento (%)								
	CEMAT BD	ELÉTRICAS BD	CEMAT OP	ELÉTRICAS OP	RISCO	ENERGISA	PGA	TOTAL
Renda Fixa	4,6%	4,6%	4,5%	4,5%	4,5%	4,2%	4,0%	90,9%
Renda Variável	-5,8%	-4,1%	-5,8%	-5,8%	-5,8%	0,0%	0,0%	1,9%
Inv. Estruturados	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	0,0%	0,0%	0,0%
Imóveis	0,0%	3,5%	0,0%	3,5%	0,0%	0,0%	0,0%	3,5%
Empréstimos	4,6%	4,6%	4,6%	4,7%	5,5%	0,0%	0,0%	3,6%
TOTAL	4,0%	4,0%	4,0%	3,9%	4,0%	3,1%	4,0%	100,0%
Meta Atuarial/ índice de Ref.	3,7%	3,7%	3,8%	3,8%	3,8%	4,1%	4,1%	100,0%

Benchmarks de Mercado	
Índice	%
CDI	4,1%
IBOVESPA	21,5%
110% CDI	4,5%
INPC + 5,6%*	3,7%
INPC + 5,6%*	3,7%

* 5,6% - Média taxa de juros meta atuarial dos planos



Investimentos por grupo (R\$)								
	CEMAT BD	ELÉTRICAS BD	CEMAT OP	ELÉTRICAS OP	RISCO	ENERGISA	PGA	TOTAL
Renda Fixa	45.843.345	72.077.849	194.732.040	117.526.708	44.165.929	659.831	5.455.307	480.461.009
Títulos Públicos	30.132.965	51.418.215	159.898.482	80.761.075	33.026.372	-	-	355.237.110
CDBs	3.921.967	3.431.453	4.761.551	4.761.551	1.904.835	-	536.638	19.317.995
Debêntures	3.844.304	5.507.137	13.636.536	11.647.472	3.110.094	4.048	-	37.749.591
Fundos de Inv.	7.944.109	11.721.045	16.435.470	20.356.609	6.124.628	655.784	4.918.668	68.156.313
Renda Variável	489.911	717.572	1.805.088	1.174.530	325.567	-	-	4.512.668
Fundos de Inv.	489.911	717.572	1.805.088	1.174.530	325.567	-	-	4.512.668
Inv. Estruturados	873.644	1.447.381	2.962.721	5.110.333	815.109	-	-	11.209.188
Fundos de Inv.	873.644	1.447.381	2.962.721	5.110.333	815.109	-	-	11.209.188
Imóveis	-	6.950.141	-	11.372.877	-	-	-	18.323.018
Empréstimos	418.966	247.188	9.320.521	9.002.039	479.929	65.608	-	19.534.252
Outros	-9.799	-14.557	-2.465	-9.523	-25.069	-1.630	239.705	176.662
Recursos Garantidores	47.616.067	81.425.575	208.817.906	144.176.964	45.761.465	723.809	5.695.012	534.216.798

GESTÃO
Própria
Própria
Própria
Terceirizada
Terceirizada
Terceirizada
Própria
Própria
Própria

Custos com a administração/gestão dos Investimentos - 2º semestre 2017	
CETIP/SELIC/CBLC	R\$95.395,06
Custódia/Enquadramento	R\$139.363,13
Consultoria e Comitê de Investimentos	R\$68.520,21
Sistema de Informática	R\$84.576,87
Taxa de Administração - Fundos de Inv.	R\$85.328,86

* Os custos apresentados no quadro acima representam as despesas que envolvem a gestão dos investimentos apenas

8.4. JUSTIFICATIVAS PARA DESENQUADRAMENTOS E INOBSERVÂNCIAS À RESOLUÇÃO 3.792 – BACEN

De julho a agosto de 2017, o Plano Elétricas OP possuía um desenquadramento em relação os investimentos no segmento de imóveis. E de julho a dezembro de 2017, o Plano Elétricas BDI também possuía o mesmo desenquadramento, estando em desacordo em relação ao Art. 39 da Resolução CMN ° 3.792, ocasionados por reavaliações de imóveis. Todavia, segundo o Art. 52, inciso VII da mesma Resolução, não são considerados como infringência aos limites desenquadramento passivos decorrentes de reavaliação de imóveis, e a Entidade tem o prazo de setecentos e vinte dias para solucioná-lo (prazo este que se encerra em outubro de 2018).

Quanto ao demais itens, os limites das aplicações dos recursos dos planos de benefícios previdenciários administrados pela EnergisaPrev, estão em consonância com a Resolução do CMN nº 3.792, de 24/09/2009 e Resolução CMN nº 4.275, de 31/10/2013, e ainda, com o estabelecido na Política de Investimentos (2017 a 2021).

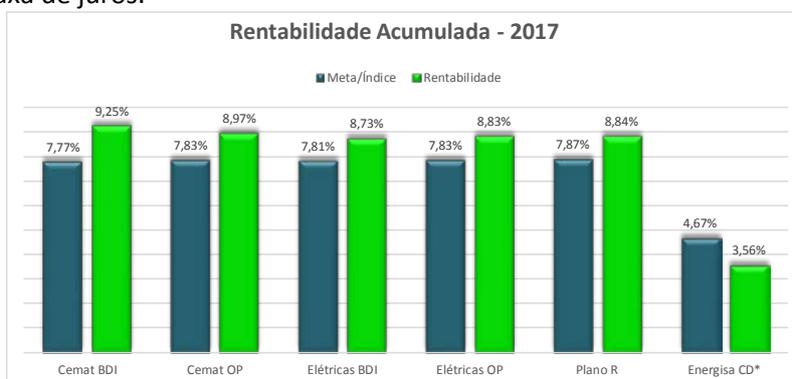
Nos planos administrados pela Entidade, há um Fundo de Direitos Creditórios (FIDC) Fornecedores Petrobrás adquirido em Junho/2011 cujo prazo era de 48 meses e em 2012 um dos cotistas que firmou intenção de aporte não realizou a integralização e gerou um desenquadramento quanto à concentração por investimento em relação a Entidade (alocação atual de 55,73% e limite legal de 25% ao longo do segundo semestre) e forçou o resgate antecipado dos recursos. Até o presente momento, foram pagos 84% do montante devido, o restante ainda não foi honrado pelos gestores haja vista a situação de recuperação judicial que entraram as empresas fornecedoras da Petrobras constantes da carteira do fundo. Em 31/12/2016 esse fundo foi provisionado na custódia e no balanço.

Além da providência assim mencionada, a EnergisaPrev, junto à consultoria jurídica (contratação do escritório de Advocacia Pereira Neto Macedo Advogados pela Diretoria Executiva da Entidade) está analisando as condições de recebimento da dação do imóvel e demais trâmites envolvendo os procedimentos adotados pelo fundo (administrador e gestor) bem como demais responsabilidades dos administradores e gestores.

8.5. RENTABILIDADE

A rentabilidade patrimonial consolidada no ano de 2017, dos planos ELÉTRICAS OP, ELÉTRICAS BD, CEMAT OP, CEMAT BD e RISCO, administrados pela EnergisaPrev, calculada pelo método da valorização da cota, teve resultados superior às respectivas metas atuariais. Com início das movimentações financeiras em 09/06/2017, o plano ENERGISA (CD) apresenta resultados proporcionais ao período no quadro a seguir. Com o CDI como índice de referência, o resultado Consolidado tem impactos em função do volume de recursos e forma de cálculo de cota patrimonial, que considera entradas e saídas.

O resultado alcançado reflete, parcialmente, a redução dos índices de inflação no exercício. Mas também é fruto da alocação segura e eficiente dos investimentos da entidade, que conseguiu aproveitar oportunidades, apesar do cenário de redução da taxa de juros.

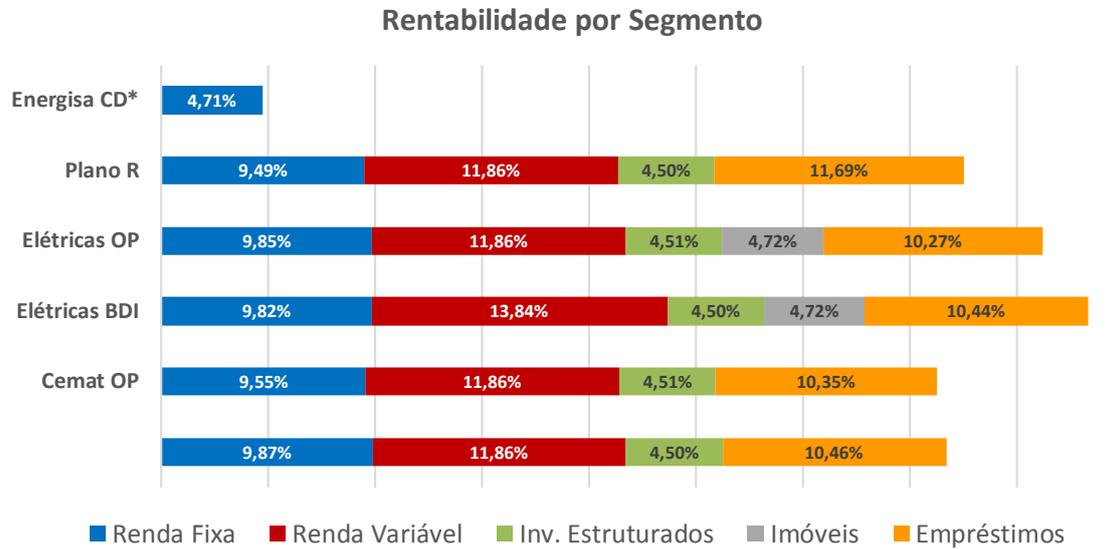


* Plano ENERGISA com resultados proporcionais ao início das movimentações financeiras em 09/06/2017

A volatilidade observada no período trouxe oportunidades de compras de papéis com taxas acima das fixadas na meta atuarial dos planos, o que irá contribuir de forma positiva no longo prazo para o resultado dos investimentos e cumprimento das obrigações. A EnergisaPrev buscou maior diversificação de seus investimentos frente ao cenário de redução de juros e realizou investimentos em fundos multimercado de gestores terceirizados no

segmento de investimentos estruturados a partir de Agosto de 2017. A Entidade considera correta suas diretrizes de alocação, ratificando sua responsabilidade fiduciária e a contínua busca por investimentos capazes de manter a capacidade solvente e de equilíbrio dos planos, utilizando a maior gama possível de experiências capazes de munir a tomada de decisão de investimentos.

Abaixo, apresentamos as rentabilidades apuradas por segmento em cada plano no acumulado do ano de 2017:



* Plano ENERGISA com resultados proporcionais ao início das movimentações financeiras em 09/06/2017

A alocação em investimentos estruturados, previsto na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, através de fundos multimercados foi iniciada em Agosto deste ano.

8.6. RENTABILIDADE PATRIMONIAL E ALOCAÇÃO POR SEGMENTO – COMPARATIVO POR EXERCÍCIO

Discriminação	2017							2016						
	CEMAT BDI	CEMAT OP	ELET BDI	ELET OP	PLANO R	ENERGISA	PGA	CEMAT BDI	CEMAT OP	ELET BDI	ELET OP	PLANO R	ENERGISA	PGA
INPC	2,07%	2,07%	2,07%	2,07%	2,07%	-		6,58%	6,58%	6,58%	6,58%	6,58%	-	-
CDI*	-	-	-	-	-	4,67%	9,93%	-	-	-	-	-	-	14,00%
Taxa de Juros	5,59%	5,65%	5,63%	5,65%	5,69%	-	-	5,59%	5,65%	5,63%	5,65%	5,69%	-	-
Rentabilidade	9,25%	8,97%	8,73%	8,83%	8,84%	3,56%	10,38%	13,08%	13,36%	14,63%	15,26%	13,47%	-	14,42%
Meta Atuarial/Índice Ref.	7,77%	7,83%	7,81%	7,83%	7,87%	4,67%	9,93%	12,54%	12,60%	12,58%	12,60%	12,64%	-	14,09%
Renda Fixa**	96,3%	93,3%	88,6%	81,6%	96,5%	90,9%	100,0%	97,1%	94,0%	89,3%	84,3%	97,5%	-	100,0%
Renda Variável	1,0%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,0%	0,0%	2,0%	1,7%	1,7%	1,6%	1,5%	-	0,0%
Investimentos Estruturados	1,8%	1,4%	1,8%	3,5%	1,8%	0,0%	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis	0,0%	0,0%	8,5%	7,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,7%	8,2%	0,0%	-	0,0%
Empréstimos	0,9%	4,5%	0,3%	6,2%	1,0%	9,1%	0,0%	0,9%	4,3%	0,3%	6,0%	1,0%	-	0,0%
Renda Fixa**	45.833.546	194.717.483	72.075.385	117.517.185	44.140.860	658.201	5.695.012	47.102.601	193.120.803	72.868.184	119.996.425	41.578.507	-	4.940.896
Renda Variável	489.911	1.805.088	717.572	1.174.530	325.567	-	-	947.235	3.490.115	1.387.416	2.270.938	629.479	-	-
Investimentos Estruturados	873.644	2.962.721	1.447.381	5.110.333	815.109	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis	-	-	6.950.141	11.372.877	-	-	-	-	-	7.091.735	11.604.576	-	-	-
Empréstimos	418.966	9.320.521	247.188	9.002.039	479.929	65.608	-	459.338	8.764.065	256.370	8.483.855	417.318	-	-
TOTAL	47.616.067	208.805.813	81.437.667	144.176.964	45.761.465	723.809	5.695.012	48.509.174	205.374.983	81.603.705	142.355.794	42.625.304	-	4.940.896
	R\$534.216.797,59							R\$525.409.854,13						

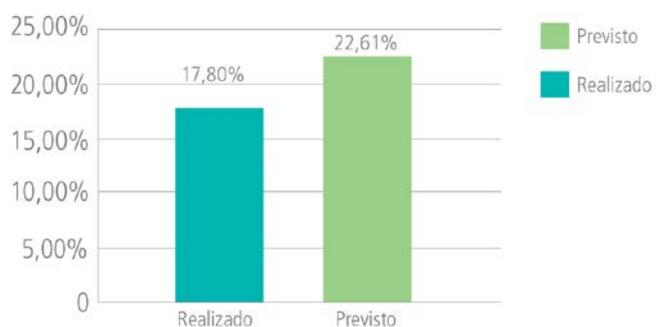
*CDI apurado para comparação com plano ENERGISA é proporcional ao período de investimentos do plano e CDI apurado para comparação com plano PGA é referente ao exercício inteiro.

** Renda Fixa inclui, além dos investimentos, os disponíveis, realizáveis e descontos dos exigíveis operacionais.

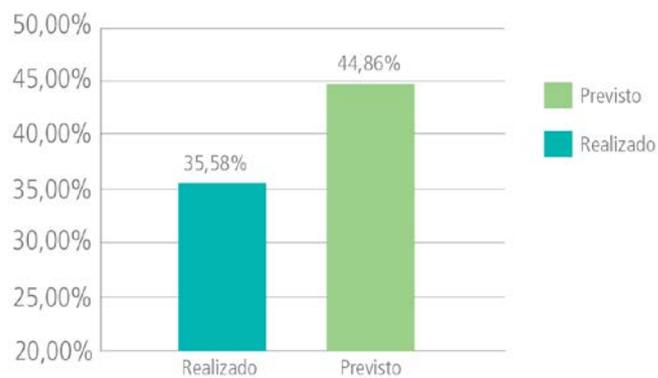
8.7. FLUXO ORÇAMENTÁRIO

Discriminação	PREVIDENCIAL				INVESTIMENTO				CONSOLIDADO			
	ACUMULADO - 2017				ACUMULADO - 2017				ACUMULADO - 2017			
	Previsto	Realizado	Diferença	Variação %	Previsto	Realizado	Diferença	Variação %	Previsto	Realizado	Diferença	Variação %
1- Receita de Contribuição	21.796.302,39	11.996.656,75	- 9.799.645,64	55,04%					21.796.302,39	11.996.656,75	- 9.799.645,64	55,04%
2- Rec. Administrativa (Custeio Administrativo)	4.377.926,30	4.847.196,41	469.270,11	110,72%					4.377.926,30	4.847.196,41	469.270,11	110,72%
Despesas Total (prev + inv)	4.659.484,41	3.807.649,30	- 851.835,11	81,72%	4.653.269,32	3.747.987,72	- 905.281,60	80,55%	9.312.753,73	7.555.637,02	- 1.757.116,71	81,13%
3.1 - Pessoal e Encargos	2.875.275,36	2.471.581,39	- 403.693,97	85,96%	2.352.497,68	2.022.203,08	- 330.294,60	85,96%	5.227.773,04	4.493.784,47	- 733.988,57	85,96%
3.1.1 - Conselheiros	203.500,20	250.904,50	47.404,30	123,29%	166.500,12	205.285,50	38.785,38	123,29%	370.000,32	456.190,00	86.189,68	123,29%
3.1.2 - Dirigentes	896.578,23	812.403,90	- 84.174,33	90,61%	733.563,96	664.694,02	- 68.869,94	90,61%	1.630.142,19	1.477.097,92	- 153.044,27	90,61%
3.1.3 - Pessoal Próprio	1.764.703,17	1.401.487,87	- 363.215,30	79,42%	1.443.847,72	1.146.672,04	- 297.175,68	79,42%	3.208.550,89	2.548.159,91	- 660.390,98	79,42%
3.1.4 - Estagiários	10.493,76	6.785,12	- 3.708,64	64,66%	8.585,88	5.551,52	- 3.034,36	64,66%	19.079,64	12.336,64	- 6.743,00	64,66%
3.2 - Treinamento/Congressos e Seminários	105.660,50	35.568,28	- 70.092,22	33,66%	86.449,50	29.101,38	- 57.348,12	33,66%	192.110,00	64.669,66	- 127.440,34	33,66%
3.2.1 - Treinamento/Congressos e Seminários - Próprio	20.905,50	8.334,27	- 12.571,23	39,87%	17.104,50	6.818,98	- 10.285,52	39,87%	38.010,00	15.153,25	- 22.856,75	39,87%
3.2.2 - Treinamento Dirigentes e Conselheiros	84.755,00	27.234,01	- 57.520,99	32,13%	69.345,00	22.282,40	- 47.062,60	32,13%	154.100,00	49.516,41	- 104.583,59	32,13%
3.3 - Viagens e Estádias	107.910,00	94.741,58	- 13.168,42	87,80%	88.290,00	77.572,89	- 10.717,11	87,86%	196.200,00	172.314,47	- 23.885,53	87,83%
3.3.1 - Viagens e Estádias / Pessoal Proprio	37.620,00	21.045,57	- 16.574,43	55,94%	30.780,00	17.219,12	- 13.560,88	55,94%	68.400,00	38.264,69	- 30.135,31	55,94%
3.3.2 - Viagens e Estádias / Dirigentes e Conselheiros	60.500,00	53.587,71	- 6.912,29	88,57%	49.500,00	43.864,52	- 5.635,48	88,62%	110.000,00	97.452,23	- 12.547,77	88,59%
3.3.3 - Viagens e Estádias / Terceiros	9.790,00	20.108,30	10.318,30	205,40%	8.010,00	16.489,25	8.479,25	205,86%	17.800,00	36.597,55	18.797,55	205,60%
3.4 - Serviços de Terceiros	804.599,57	543.544,75	- 261.054,82	67,55%	899.787,30	636.450,73	- 263.336,57	70,73%	1.704.386,87	1.179.995,48	- 524.391,39	69,23%
3.4.1 - Pessoa Física	9.900,00	5.803,96	- 4.096,04	58,63%	8.100,00	4.748,64	- 3.351,36	58,63%	18.000,00	10.552,60	- 7.447,40	58,63%
3.4.2 - Pessoa Jurídica	794.699,57	537.740,79	- 256.958,78	67,67%	891.687,30	631.702,09	- 259.985,21	70,84%	1.686.386,87	1.169.442,88	- 516.943,99	69,35%
3.5 - Despesas Gerais	454.225,87	389.017,59	- 65.208,28	85,64%	971.124,99	763.415,70	- 207.709,29	78,61%	1.425.350,86	1.152.433,29	- 272.917,57	80,85%
3.5.1 - Manutenção	19.103,56	14.809,97	- 4.293,59	77,52%	15.630,16	12.117,23	- 3.512,93	77,52%	34.733,72	26.927,20	- 7.806,52	77,52%
3.5.2 - Serviços Gerais	26.631,24	28.311,42	1.680,18	106,31%	21.789,24	23.163,82	1.374,58	106,31%	48.420,48	51.475,24	3.054,76	106,31%
3.5.3 - Despesas com Material	31.215,86	30.029,98	- 1.185,88	96,20%	25.540,26	24.570,02	- 970,24	96,20%	56.756,12	54.600,00	- 2.156,12	96,20%
3.5.4 - Diversas	197.870,25	139.180,78	- 58.689,47	70,34%	761.379,46	559.003,81	- 202.375,65	73,42%	959.249,71	698.184,59	- 261.065,12	72,78%
3.5.6 - Despesas com Aluguel	179.404,96	176.685,44	- 2.719,52	98,48%	146.785,87	144.560,82	- 2.225,05	98,48%	326.190,83	321.246,26	- 4.944,57	98,48%
3.6 - Depreciações e Amortizações	30.178,32	18.648,06	- 11.530,26	61,79%	24.691,32	15.257,49	- 9.433,83	61,79%	54.869,64	33.905,55	- 20.964,09	61,79%
3.7 - Tributos	249.930,04	227.104,81	- 22.825,23	90,87%	204.488,28	181.873,45	- 22.614,83	88,94%	454.418,32	408.978,26	- 45.440,06	90,00%
3.7.1- Tributos Federais	243.787,74	222.240,84	- 21.546,90	91,16%	199.462,70	177.893,82	- 21.568,88	89,19%	443.250,44	400.134,66	- 43.115,78	90,27%
3.7.2- Tributos Municipais	6.142,30	4.863,97	- 1.278,33	79,19%	5.025,58	3.979,63	- 1.045,95	79,19%	11.167,88	8.843,60	- 2.324,28	79,19%
3.8 - Outras Despesas	-	415,84	415,84		-	-	-		-	415,84	415,84	
3.9 - Despesas Específicas	31.704,75	27.027,00	- 4.677,75	85,25%	25.940,25	22.113,00	- 3.827,25	85,25%	57.645,00	49.140,00	- 8.505,00	85,25%
3.9.3 - Tributos Federais	31.704,75	27.027,00	- 4.677,75	85,25%	25.940,25	22.113,00	- 3.827,25	85,25%	57.645,00	49.140,00	- 8.505,00	85,25%
% Despesa / Receita	17,80%	22,61%	4,80%						35,58%	44,86%	9,28%	

(DESPESA / RECEITA) GESTÃO PREVIDENCIAL



(DESPESA / RECEITA) CONSOLIDADO





PARTE 5: RESULTADOS

9. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

EMPRESA: 04131 - ENERGISAPREV - FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA

ATIVO	R\$ mil	
	Exercício 2017	Exercício 2016
DISPONÍVEL	30	53
REALIZÁVEL	536.065	526.771
Gestão Previdencial (Nota 4)	1.019	944
Gestão Administrativa (Nota 5)	842	460
Investimentos (Nota 6)	534.204	525.367
Títulos Públicos	355.237	344.102
Créditos Privados e Depósitos	57.068	73.334
Ações	0	4.957
Fundos de Investimento	83.878	65.734
Investimentos Imobiliários	18.323	18.696
Empréstimos e Financiamentos	19.534	18.381
Outros Realizáveis	164	163
PERMANENTE (Nota 7)	120	85
Imobilizado	113	76
Intangível	7	9
TOTAL DO ATIVO	536.215	526.909

PASSIVO	R\$ mil	
	Exercício 2017	Exercício 2016
EXIGÍVEL OPERACIONAL	4.198	4.255
Gestão Previdencial (Nota 8)	3.554	3.738
Gestão Administrativa (Nota 9)	627	505
Investimentos	17	12
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	150	115
Gestão Previdencial (Nota 10)	35	0
Gestão Administrativa (Nota 11)	115	115
PATRIMÔNIO SOCIAL	531.867	522.539
Patrimônio de Cobertura do Plano	523.792	515.937
Provisões Matemáticas (Nota 12)	540.173	509.446
Benefícios Concedidos	425.263	408.170
Benefícios a Conceder	120.059	116.669
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.149)	(15.393)
Equilíbrio Técnico (Nota 13)	(16.381)	6.491
Resultados Realizados	(16.381)	6.491
Superávit Técnico Acumulado	0	6.491
(-) Déficit Técnico Acumulado	(16.381)	0
Fundos (Nota 14)	8.075	6.602
Fundos Previdenciais	1.864	1.502
Fundos Administrativos	5.915	4.866
Fundos dos Investimentos	296	234
TOTAL DO PASSIVO	536.215	526.909

9.1. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - ENERGISAPREV - FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA

PLANO ELÉTRICAS BDI - CNPB: 19.860.004-19

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	81.712	81.909	(0,24)
Disponível	0	12	(100,00)
Recebível	225	258	(12,79)
Investimento	81.487	81.639	(0,19)
Títulos Públicos	51.418	56.349	(8,75)
Créditos Privados e Depósitos	8.939	10.412	(14,15)
Ações	0	788	(100,00)
Fundos de Investimento	13.886	6.702	107,19
Investimentos Imobiliários	6.950	7.092	(2,00)
Empréstimos e Financiamentos	247	256	(3,52)
Outros Realizáveis	47	40	17,50
2. Obrigações	850	814	4,42
Operacional	815	814	0,12
Contingencial	35	0	100,00
3. Fundos não Previdenciais	223	260	(14,23)
Fundos Administrativos	221	259	(14,67)
Fundos dos Investimentos	2	1	100,00
4. Resultados à Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	80.639	80.835	(0,24)
Provisões Matemáticas	87.821	82.263	6,76
Superávit/Déficit Técnico	(7.182)	(1.428)	402,94
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(5.575)	372	(1.598,66)
a) Equilíbrio Técnico	(7.182)	(1.428)	402,94
b) Ajuste de Precificação	1.607	1.800	(10,72)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(5.575)	372	(1.598,66)

PLANO ELÉTRICAS OP - CNPB: 19.980.063-11

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	145.990	143.849	1,49
Disponível	2	19	(89,47)
Recebível	1.727	1.414	22,14
Investimento	144.261	142.416	1,30
Títulos Públicos	80.761	76.844	5,10
Créditos Privados e Depósitos	16.409	31.974	(48,68)
Ações	0	1.290	(100,00)
Fundos de Investimento	26.642	12.139	119,47
Investimentos Imobiliários	11.373	11.605	(2,00)
Empréstimos e Financiamentos	9.002	8.484	6,11
Outros Realizáveis	74	80	(7,50)
2. Obrigações	870	939	(7,35)
Operacional	870	939	(7,35)
3. Fundos não Previdenciais	1.595	1.311	21,66
Fundos Administrativos	1.433	1.179	21,54
Fundos dos Investimentos	162	132	22,73
4. Resultados à Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	143.525	141.599	1,36
Provisões Matemáticas	140.833	129.462	8,78
Superávit/Déficit Técnico	1.129	10.710	(89,46)
Fundos Previdenciais	1.563	1.427	9,53
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2.205	11.835	(81,37)
a) Equilíbrio Técnico	1.129	10.710	(89,46)
b) Ajuste de Precificação	1.076	1.125	(4,36)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	2.205	11.835	(81,37)

PLANO CEMAT BDI - CNPB: 19930010-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	47.797	48.642	(1,74)
Disponível	1	0	100,00
Recebível	151	103	46,60
Investimento	47.645	48.539	(1,84)
Títulos Públicos	30.133	31.573	(4,56)
Créditos Privados e Depósitos	7.766	5.744	35,20
Ações	0	538	(100,00)
Fundos de Investimento	9.308	10.209	(8,83)
Empréstimos e Financiamentos	419	459	(8,71)
Outros Realizáveis	19	16	18,75
2. Obrigações	440	464	(5,17)
Operacional	440	464	(5,17)
3. Fundos não Previdenciais	120	104	15,38
Fundos Administrativos	117	102	14,71
Fundos dos Investimentos	3	2	50,00
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	47.237	48.074	(1,74)
Provisões Matemáticas	52.951	53.265	(0,59)
Superávit/Déficit Técnico	(5.714)	(5.191)	10,08
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(4.804)	(4.217)	13,92
a) Equilíbrio Técnico	(5.714)	(5.191)	10,08
b) Ajuste de Precificação	910	974	(6,57)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(4.804)	(4.217)	13,92

PLANO CEMAT OP - CNPB: 19980067-19

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	210.523	206.851	1,78
Disponível	24	19	26,32
Recebível	1.598	1.366	16,98
Investimento	208.901	205.466	1,67
Títulos Públicos	159.898	149.392	7,03
Créditos Privados e Depósitos	18.398	19.849	(7,31)
Ações	0	1.983	(100,00)
Fundos de Investimento	21.203	25.399	(16,52)
Empréstimos e Financiamentos	9.321	8.764	6,36
Outros Realizáveis	81	79	2,53
2. Obrigações	1.284	1.450	(11,45)
Operacional	1.284	1.450	(11,45)
3. Fundos não Previdenciais	1.451	1.195	21,42
Fundos Administrativos	1.331	1.103	20,67
Fundos dos Investimentos	120	92	30,43
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	207.788	204.206	1,75
Provisões Matemáticas	204.596	199.878	2,36
Superávit/Déficit Técnico	2.891	4.252	(32,01)
Fundos Previdenciais	301	76	296,05
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	4.941	6.446	(23,35)
a) Equilíbrio Técnico	2.891	4.252	(32,01)
b) Ajuste de Precificação	2.050	2.194	(6,56)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	4.941	6.446	(23,35)

PLANO ENERGISA CD - CNPB: 20170006-47

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	902	0	100,00
Recebível	176	0	100,00
Investimento	726	0	100,00
Créditos Privados e Depósitos	4	0	100,00
Fundos de Investimento	656	0	100,00
Empréstimos e Financiamentos	66	0	100,00
2. Obrigações	3	0	100,00
Operacional	3	0	100,00
3. Fundos não Previdenciais	32	0	100,00
Fundos Administrativos	31	0	100,00
Fundos dos Investimentos	1	0	100,00
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	867	0	100,00
Provisões Matemáticas	867	0	100,00
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	0	0	0
a) Equilíbrio Técnico	0	0	0
b) Ajuste de Precificação	0	0	0
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	0	0	0

PLANO RISCO - CNPB: 20060066-65

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	48.860	45.316	7,82
Disponível	0	1	(100,00)
Recebível	3.058	2.668	14,62
Investimento	45.802	42.647	7,40
Títulos Públicos	33.027	29.944	10,30
Créditos Privados e Depósitos	5.015	4.292	16,85
Ações	0	358	(100,00)
Fundos de Investimento	7.265	7.617	(4,62)
Empréstimos e Financiamentos	480	417	15,11
Outros Realizáveis	15	19	(21,05)
2. Obrigações	469	361	29,92
Operacional	469	361	29,92
3. Fundos não Previdenciais	2.791	2.230	25,16
Fundos Administrativos	2.783	2.223	25,19
Fundos dos Investimentos	8	7	14,29
4. Resultados a Realizar	0	0	0
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	45.600	42.725	6,73
Provisões Matemáticas	53.105	44.577	19,13
Superávit/Déficit Técnico	(7.505)	(1.852)	305,24
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(6.082)	(427)	1.324,36
a) Equilíbrio Técnico	(7.505)	(1.852)	305,24
b) Ajuste de Precificação	1.423	1.425	(0,14)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(6.082)	(427)	1.324,36

9.2. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - ENERGISAPREV - FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA

PLANO ELÉTRICAS BDI - CNPB: 19.860.004-19

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	80.835	76.711	5,38
1. Adições	6.942	10.997	(36,87)
(+) Contribuições	115	201	(42,79)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.827	10.796	(36,76)
2. Destinações	(7.138)	(6.873)	3,86
(-) Benefícios	(7.016)	(6.672)	5,16
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(35)	0	100,00
(-) Custeio Administrativo	(87)	(201)	(56,72)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(196)	4.124	(104,75)
(+/-) Provisões Matemáticas	5.558	7.695	(27,77)
(+/-) Fundos Previdenciais	0	(5.547)	(100,00)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(5.754)	1.976	(391,19)
4. Operações Transitórias	0	0	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	80.639	80.835	(0,24)
C) Fundos não previdenciais	223	260	(14,23)
(+/-) Fundos Administrativos	221	259	(14,67)
(+/-) Fundos dos Investimentos	2	1	100,00

PLANO ELÉTRICAS OP - CNPB: 19.980.063-11

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	141.599	134.849	5,01
1. Adições	17.588	25.862	(31,99)
(+) Contribuições	5.462	6.357	(14,08)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.126	19.495	(37,80)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	10	(100,00)
2. Destinações	(15.662)	(19.112)	(18,05)
(-) Benefícios	(14.474)	(18.092)	(20,00)
(-) Custeio Administrativo	(1.188)	(1.020)	16,47
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.926	6.750	(71,47)
(+/-) Provisões Matemáticas	11.370	5.395	110,75
(+/-) Fundos Previdenciais	137	(6.275)	(102,18)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(9.581)	7.630	(225,57)
4. Operações Transitórias	0	0	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	143.525	141.599	1,36
C) Fundos não previdenciais	1.595	1.311	21,66
(+/-) Fundos Administrativos	1.433	1.179	21,54
(+/-) Fundos dos Investimentos	162	132	22,73

PLANO CEMAT BDI - CNPB: 19930010-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	48.074	47.312	1,61
	1. Adições	4.624	6.046	(23,52)
(+)	Contribuições	376	117	221,37
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.248	5.929	(28,35)
	2. Destinações	(5.461)	(5.284)	3,35
(-)	Benefícios	(5.394)	(5.169)	4,35
(-)	Custeio Administrativo	(67)	(115)	(41,74)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(837)	762	(209,84)
(+/-)	Provisões Matemáticas	(315)	3.525	(108,94)
(+/-)	Fundos Previdenciais	0	(4.283)	(100,00)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(522)	1.520	(134,34)
	4. Operações Transitórias	0	0	0
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	47.237	48.074	(1,74)
	C) Fundos não previdenciais	120	104	15,38
(+/-)	Fundos Administrativos	117	102	14,71
(+/-)	Fundos dos Investimentos	3	2	50,00

PLANO CEMAT OP - CNPB: 19980067-19

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	204.206	194.409	5,04
1. Adições	22.221	29.253	(24,04)
(+) Contribuições	4.482	4.148	8,05
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	17.739	25.105	(29,34)
2. Destinações	(18.639)	(19.456)	(4,20)
(-) Benefícios	(17.506)	(18.569)	(5,72)
(-) Custeio Administrativo	(1.133)	(887)	27,73
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.582	9.797	(63,44)
(+/-) Provisões Matemáticas	4.718	9.711	(51,42)
(+/-) Fundos Previdenciais	224	(6.601)	(103,39)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.360)	6.687	(120,34)
4. Operações Transitórias	0	0	0
(+/-) Operações Transitórias	0	0	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	207.788	204.206	1,75
C) Fundos não previdenciais	1.451	1.195	21,42
(+/-) Fundos Administrativos	1.331	1.103	20,67
(+/-) Fundos dos Investimentos	120	92	30,43

PLANO ENERGISA CD- CNPB: 20170006-47

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	0	0	0
1. Adições	945	0	100,00
(+) Contribuições	935	0	100,00
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	10	0	100,00
2. Destinações	(78)	0	100,00
(-) Benefícios	(5)	0	100,00
(-) Custeio Administrativo	(73)	0	100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	867	0	100,00
(+/-) Provisões Matemáticas	867	0	100,00
4. Operações Transitórias	0	0	0
(+/-) Operações Transitórias	0	0	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	867	0	100,00
C) Fundos não previdenciais	32	0	100,00
(+/-) Fundos Administrativos	31	0	100,00
(+/-) Fundos dos Investimentos	1	0	100,00

PLANO RISCO- CNPB: 20060066-65

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	42.725	35.926	18,93
1. Adições	9.257	12.461	(25,71)
(+) Contribuições	5.475	7.742	(29,28)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.782	4.719	(19,86)
2. Destinações	(6.382)	(5.662)	12,72
(-) Benefícios	(4.082)	(3.901)	4,64
(-) Custeio Administrativo	(2.300)	(1.761)	30,61
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.875	6.799	(57,71)
(+/-) Provisões Matemáticas	8.529	11.271	(24,33)
(+/-) Fundos Previdenciais	0	(6.477)	(100,00)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(5.654)	2.005	(382,00)
4. Operações Transitórias	0	0	0
(+/-) Operações Transitórias	0	0	0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	45.600	42.725	6,73
C) Fundos não previdenciais	2.791	2.230	25,16
(+) Fundos Administrativos	2.783	2.223	25,19
(+) Fundos dos Investimentos	8	7	14,29

9.3. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Empresa: 04131 - ENERGISAPREV - FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	522.539	493.219	5,94
1. Adições	65.397	88.192	(25,85)
(+) Contribuições Previdenciais	11.997	14.580	(17,72)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	44.733	66.045	(32,27)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	10	(100,00)
(+) Receitas Administrativas	8.124	6.946	16,96
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	481	558	(13,80)
(+) Constituição de Fundos de Investimento	62	53	16,98
2. Destinações	(56.069)	(58.872)	(4,76)
(-) Benefícios	(48.478)	(52.403)	(7,49)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(35)	0	100,00
(-) Despesas Administrativas	(7.556)	(6.468)	16,82
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	0	(1)	(100,00)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	9.328	29.320	(68,19)
(+/-) Provisões Matemáticas	30.727	37.597	(18,27)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(22.872)	19.818	(215,41)
(+/-) Fundos Previdenciais	362	(29.182)	(101,24)
(+/-) Fundos Administrativos	1.049	1.034	1,45
(+/-) Fundos dos Investimentos	62	53	16,98
4. Operações Transitórias	0	0	-
(+/-) Operações Transitórias	0	0	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	531.867	522.539	1,79

9.4. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

CONSOLIDADO

Empresa: 04131 - ENERGISAPREV - FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	4.866	3.831	27,02
1. Custeio da Gestão Administrativa	8.605	7.504	14,67
1.1. Receitas	8.605	7.504	14,67
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.847	3.985	21,63
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.242	2.931	10,61
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	25	21	19,05
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	481	558	(13,80)
Outras Receitas	10	9	11,11
2. Despesas Administrativas	(7.556)	(6.468)	16,82
2.1. Administração Previdencial	(3.808)	(2.958)	28,74
Pessoal e encargos	(2.472)	(1.827)	35,30
Treinamentos/congressos e seminários	(36)	(15)	140,00
Viagens e estadias	(95)	(69)	37,68
Serviços de terceiros	(543)	(457)	18,82
Despesas gerais	(389)	(375)	3,73
Depreciações e amortizações	(19)	(18)	5,56
Tributos	(254)	(197)	28,93
2.2. Administração dos Investimentos	(3.748)	(3.510)	6,78
Pessoal e encargos	(2.022)	(1.827)	10,67
Treinamentos/congressos e seminários	(29)	(15)	93,33
Viagens e estadias	(78)	(69)	13,04
Serviços de terceiros	(637)	(596)	6,88
Despesas gerais	(763)	(788)	(3,17)
Depreciações e amortizações	(15)	(18)	(16,67)
Tributos	(204)	(197)	3,55
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	0	(1)	(100,00)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	0	0
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	0	0	0
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	1.049	1.035	1,35
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	1.049	1.035	1,35
8. Operações Transitórias	0	0	0
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	5.915	4.866	21,56

9.5. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Empresa: 04131 - ENERGISAPREV - FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA

PLANO ELÉTRICAS BDI - CNPB: 19.860.004-19

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	81.491	81.650	(0,19)
1. Provisões Matemáticas	87.821	82.263	6,76
1.1. Benefícios Concedidos	86.593	81.116	6,75
Benefício Definido	86.593	81.116	6,75
1.2. Benefício a Conceder	1.228	1.147	7,06
Benefício Definido	1.228	1.147	7,06
2. Equilíbrio Técnico	(7.182)	(1.428)	402,94
2.1. Resultados Realizados	(7.182)	(1.428)	402,94
(-) Déficit técnico acumulado	(7.182)	(1.428)	402,94
3. Fundos			100,00
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial			100,00
4. Exigível Operacional	815	814	0,12
4.1. Gestão Previdencial	765	767	(0,26)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	50	47	6,38
5. Exigível Contingencial	35		100,00
5.1. Gestão Previdencial	35		100,00

PLANO ELÉTRICAS OP - CNPB: 19.980.063-11

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	144.557	142.670	1,32
1. Provisões Matemáticas	140.833	129.462	8,78
1.1. Benefícios Concedidos	78.760	75.138	4,82
Contribuição Definida	21.707	21.726	(0,09)
Benefício Definido	57.053	53.412	6,82
1.2. Benefício a Conceder	62.073	61.834	0,39
Contribuição Definida	62.073	61.834	0,39
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	5.793	5.636	2,79
Saldo de Contas - parcela participantes	56.280	56.198	0,15
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir		(7.510)	(100,00)
(-) Déficit equacionado		(7.510)	(100,00)
(-) Patrocinador(es)		(7.510)	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	1.129	10.710	(89,46)
2.1. Resultados Realizados	1.129	10.710	(89,46)
Superávit técnico acumulado	1.129	10.710	(89,46)
Reserva de contingência	1.129	10.710	(89,46)
3. Fundos	1.725	1.559	10,65
3.1. Fundos Previdenciais	1.563	1.427	9,53
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	162	132	22,73
4. Exigível Operacional	870	939	(7,35)
4.1. Gestão Previdencial	784	860	(8,84)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	86	79	8,86
5. Exigível Contingencial			0
5.1. Gestão Previdencial			0

PLANO CEMAT BDI - CNPB: 19930010-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	47.680	48.539	(1,77)
1. Provisões Matemáticas	52.951	53.265	(0,59)
1.1. Benefícios Concedidos	57.293	56.073	2,18
Benefício Definido	57.293	56.073	2,18
1.2. Benefício a Conceder	807	685	17,81
Benefício Definido	807	685	17,81
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(5.149)	(3.493)	47,41
(-) Déficit equacionado	(5.149)	(3.493)	47,41
(-) Patrocinador(es)	(4.109)	(1.480)	177,64
(-) Participantes	(14)	(19)	(26,32)
(-) Assistidos	(1.026)	(1.994)	(48,55)
2. Equilíbrio Técnico	(5.714)	(5.191)	10,08
2.1. Resultados Realizados	(5.714)	(5.191)	10,08
(-) Déficit técnico acumulado	(5.714)	(5.191)	10,08
3. Fundos	3	2	50,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3	2	50,00
4. Exigível Operacional	440	463	(4,97)
4.1. Gestão Previdencial	410	433	(5,31)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	30	30	-
5. Exigível Contingencial	0	0	0

PLANO CEMAT OP - CNPB: 19980067-19

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	209.192	205.748	1,67
1. Provisões Matemáticas	204.596	199.878	2,36
1.1. Benefícios Concedidos	153.661	150.849	1,86
Contribuição Definida	67.106	66.749	0,53
Benefício Definido	86.555	84.100	2,92
1.2. Benefício a Conceder	50.935	49.029	3,89
Contribuição Definida	50.935	49.029	3,89
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	7.274	7.375	(1,37)
Saldo de Contas - parcela participantes	43.661	41.654	4,82
2. Equilíbrio Técnico	2.891	4.252	(32,01)
2.1. Resultados Realizados	2.891	4.252	(32,01)
Superávit técnico acumulado	2.891	4.252	(32,01)
Reserva de contingência	2.891	4.252	(32,01)
3. Fundos	421	168	150,60
3.1. Fundos Previdenciais	301	76	296,05
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	120	92	30,43
4. Exigível Operacional	1.284	1.450	(11,45)
4.1. Gestão Previdencial	1.164	1.340	(13,13)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	120	110	9,09
5. Exigível Contingencial	0	0	0

PLANO ENERGISA CD - CNPB: 20170006-47

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	871		100,00
1. Provisões Matemáticas	867		100,00
1.2. Benefício a Conceder	867		100,00
Contribuição Definida	867		100,00
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	370		100,00
Saldo de contas - parcela participantes	497		100,00
2. Equilíbrio Técnico			100,00
3. Fundos	1		100,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1		100,00
4. Exigível Operacional	3		100,00
4.1. Gestão Previdencial	1		100,00
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2		100,00
5. Exigível Contingencial			0

PLANO RISCO - CNPB: 20060066-65

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	46.077	43.093	6,92
1. Provisões Matemáticas	53.105	44.577	19,13
1.1. Benefícios Concedidos	48.955	44.994	8,80
Benefício Definido	48.955	44.994	8,80
1.2. Benefício a Conceder	4.150	3.973	4,46
Benefício Definido	4.150	3.973	4,46
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	0	(4.390)	(100,00)
(-) Déficit equacionado	0	(4.390)	(100,00)
(-) Patrocinador(es)	0	(4.390)	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	(7.505)	(1.852)	305,24
2.1. Resultados Realizados	(7.505)	(1.852)	305,24
(-) Déficit técnico acumulado	(7.505)	(1.852)	305,24
3. Fundos	8	7	14,29
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	8	7	14,29
4. Exigível Operacional	469	361	29,92
4.1. Gestão Previdencial	428	338	26,63
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	41	23	78,26
5. Exigível Contingencial			0

10. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de R\$)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **EnergisaPrev** - Fundação Energisa de Previdência (“Fundação” ou “EnergisaPrev”) é uma sociedade jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, enquadrando-se como Entidade Fechada de Previdência Complementar, com funcionamento autorizado através da Portaria nº. 47, de 24 de Outubro de 2003 do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar, iniciando suas atividades em 02 de Fevereiro de 2004, conforme Portaria nº. 67 de 03 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 2003 e republicada com retificação, em 11 de Dezembro de 2003.

A EnergisaPrev resulta na fusão de 3 Fundações, absorvendo todos os bens, direitos e obrigações, são elas: a Fundação Grão Pará de Previdência e Assistência Social - **FUNGRAPA** ; Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da CEMAT - **PREVIMAT** ; Fundação Rede de Seguridade - **FUNREDE**; e tem como patrocinadora e seus respectivos planos de benefícios as seguintes empresas:

PATROCINADORAS	PLANO CEMAT BD I	PLANO CEMAT OP	PLANO ELETRICAS BD I	PLANO ELETRICAS OP	PLANO DE RISCO	PLANO ENERGISA CD
REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S/A			X	X	X	X
EMPRESA DE ELETRICIDADE VALE PARANAPANEMA S/A			X	X	X	X
ENERGISA TOCANTINS DISTRIB DE ENERGIA S/A			X	X	X	X
ENERGISA MATO GROSSO DISTRIB ENERGIA S/A	X	X			X	X
ENERGISA MATO GROSSO DO SUL DIST ENERGIA S/A				X	X	X
TOCANTINS ENERGÉTICA S/A			X	X	X	X
DENERGE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO S/A			X	X	X	X
CIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA			X	X	X	X
ENERGISA BORBOREMA DISTR DE ENERGIA S/A					X	X
ENERGISA MINAS GERAIS DISTR DE ENERGIA S/A					X	X
ENERGISA NOVA FRIBURGO DISTR DE ENERGIA S/A					X	X
ENERGISA SOLUÇÕES S/A					X	X
ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA					X	X
ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA					X	X
ENERGISA SERGIPE DISTRIB DE ENERGIA S/A					X	X
ENERGISA PARAIBA DISTRIB DE ENERGIA S/A					X	X
MULTI ENERGISA SERVIÇOS S/A					X	X
ENERGISA SOL CONSTR SERV LINHAS REDES S/A					X	X
ENERGISA SERVIÇOS AEREO DE AEROINS S/A					X	X
ENERGISA SUL SUDESTE DISTR DE ENERGIA S/A			X	X	X	X
ENERGISAPREV FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA		X		X	X	X
ENERGISA S/A						X
REDE POWER DO BRASIL S/A			X	X	X	X

Na forma das suas disposições estatutárias e regulamentares a Fundação tem por finalidade principal: instituir, administrar e executar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos colaboradores das empresas que a patrocinam, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais, conforme disposto no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e na legislação vigente.

Para a consecução de seus objetivos, a Fundação obtém recursos de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dos seus recursos garantidores em investimentos. É regida pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Por decorrência, obedece às normas baixadas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar e às Resoluções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Após a aquisição das 8 (oito) distribuidoras de energia do grupo Rede Energia, o grupo Energisa passou a ter uma estrutura previdenciária composta de 6 (seis) entidades de previdência complementar e 15 (quinze) planos de benefícios previdenciários.

De acordo com estudo técnico desenvolvido por consultores externos, foi identificado que não havia racionalidade em manter uma estrutura complexa com 15 (quinze) planos de benefícios de modelagens distintas, sendo administrados por várias entidades sem qualquer tipo de sinergia, expondo patrocinadores, participantes e assistidos a riscos de diversas naturezas.

Assim, com vistas a reestruturar o modelo de previdência complementar do grupo Energisa, visando capturar ganhos de sinergia, padronizar o serviço oferecido, melhorar a produtividade para os fundos em função da escala, seja na gestão dos investimentos, seja na redução do custo de administração e melhorar a performance da gestão dos ativos, o grupo Energisa decidiu transferir a gestão dos planos de benefícios para uma única entidade de previdência complementar.

Em 21 de março de 2017, foi realizada a 28ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da EnergisaPrev, no qual aprovou a proposta de incorporação da Fundação SAELPA de Seguridade Social – FUNASA pela EnergisaPrev. Em 17 de agosto de 2017, foi realizada a 101ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da EnergisaPrev aprovando a proposta de incorporação da Fundação Enersul de Seguridade Social pela EnergisaPrev. A incorporação faz parte de um processo de reorganização, com o intuito de racionalizar sua estrutura, reduzir suas despesas envolvidas, maior eficiência gerencial e organizacional, obtendo assim uma otimização da administração para melhor atender os interesses de seus participantes Ativos e Assistidos.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar, através da portaria nº 349 de 07 de abril de 2017, aprovou o regulamento do plano do Plano de Benefícios Energisa. O Plano de Benefícios Energisa, administrado pela EnergisaPrev e patrocinado pela Energisa, foi estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) e também oferece a opção de contratação de cobertura adicional dos benefícios decorrentes de invalidez e morte que são exteriorizados.

A EnergisaPrev administra atualmente 6 (seis) planos de benefícios previdenciais sendo 3 (três) planos estruturados na modalidade de Benefício Definido (Elétricas BDI, CEMAT BDI e PL.Risco) e 2 (dois) planos de Contribuição Variável (Elétricas OP e CEMAT OP) e 1 (um) plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (PL. Energisa CD), conforme enquadramento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, cujo custeio é estabelecido anualmente por meio da Avaliação Atuarial.

A EnergisaPrev possuía em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as seguintes quantidades de participantes:

PLANOS	31/12/2017	31/12/2016
ELÉTRICAS BDI	343	341
Ativos	4	4
Assistidos	208	209
Beneficiários (Pensionistas)	130	127
Autopatrocinaados	1	1
ELÉTRICAS OP	2.373	2.896
Ativos	2.233	2.783
Assistidos	80	77
Beneficiários (Pensionistas)	4	3
Autopatrocinaados	3	4
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	53	29
CEMAT BDI	139	142
Ativos	2	2
Assistidos	82	86
Beneficiários (Pensionistas)	54	53
Autopatrocinaados	1	1
CEMAT OP	2.554	2.543
Ativos	2.150	2.155
Assistidos	305	306
Beneficiários (Pensionistas)	53	51
Autopatrocinaados	11	16
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	35	15
PLANO ENERGISA CD	348	0
Ativos	348	0
TOTAL DE PARTICIPANTES	5.757	5.922

A inscrição nos Planos OPTATIVOS (OP's) ocorre de forma indissociável ao Plano de RISCO, conseqüentemente, todos os participantes inscritos nos respectivos planos OP's, ficam automaticamente cobertos pelos benefícios não programados do Plano de RISCO.

PLANO DE RISCO	4.478	5.038
Ativos	4.386	4.942
Assistidos	41	42
Beneficiários (Pensionistas)	37	34
Autopatrocinaados	14	20

2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da EnergisaPrev estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos reguladores e fiscalizadores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's), especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Instrução Previc nº 1, de 12 de abril de 2013, Instrução MTPS-PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões Previdencial, Assistencial, Administrativa e dos Investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade

com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2014 e Instrução MTPS-PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, as EFPC apresentam as seguintes demonstrações:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativo com o exercício anterior;
- c) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefícios previdencial) comparativo com o exercício anterior;
- d) Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício Previdencial) comparativo com o exercício anterior;
- e) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (por plano de benefício Previdencial) comparativo com o exercício anterior;
- f) Demonstrac o das Provisões Técnicas – DPT (por plano de benefício Previdencial) comparativo com o exercício anterior; e,
- g) Notas Explicativas  s Demonstrac es Financeiras Consolidadas.

3 –PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escriturac o contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor das EFPC’s observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

3.1) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variac es Positivas e Deduções / Variac es Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variac es Positivas e Deduções/Variac es Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

3.2) Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em c culos atuariais, elaborados por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

3.3) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e, as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

3.4) Ativo Realizável – Fluxo dos Investimentos

Registram-se as aplicações dos recursos dos planos de benefícios, segregados por plano, obedecendo aos limites e critérios determinados em legislação pertinente, classificados como segue:

I. Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados

Considerando as disposições da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC no 04, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

Títulos para negociação - Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. São avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos nas operações do período; e,

Títulos mantidos até o vencimento - Quando a intenção da Administração, e considerando a capacidade financeira da Fundação, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A avaliação periódica da capacidade financeira da Fundação permite que parte dos títulos adquiridos sejam mantidos até o vencimento, reduzindo a volatilidade dos resultados e buscando melhor gerenciamento dos riscos atuariais, visando garantir padrões de segurança econômico-financeira, haja vista a finalidade específica de manutenção liquidez, solvência e equilíbrio dos planos.

A receita com títulos e/ou fundos renda fixa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas mensalmente em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

A avaliação das ações e/ou fundos de renda variável, considera a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Os fundos de investimentos enquadrados nos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados consideram o valor da cota de fechamento do mercado do último dia do mês conforme divulgado pela ANBIMA.

II. Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, ajustados pelo valor das reavaliações a valor de mercado efetuadas, no mínimo a cada três anos, deduzida da depreciação, calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil de cada bem, estabelecido nos laudos de avaliação.

III. Operações com Participantes (Empréstimos Financeiros)

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes e assistidos oriundos de empréstimos financeiros concedidos pela Fundação.

3.5) Imobilizado

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Fundação são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Taxa
Edificações	2%
Imobilizado	
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10% - 25%
Veículos	20%
Computadores e Periféricos	20%
Ventiladores - Refrigeradores de Ar	25%

3.6) Intangível

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a EnergisaPrev observa as seguintes regras:

- A amortização do intangível é contabilizada, mensalmente, como redutora, em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA);
- A amortização é calculada pelo método linear.

3.7) Exigível Operacional

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variação monetários incorridos.

3.8) Provisão de Férias, 13º Salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.9) Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. É atualizado por meio das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, estimadas de acordo com a possibilidade de êxito sinalizada pelos advogados contratados para defesa das ações em curso, além dos seguintes critérios:

- Efetivar o registro da provisão no Passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e
- Existindo depósito judicial este deverá ser registrado no Ativo Contingencial dos planos.

3.10) Patrimônio Social – Provisões Matemáticas

São determinadas segundo cálculos efetuados por atuário externo, contratado pela Fundação, e representam os compromissos previdenciais assumidos com os participantes assistidos e beneficiários. As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios futuros de participantes, em gozo de aposentadoria ou pensão, líquido das respectivas contribuições futuras. E os benefícios a conceder, representam o montante dos saldos de contas individuais nos planos de contribuição variável e saldo de conta coletiva para os planos de benefício definido.

3.11) Apurações de Resultado

O resultado das operações é registrado pelo regime contábil de competência.

3.12) Receitas Administrativas

Atendendo às determinações legais contidas na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas, oriundas do Plano Anual de Custeio da Fundação são transferidas dos Planos de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa - PGA.

3.13) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão

Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa - PGA é constituído pelas receitas administrativas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para custear as despesas com a gestão administrativa nos exercícios de 2017 e de 2016, as Patrocinadoras e os Autopatrocinados dos Planos Cemat BDI, Cemat OP, Elétricas BDI, Elétricas OP e Plano R fizeram uma contribuição mensal equivalente a 1,65% sobre a suas folhas de salários (1,73% em 2016). Os Assistidos dos Planos Cemat BDI e Elétricas BDI realizaram uma contribuição mensal de 1,65% sobre a folha dos assistidos (1,73% em 2016). O plano Energisa CD é cobrado 9,29% sobre as contribuições dos Patrocinadores e Participantes vertidas para o plano. O recurso é utilizado para suprir as despesas previstas com a administração de todos os planos de benefícios.

As despesas comuns foram apropriadas de acordo com as atividades de previdência e de investimentos. Realizado o rateio de acordo com as tarefas desempenhadas pelo quadro de colaboradores, foram registradas 55% para gestão previdencial e 45% para administração dos investimentos. As despesas vinculadas diretamente à gestão previdencial e de investimentos foram registrados integralmente como despesas da gestão previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

As despesas específicas são alocadas diretamente ao plano que originou e as despesas comuns administrativas são custeadas pelas contribuições vertidas ao Plano de Gestão Administrativa – PGA. As despesas comuns de investimento são rateadas pelo número de participantes ativos e assistidos.

4 – REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

Registram os recursos a receber referente às contribuições previdenciais dos participantes, patrocinadoras e autopatrocinados, e contribuições sobre 13º salário, do mês em curso e em atraso, bem como, as contribuições extraordinárias contratadas com patrocinadoras. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

ITEM	31/12/2017	31/12/2016
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.019	944
1. Recursos a Receber	1.019	944
1.1 Contribuições do Mês	922	856
1.2 Contribuições Sobre 13.º Salário	95	88
1.3 Adiantamentos	2	0

5 - REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registram os recursos a receber referentes às contribuições para o custeio administrativo, despesas antecipadas e depósitos judiciais. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

ITEM	31/12/2017	31/12/2016
GESTÃO ADMINISTRATIVA	842	460
1. Contas a Receber	392	254
1.1 Contribuições para Custeio	392	254
2. Despesas Antecipadas	294	67
3. Depósitos Judiciais	113	112
4. Outros Realizáveis	43	27

6 - INVESTIMENTOS

No Programa de Investimentos estão registradas, por segmento, as aplicações dos recursos garantidores dos planos de benefícios da Fundação: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos imobiliários e operações com participantes.

A seguir, apresentamos o realizável do Programa de Investimentos, em 31 de dezembro 2017, com o comparativo do exercício anterior:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
INVESTIMENTOS	534.204	525.367
1. Títulos Públicos Federais	355.237	344.102
Notas do Tesouro Nacional	355.237	322.020
Letras do Tesouro Nacional	0	22.082
1.2. Créditos Privados e Depósitos	57.068	73.334
1.2.1 Instituições Financeiras	19.318	50.410
CDB Banco ABC S.A	8.806	5.534
CDB Banco CNH Industrial	10.512	0
Oper.Compromissada c/Lastro Banco Votorantim Leasing	0	12.008
DPGE Banco Caruana S.A	0	17.167
LFS Banco Itau S.A	0	4.703
LF Banco Santander S.A	0	10.998
1.2.2 Companhias Abertas	26.618	22.924
Debêntures Cemig Distribuição S.A	7.706	6.917
Debêntures Transmissora de Aliança de Energia Elétrica S.A	7.469	7.148
Debêntures Duke Energy International	9.949	8.859
Dasa - Diagnósticos da América S/A	1.494	0
1.3 Patrocinadores	11.132	0
1.3.1 Debêntures	11.132	0
Energisa S/A	11.132	0
1.4 Ações	0	4.957
1.4.1 Patrocinadora	0	4.957
Rede Energia S.A	0	4.957
1.3.1 Patrocinadora	4.957	4.957
Rede Energia S.A	4.957	4.957
1.5 Fundos de Investimento	83.878	65.734
1.5.1 Renda Fixa	30.432	5.523
BTG Pactual Emissões Primárias II FIRF CP	274	1.446
VINCI FIRF Imobiliários CP LP	4.372	4.077
Banco FI Votorantim Inst.RF	25.786	0
1.5.2 Ações	4.512	3.768
VINCI Gás Valor Dividendos FIC FIA	4.512	3.768
1.5.3 Multimercado	48.934	56.443
Institucional Active FIX IB - MM FI (Institucional)	37.725	56.443
Fic Fim Garde Dumas (Estruturado)	2.223	0
Bahia Marau Fic Fim (Estruturado)	2.279	0
SPX Nimitz Estr.Fic MM (Estruturado)	6.707	0
2. Investimentos Imobiliários	18.323	18.696
2.2. Aluguéis e Renda	18.323	18.696
3. Operações com Participantes	19.534	18.381
3.1. Empréstimos	19.534	18.381
4. Outros Realizáveis	164	163

a) Títulos mantidos até o vencimento

Esta classificação refere-se aos títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade em mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período. Em 31 de Dezembro de 2017, os títulos mantidos até o vencimento são:

DESCRIÇÃO	31/12/2017		31/12/2016	
	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA
Títulos Públicos Federais	305.651	355.237	297.717	344.102
Notas do Tesouro Nacional	305.651	355.237	277.221	322.020
Letras do Tesouro Nacional	0	0	20.496	22.082
Créditos Privados e Depósitos	36.422	39.413	22.421	24.690
CDB Banco ABC S.A	8.200	8.806	5.200	5.534
CDB CNH Industrial	9.800	10.512	0	0
Op. Compromissada Votorantim Financeira	0	0	11.300	12.008
Debêntures Trans. Aliança de Energia Elétrica S.A	5.921	7.469	5.921	7.148
Dasa - Diagnósticos da América S/A	1.501	1.494	0	0
Debêntures ENERGISA S/A	11.000	11.132	0	0
TOTAL	342.073	394.650	320.138	368.792

b) Títulos para Negociação

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira da Fundação foram classificados na categoria “Títulos para Negociação” e os mesmos são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício, conforme as Resoluções nº. 04, de 30 de janeiro de 2002, nº. 08 de junho de 2002, e nº. 22, de 25 de fevereiro de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar e em consonância com as normas do Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	31/12/2017		31/12/2016	
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Créditos Privados e Depósitos	14.034	17.655	35.549	48.644
DPGE Banco Caruana S.A	0	0	10.000	17.167
LFS Banco Itau S.A	0	0	3.000	4.703
LF Banco Santander S.A	0	0	8.515	10.998
Debêntures Cemig Distribuição S.A	6.756	7.706	6.756	6.917
Debêntures Duke Energy International	7.278	9.949	7.278	8.859
TOTAL	14.034	17.655	35.549	48.644

Independente da classificação adotada, a Fundação procura respeitar, para os casos que tem esse compromisso, os seus prazos previstos e negociados, quando da aplicação dos recursos. A seguir, apresentamos a composição das aplicações dos títulos e valores mobiliários, do Programa de Investimentos segregados em curto prazo (vencimento até 12 meses) e longo prazo (vencimento após 12 meses):

- Exercício de 2017

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1. Títulos Públicos Federais	0	355.237	355.237
Notas do Tesouro Nacional	0	355.237	355.237
1.2. Créditos Privados e Depósitos	20.812	36.256	57.068
1.2.1 Instituições Financeiras	19.318	0	19.318
CDB Banco ABC S.A	8.806	0	8.806
CDB CNH Industrial	10.512	0	10.512
1.2.2 Companhias Abertas	1.494	25.124	26.618
Debêntures Cemig Distribuição S.A	0	7.706	7.706
Debêntures Duke Energy International	0	9.949	9.949
Debêntures Transmissora de Aliança de Energia Elétrica S.A	0	7.469	7.469
Dasa - Diagnósticos da América S/A	1.494	0	1.494
1.3. Patrocinadora	0	11.132	11.132
Debêntures ENERGISA S/A	0	11.132	11.132
1.4 Fundos de Investimentos	83.878	0	83.878
1.4.1 Renda Fixa	30.432	0	30.432
BTG Pactual Emissões Primárias II FIRF CP	274	0	274
VINCI FIRF Imobiliários CP LP	4.372	0	4.372
Votorantim	25.786	0	25.786
1.4.2 Ações	4.512	0	4.512
Vinci Gas Valor Dividendos FIC FIA	4.512	0	4.512
1.4.3 Multimercado	48.934	0	48.934
Institucional Active FIX IB - MM FI (Institucional)	37.725	0	37.725
Fic Fim Garde Dumas (Estruturado)	2.223	0	2.223
Bahia Marau Fic Fim (Estruturado)	2.279	0	2.279
SPX Nimitz Estr.Fic MM (Estruturado)	6.707	0	6.707

- Exercício de 2016

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1. Títulos Públicos Federais	0	344.102	344.102
Notas do Tesouro Nacional	0	322.020	322.020
Letras do Tesouro Nacional	0	22.082	22.082
1.2. Créditos Privados e Depósitos	17.542	55.792	73.334
1.2.1 Instituições Financeiras	17.542	32.868	50.410
CDB Banco ABC S.A	5.534	0	5.534
Oper.Comprom. c/Lastro Banco Votorantim Leasing	12.008	0	12.008
DPGE Banco Caruana S.A	0	17.167	17.167
LFS Banco Itau S.A	0	4.703	4.703
LF Santander S.A	0	10.998	10.998
1.2.2 Companhias Abertas	0	22.924	22.924
Debêntures Cemig Distribuição S.A	0	6.917	6.917
Debêntures Duke Energy International	0	8.859	8.859
Debêntures Transmissora de Aliança de Energia Elétrica S.A	0	7.148	7.148
1.3 Ações	4.957	0	4.957
1.3.1 Patrocinadora	4.957	0	4.957
Rede Energia S.A	4.957	0	4.957
1.4 Fundos de Investimentos	65.734	0	65.734
1.4.1 Renda Fixa	5.523	0	5.523
BTG Pactual Emissões Primárias II FIRF CP	1.446	0	1.446
VINCI FIRF Imobiliários CP LP	4.077	0	4.077
1.4.2 Ações	3.768	0	3.768
VINCI Gás Valor Dividendos FIC FIA	3.768	0	3.768
1.4.3 Multimercado	56.443	0	56.443
Institucional Active FIX IB - MM FI	56.443	0	56.443

c) Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais

A Resolução CNPC 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 set. de 2008, estabelecendo novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A PREVIC emitiu em 04 fevereiro de 2015, a Instrução nº 19, tratando das questões da Resolução CNPC nº 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que, além de estarem mantidos até o vencimento, têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão. Além disso, o valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) deve ser igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios; a duração do fluxo desses títulos deve ser inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e

deve ser demonstrada a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

A seguir apresentamos a composição consolidada dos ajustes de precificação por plano de benefícios, posicionado em 31 de dezembro de 2017.

Elétricas BDI

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos títulos públicos, foi calculado considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,63%, resultando em um valor positivo de R\$ 1.607, conforme demonstrativo a seguir:

Títulos Públicos Federais	Vencimento	Quant.	Valor de Aquisição	Valor de papel na curva	Valor a taxa do passivo	Valor do Ajuste
NTN-B	15/08/2050	700	1.739	2.177	2.292	115
NTN-B	15/08/2050	177	430	577	580	3
NTN-B	15/08/2030	177	411	536	567	31
NTN-B	15/08/2030	744	1.748	2.299	2.385	86
NTN-B	15/08/2030	744	1.748	2.299	2.385	86
NTN-B	15/08/2024	195	447	590	617	27
NTN-B	15/05/2035	195	440	571	621	50
NTN-B	15/08/2024	381	900	1.172	1.206	34
NTN-B	15/08/2030	177	420	552	568	15
NTN-B	15/08/2030	230	535	697	737	41
NTN-B	15/08/2020	423	1.100	1.306	1.324	18
NTN-B	15/08/2030	733	1.901	2.159	2.350	191
NTN-B	15/08/2022	1.337	3.502	3.979	4.210	231
NTN-B	15/08/2040	400	894	1.166	1.300	134
NTN-B	15/05/2019	805	2.124	2.446	2.475	29
NTN-B	15/08/2050	500	1.080	1.405	1.637	232
NTN-B	15/05/2019	291	866	894	895	1
NTN-B	15/05/2019	97	281	298	298	0
NTN-B	15/05/2019	197	572	603	606	3
NTN-B	15/05/2021	268	800	826	829	3
NTN-B	15/05/2021	73	212	225	226	1
NTN-B	15/08/2026	1.691	4.998	5.218	5.376	158
NTN-B	15/05/2045	348	999	1.060	1.120	60
NTN-B	15/08/2050	177	428	574	580	6
NTN-B	15/08/2050	177	428	574	580	6
NTN-B	15/05/2019	1.218	3.237	3.717	3.745	28
NTN-B	15/08/2026	1.601	5.000	5.080	5.090	10
NTN-B	15/08/2026	340	1.048	1.073	1.081	8
TOTAL		14.396	38.288	44.073	45.680	1.607

Elétricas OP

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

A apuração do ajuste foi calculada considerando somente os benefícios concedidos que adquiram características de benefício definido, que representa 40,27% das Provisões Matemáticas, percentual este aplicado sobre os títulos públicos, sendo a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,65%, resultando em um valor positivo de R\$ 1.076, conforme demonstrativo a seguir:

Títulos Públicos Federais	Vencimento	Quant.	Valor de Aquisição	Valor de papel na curva	Valor a taxa do passivo	Valor do Ajuste
NTN-B	15/08/2050	290	117	381	381	0
NTN-B	15/08/2030	290	117	364	374	10
NTN-B	15/08/2030	1.219	491	1.517	1.571	54
NTN-B	15/08/2030	1.219	491	1.517	1.571	54
NTN-B	15/08/2024	319	128	389	406	17
NTN-B	15/08/2035	319	128	376	408	32
NTN-B	15/08/2024	624	251	773	795	22
NTN-B	15/08/2030	290	117	354	374	20
NTN-B	15/08/2030	377	152	460	486	26
NTN-B	15/08/2020	692	279	860	872	12
NTN-B	15/05/2019	863	348	1.060	1.068	8
NTN-B	15/05/2019	280	113	343	347	4
NTN-B	15/08/2040	659	265	776	860	84
NTN-B	15/08/2050	658	265	775	865	90
NTN-B	15/08/2022	1.540	620	1.845	1.951	106
NTN-B	15/08/2040	400	161	470	522	52
NTN-B	15/08/2050	500	201	566	658	92
NTN-B	15/08/2030	500	201	586	644	58
NTN-B	15/08/2030	300	121	351	386	35
NTN-B	15/05/2019	107	43	132	132	0
NTN-B	15/05/2021	81	33	100	100	0
NTN-B	15/08/2050	581	234	726	764	38
NTN-B	15/05/2019	322	130	397	399	2
NTN-B	15/05/2045	200	81	229	259	30
NTN-B	15/08/2026	1.691	681	2.101	2.162	61
NTN-B	15/05/2045	850	342	1.048	1.099	51
NTN-B	15/08/2040	650	262	764	848	84
NTN-B	15/08/2026	641	258	819	820	1
NTN-B	15/05/2045	965	389	1.228	1.248	20
NTN-B	15/08/2030	478	193	613	616	3
NTN-B	15/08/2022	3.054	1.230	3.860	3.870	10
TOTAL		20.959	8.442	25.780	26.856	1.076

CEMAT BDI

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos títulos públicos, foi calculado considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,59%, resultando em um valor positivo de R\$ 910, conforme demonstrativo a seguir:

Títulos Públicos Federais	Vencimento	Quant.	Valor de Aquisição	Valor de papel na curva	Valor a taxa do passivo	Valor do Ajuste
NTN-B	15/08/2050	470	1.167	1.462	1.548	86
NTN-B	15/08/2050	121	294	395	399	4
NTN-B	15/08/2050	121	293	392	398	6
NTN-B	15/08/2050	121	293	392	398	6
NTN-B	15/08/2030	121	287	377	389	12
NTN-B	15/08/2030	508	1.194	1.570	1.634	64
NTN-B	15/08/2030	508	1.194	1.570	1.634	64
NTN-B	15/08/2024	133	305	402	422	20
NTN-B	15/05/2035	133	300	390	426	36
NTN-B	15/08/2024	260	481	800	825	25
NTN-B	15/08/2030	121	281	366	389	23
NTN-B	15/08/2030	157	365	476	505	29
NTN-B	15/08/2030	152	388	479	489	10
NTN-B	15/08/2030	435	1.111	1.371	1.399	28
NTN-B	15/08/2020	307	798	948	962	14
NTN-B	15/05/2019	263	699	803	809	6
NTN-B	15/05/2019	480	1.267	1.459	1.477	18
NTN-B	15/08/2022	404	1.267	1.202	1.274	72
NTN-B	15/08/2040	400	894	1.166	1.306	140
NTN-B	15/08/2030	500	1.115	1.456	1.608	152
NTN-B	15/05/2021	268	801	826	830	4
NTN-B	15/05/2019	291	867	893	895	2
NTN-B	15/05/2019	48	139	147	147	0
NTN-B	15/05/2021	32	93	98	99	1
NTN-B	15/05/2019	134	389	410	412	2
NTN-B	15/08/2022	678	1.999	2.089	2.138	49
NTN-B	15/08/2026	1.280	3.997	4.062	4.080	18
NTN-B	15/08/2030	637	1.999	2.030	2.049	19
TOTAL		9.083	24.277	28.031	28.941	910

CEMAT OP

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

A apuração do ajuste foi calculada considerando somente os benefícios concedidos que adquiram características

de benefício definido, que representa 41,67% das Provisões Matemáticas, percentual este aplicado sobre os títulos públicos, sendo a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,65%, resultando em um valor positivo de R\$ 2.050, conforme demonstrativo a seguir:

Títulos Públicos Federais	Vencimento	Quant.	Valor de Aquisição	Valor de papel na curva	Valor a taxa do passivo	Valor do Ajuste
NTN-B	15/08/2050	1.760	733	2.281	2.395	114
NTN-B	15/08/2040	1.296	540	1.689	1.750	61
NTN-B	15/08/2050	446	186	606	607	1
NTN-B	15/08/2050	446	186	603	607	-4
NTN-B	15/08/2030	446	186	580	595	15
NTN-B	15/08/2030	1.873	781	2.412	2.498	86
NTN-B	15/08/2030	1.873	781	2.412	2.498	86
NTN-B	15/08/2024	491	205	619	647	28
NTN-B	15/05/2035	491	205	599	650	51
NTN-B	15/08/2024	959	400	1.229	1.264	35
NTN-B	15/08/2030	446	186	563	595	32
NTN-B	15/08/2030	580	242	732	774	42
NTN-B	15/08/2040	1.186	494	1.546	1.602	56
NTN-B	15/08/2020	1.038	433	1.335	1.353	18
NTN-B	15/05/2019	847	353	1.077	1.085	8
NTN-B	15/05/2019	1.915	798	2.425	2.453	28
NTN-B	15/08/2040	1938	808	2.362	2.618	256
NTN-B	15/08/2022	5.911	2.463	7.331	7.751	420
NTN-B	15/08/2040	400	167	486	540	54
NTN-B	15/08/2050	500	208	585	680	95
NTN-B	15/08/2030	500	208	607	667	60
NTN-B	15/08/2030	2.400	1.000	2.910	3.201	291
NTN-B	15/05/2019	152	63	194	194	0
NTN-B	15/05/2021	113	47	145	146	1
NTN-B	15/05/2019	496	496	633	635	2
NTN-B	15/05/2045	500	208	592	669	77
NTN-B	15/08/2026	1.184	493	1.523	1.567	44
NTN-B	15/05/2045	982	409	1.291	1.313	22
NTN-B	15/08/2026	1.921	800	2.540	2542	2
NTN-B	15/08/2030	318	133	422	424	2
NTN-B	15/08/2030	1.275	531	1.694	1.701	7
NTN-B	15/05/2045	1.609	670	2.118	2.152	34
NTN-B	15/08/2024	415	173	545	547	2
NTN-B	15/05/2021	1.420	592	1.823	1.829	6
NTN-B	15/08/2022	2.941	1.226	3.846	3856	10
TOTAL		41.068	17.404	52.355	54.405	2.050

Plano de Benefícios de Risco

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos títulos públicos, foi calculado considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,69%, resultando em um valor positivo de R\$ 1.423, conforme demonstrativo a seguir:

Títulos Públicos Federais	Vencimento	Quant.	Valor de Aquisição	Valor de papel na curva	Valor a taxa do passivo	Valor do Ajuste
NTN-B	15/05/2045	1.106	2.690	3.292	3.532	240
NTN-B	15/08/2050	314	780	977	1.020	43
NTN-B	15/08/2040	1.049	2.669	3.281	3.384	103
NTN-B	15/08/2050	81	196	263	263	0
NTN-B	15/08/2050	81	196	263	263	0
NTN-B	15/08/2030	80	186	250	255	5
NTN-B	15/08/2030	338	794	1.044	1.078	34
NTN-B	15/08/2030	338	794	1.044	1.078	34
NTN-B	15/08/2024	88	202	266	277	11
NTN-B	15/05/2035	88	199	258	278	20
NTN-B	15/08/2024	173	409	532	546	14
NTN-B	15/08/2030	80	190	242	255	13
NTN-B	15/08/2030	105	244	318	335	17
NTN-B	15/08/2020	172	447	531	538	6
NTN-B	15/08/2022	1.090	2.855	3.244	3.425	181
NTN-B	15/08/2040	299	668	871	964	93
NTN-B	15/08/2050	374	808	1.051	1.214	163
NTN-B	15/08/2030	374	834	1.089	1.193	104
NTN-B	15/05/2021	267	798	823	825	2
NTN-B	15/08/2050	514	1.497	1.588	1.669	81
NTN-B	15/08/2040	643	1.463	1876	2.074	198
NTN-B	15/08/2020	405	1.198	1.253	1.265	13
NTN-B	15/08/2030	313	982	998	999	1
NTN-B	15/05/2021	21	61	65	65	0
NTN-B	15/05/2045	654	1.998	2.063	2.088	25
NTN-B	15/05/2045	483	1.501	1.526	1.542	16
NTN-B	15/08/2026	200	616	631	633	2
NTN-B	15/08/2026	200	616	631	633	2
NTN-B	15/05/2021	370	1.113	1.140	1.142	2
TOTAL		10.300	27.004	31.410	32.833	1.423

6.1 - PROVISÕES PARA PERDAS

a) BANCO SANTOS S/A.

A Fundação possuía no seu Programa de Investimentos uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB emitida pelo Banco Santos S/A. Este Banco em 12 de novembro de 2004 sofreu intervenção do Banco Central.

Tendo o Banco Central do Brasil decretado a liquidação extrajudicial da instituição financeira, a EnergisaPrev, com base nas Resoluções CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, provisionou, à época, o total desta operação.

Em 21 de dezembro de 2016 a administração da massa falida do Banco Santos S/A, efetuou o pagamento do quarto rateio dos créditos quirografários à EnergisaPrev no valor de R\$ 370 reduzindo assim a provisão inicial da rubrica Liquidação Duvidosa para R\$ 4.399.

b) FIDC – Fornecedores Petrobras

Em junho de 2011, o Comitê de Investimentos da EnergisaPrev recomendou a Diretoria Executiva da entidade, o investimento de R\$ 10.000 em cotas mezanino do ativo - FIDC Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobrás, cujo valor total do referido Fundo era de R\$ 100.000. A recomendação baseou-se na diversificação da carteira, na rentabilidade projetada superior a meta atuarial, no baixo risco e na baixa volatilidade, tendo em vista que, tratava-se, como contraparte indireta, da maior empresa do Brasil - Petrobrás. O FIDC Fornecedores Petrobrás era um fundo de recebíveis, que tinha um prazo de 48 meses e rentabilidade de 120% do CDI, e mais, 40% do que excedesse os 120% do CDI e ainda com *rating* "A" atribuído pela empresa Fitch Ratings.

O investimento contava com as seguintes séries, cujas classes eram: cota Junior (10% do PL do Fundo), cota Subordinada Mezanino (10% do PL do Fundo), e, cota Senior (80% do PL do Fundo).

Importante ressaltar que, na época, cada série de cotas só poderia ser adquirida de forma sequencial, vindo primeiro a cota junior, em seguida a mezanino e depois a senior. Assim, não poderia haver aportes nas cotas subordinadas mezanino sem que primeiro houvesse o aporte integral das cotas junior, e, não poderia haver aportes nas cotas sênior, sem o aporte integral das cotas subordinadas mezanino.

As cotas junior foram 100% integralizadas pela Petrobrás.

As cotas subordinadas mezanino foram 100% adquiridas pela Fundação no valor total de R\$ 10.000 por meio de distribuição realizada em 14 de setembro de 2011, pela Planner Corretora de Valores S.A., junto a Comissão de Valores Mobiliários.

50% das cotas sênior seriam adquiridas pela Caixa Econômica Federal que encaminhou carta de intenções, assegurando o compromisso da compra, onde alcançaria R\$ 40.000.

Em decorrência da carta de intenções, o Fundo representado por sua Administradora, firmou contrato de coordenação da oferta e distribuição pública de cotas com a Caixa Econômica em junho 2012, formalizando a intenção de não apenas distribuir publicamente as cotas, mas também, de prover a garantia firme do negócio.

Porém, a Caixa não realizou a sua integralização, o que gerou desenquadramento passivo da Fundação quanto aos limites estabelecidos pela Resolução 3.792/2009 do Conselho Monetário Nacional no que diz respeito à concentração por investimento em relação à entidade. Imediatamente a Fundação solicitou uma Assembleia Geral de Cotistas para a realização do desinvestimento via negociação no mercado secundário, para cumprimento da legislação do Conselho Monetário Nacional.

A Assembleia Geral de cotistas do Fundo, realizada em 25 de novembro de 2013, deliberou pelo resgate antecipado e total das cotas, definindo um cronograma para liquidação dos recursos/entrega dos direitos creditórios então integrantes da carteira do Fundo, a partir de 06 de dezembro de 2013, a saber:

06/12/2013 – 63%

06/02/2014 – 8%

07/04/2014 – 7%

06/06/2014 – 6%
06/08/2014 – 4%
07/10/2014 – 4%
06/12/2014 – 4%
06/02/2015 – 4%

A Fundação, que na época administrava 8 planos de benefícios previdenciários, recebeu os seguintes valores, que foram distribuídos proporcionalmente ao patrimônio de cada plano:

Em 06/12/2013 – R\$ 8.183;

Em 10/03/2014 – R\$ 1.070;

Em 08/04/2014 – R\$ 676;

Em 07/10/2014 – R\$ 676;

Em 09/12/2014 – R\$ 676;

Totalizando R\$ 11.280 em dezembro de 2014, que representava 84% do Fundo.

O Fundo ainda é responsável pelo pagamento de parte do investimento no total de R\$ 1.266.

Nota-se, portanto, que o Fundo não honrou com o seu compromisso total, haja vista que os fornecedores da Petrobrás entraram em recuperação judicial, face às questões relacionadas a investigação na "Operação Lava Jato" ocorridas na Petrobrás.

O Gestor do Fundo aceitou a dação em pagamento de direitos creditórios inadimplidos um ativo imobiliário (terreno rural no interior da Bahia) no valor de mercado de R\$ 3.200, segundo relatório de avaliação.

Segundo o gestor do Fundo, o recebimento do imóvel rural foi, na época, uma das poucas alternativas viáveis que garantia o recebimento dos recursos remanescentes, uma vez que as demais propostas apresentadas, não satisfizeram os cotistas do Fundo.

Era de alçada e responsabilidade dos administrados e gestores do Fundo BI INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS receber o imóvel com a devida documentação regularizada, entretanto, posteriormente, os cotistas foram informados pelo gestor sobre pendências na documentação do imóvel (como certidões e registros de georreferenciamento da área) após o recebimento da dação. Como consequência, o leilão, considerado como alternativa para recebimento do recurso, não pôde ser realizado.

Assim, por questões de prudência e de acordo com as normas contábeis, no mês de dezembro de 2016, a Fundação efetuou a provisão para devedores duvidosos do valor de R\$ 1.266 (apenas a parte pertencente à Fundação) do ativo, em consonância a precificação do Itaú Unibanco S/A (custodiante).

O cenário permanece inalterado, ou seja, o resgate do restante das cotas está condicionado à alienação do ativo imobiliário, que foi oferecido como garantia por um dos fornecedores. Os demais direitos creditórios do fundo, também, têm baixa probabilidade de recebimento.

A EnergisaPrev junto à sua consultoria jurídica (Escritório de Advocacia Pereira Neto Macedo Advogados) analisou as condições de recebimento da dação do imóvel e demais tramites envolvendo os procedimentos adotados pelo administrador e gestor do fundo e a possibilidade de responsabilização dos envolvidos (PLANNER, administrador e BI-Invest, gestor) através da moção de uma "ação de responsabilidade".

A EnergisaPrev requereu à Planner Corretora de Valores S.A., através de Notificação Extrajudicial, a disponibilização de cópias de atas de Assembleia do Fundo BI Invest que contemplem deliberação dos quotistas aprovando a celebração da Confissão de Dívida e da Dação em Pagamento; e todos os documentos relativos ao Imóvel que foram obtidos previamente à celebração da Confissão de Dívida e da Dação em Pagamento, como, por exemplo, mas não somente, relatório de due diligence, laudos de avaliação, planta georeferenciada,

certidões negativas de débitos, certidões ambientais, certidões de distribuição de processos judiciais cíveis, criminais, trabalhistas e ambientais.

Em sua resposta, a Planner disponibilizou um laudo de avaliação do Imóvel subscrito por Breno Jardim Kuhn datado de 28/12/2012; e certidão de inteiro teor do Imóvel emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Barra do Mendes em 27/01/2013. Isso significa que NENHUM dos documentos mencionados na Solicitação foram disponibilizados pela Planner.

Portanto, a EnergisaPrev considera que não houve a deliberação de quotistas aprovando a celebração da Confissão de Dívida, muito menos da Dação em Pagamento; nenhum documento relativo ao Imóvel foi obtido previamente à Confissão de Dívida; e apenas o Laudo e a Certidão foram obtidos previamente à Dação em Pagamento.

6.2 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

a) Edificações para Renda - Locadas a Patrocinadora.

São registradas pelo custo de aquisição, e estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente pela Unidade Fiscal de Referência – UFIR, até 31 de dezembro de 1995 e ajustados por reavaliação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada do bem. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

DESCRIÇÃO	31.12.2017	31.12.2016
Bragança Paulista - SP	6.317	6.401
Terreno	2.975	2.975
Edificações	3.342	3.426
São Paulo - SP Conjunto n°. 111	2.219	2.288
Terreno	795	795
Edificações	1.424	1.493
São Paulo - SP Conjunto n°. 112	2.219	2.288
Terreno	795	795
Edificações	1.424	1.493
São Paulo - SP Conjunto n°. 121	2.219	2.288
Terreno	795	795
Edificações	1.424	1.493
São Paulo - SP Conjunto n°. 122	2.268	2.339
Terreno	795	795
Edificações	1.473	1.544
Araguaína - TO	3.011	3.034
Terreno	2.382	2.382
Edificações	629	652
Valores a Receber	70	58
TOTAL	18.323	18.696

6.3 - Operações com Participantes (Empréstimos Financeiros)

São registrados nesta conta os valores dos empréstimos concedidos com recursos dos planos de benefícios, aos seus participantes e assistidos, a saber: ativos, aposentados, pensionistas e autopatrocinados da Fundação. Para

usufruir desta modalidade de investimento os participantes e assistidos deverão atender as condições estabelecidas na Norma de Empréstimo aprovada pela Diretoria Executiva.

7 - PERMANENTE

O Ativo Permanente é composto pelos grupos “Imobilizado” e “Intangível”, onde estão registrados os bens duráveis adquiridos ao longo dos anos e registrados nesta conta pelo valor de aquisição e/ou reavaliação, deduzidos da depreciação/amortização, segundo método linear. A seguir, apresentamos a composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

DESCRIÇÃO	Taxa	Valor de Aquisição	Depreciação Acumulada	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizado		506	(393)	113	76
Bens Móveis		506	(393)	113	76
Móveis e Utensílios	10%	147	(136)	11	10
Maquinas e Equipamentos	10% -25%	30	(29)	1	2
Computadores e Periféricos	20%	270	(189)	81	51
Condicionador de Ar	25%	55	(39)	16	9
Outros		4	0	4	4
Intangível		353	(346)	7	9
Software	20%	353	(346)	7	9
PERMANENTE		859	739	120	85

8 - EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

São registradas nesta conta, as obrigações a pagar relativas aos benefícios devidos aos participantes, assistidos, autopatrocinados, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

ITEM	31/12/2017	31/12/2016
GESTÃO PREVIDENCIAL	3.554	3.738
1.1 Benefícios à Pagar	2.820	2.951
1.2 Retenções à Recolher	573	639
1.3 Outras Exigibilidades	161	148

9 - EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

São registradas nesta conta, as obrigações a pagar relativas a fornecedores, pessoal, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

ITEM	31/12/2017	31/12/2016
GESTÃO ADMINISTRATIVA	627	505
1.1 Contas a Pagar	526	414
1.2 Retenções a Recolher	67	61
1.3 Tributos a Recolher	34	30

10 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A Fundação responde por processos judiciais de natureza previdenciária, relativo a pedido de ex-participante, para que lhes sejam pagas diferenças decorrentes de expurgos de índices de inflação, revisão de benefícios e restituição de parcelas referente a seguro de vida.

As eventuais perdas decorrentes desses processos, amparada pela opinião dos seus consultores jurídicos externos, estão de acordo com as instruções do CFC nº NBC T 19.7, Resolução nº 1.180/09 e CPC 25, os critérios estabelecidos para classificação das ações judiciais quanto à probabilidade de perda provável, possível ou remota. A Fundação possui 02 processos, que no decorrer do exercício de 2017 foram reclassificados como perda “provável” totalizando o valor de R\$ 35, e em 31 de dezembro de 2016, a Fundação não possuía processos nesta classificação. A Fundação, ainda possui 2 processos classificados como risco de perda “possível”, de natureza previdencial, os quais não estão provisionados na contabilidade, cujos valores estão estimados em R\$ 928 em 31 de dezembro de 2017. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Processos Natureza Cível	31/12/2016	Pagamento	Reversão	Constituição	31/12/2017
PL. Elétricas BDI	0	0	0	35	35

11 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Fundação responde por um processo de natureza tributária, sobre a ação anulatória de lançamentos de PIS e COFINS já recolhidos, no valor de R\$ 105 em 31 de dezembro de 2017, depositados judicialmente. A Fundação possui um processo trabalhista, provisionando o valor de R\$ 10 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o depósito judicial referente a este processo é de R\$ 9. Os depósitos judiciais/recursais estão registrados na Conta “1.2.2.4.00.00.00”. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Processos	31/12/2016	Pagamento	Reversão	Constituição	31/12/2017
Natureza Tributária	105	0	0	0	105
Natureza Trabalhista	10	0	0	0	10
Total	115	0	0	0	115

12 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, todos os planos de benefícios previdenciais foram objeto de avaliação atuarial e cálculo das suas provisões matemáticas, sendo que as mesmas foram constituídas com base em Nota Técnica Atuarial a Conde Consultoria Atuarial Ltda. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
PROVISÕES MATEMÁTICAS	540.173	509.446
BENEFICIOS CONCEDIDOS	425.263	408.170
Contribuição Definida	88.814	88.475
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	336.449	319.695
BENEFICIOS A CONCEDER	120.059	116.669
Contribuição Definida	113.875	110.864
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização Programado	1.952	1.750
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização Não Programado	4.232	4.055
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(5.149)	(15.393)
Déficit Equacionado	(5.149)	(15.393)

- Benefícios Concedidos – As provisões relativas a benefícios concedidos são representados pelo valor presente dos benefícios futuros de participantes em gozo de aposentadoria ou pensão, líquido das respectivas futuras contribuições.
- Benefícios a Conceder – Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), líquidos das contribuições futuras dos participantes e da patrocinadora, para os participantes ativos que não adquiriram o direito de aposentadoria e pensões.
- (-) Provisão Matemática a Constituir – Registrar, de acordo com a nota técnica atuarial, a diferença entre o valor das novas contribuições extraordinárias futuras dos patrocinadores, participantes e assistidos, e o valor atual das contribuições extraordinárias futuras vigentes dos patrocinadores, participantes e assistidos na data da avaliação atuarial.

12.1 Provisões Matemáticas à Constituir - Déficit Equacionado

12.1.1 – Elétricas OP

O valor se refere ao Contrato de Amortização de Déficit, decorrente preponderantemente da perda patrimonial, em virtude da rentabilidade das aplicações não ter alcançado a meta atuarial, exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, constituída para os benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (Renda Mensal Vitalícia), e da concessão de novos benefícios nesta modalidade. O Déficit Técnico apurado pelo plano Elétricas OP, em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 6.290, cada patrocinadora pagará uma contribuição extraordinária, de periodicidade mensal, no valor equivalente a 1,15%, incidente sobre a folha de salários de participação, pelo período de 120 meses.

Nas avaliações atuariais realizadas a partir do exercício findo de 2015, o regime de repartição de capital de cobertura foi substituído pelo regime de capitalização por idade de entrada para todos os benefícios, com o redimensionamento das reservas matemáticas, incluindo a reversão da pensão por morte. Por conseguinte, os fundos previdenciais de cobertura de oscilação de riscos restaram desnecessários e, ante a falta de destinação específica, os saldos foram integralmente revertidos. A reversão do fundo previdencial de oscilação de riscos realizada em outubro de 2016 resultou no equacionamento do déficit apurado no exercício de 2014 no Plano de Benefícios Elétricas-OP, de modo que as contribuições extraordinárias previstas no contrato de amortização de déficit atuarial firmado pelas Patrocinadoras, em 01 de abril de 2015, tornaram-se desnecessárias.

Em 21 de março de 2017 o Conselho Deliberativo deliberou pelo cancelamento do referido contrato e havendo necessidade, déficits futuros deverão ser objetos de novos contratos oportunamente. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	7.510	7.679
(-) Recebimentos	(160)	(1.052)
(+) Reavaliação Atuarial	54	883
(-) Reversão do Contrato	(7.404)	0
Saldo Final	0	7.510
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	0	99

12.1.2 – CEMAT BDI

O valor se refere ao Contrato de Amortização de Déficit, apurado em 31 de dezembro de 2015, considerando o limite mínimo legal, decorrente preponderantemente da perda patrimonial, em virtude da rentabilidade das

aplicações não ter alcançado a meta atuarial, exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos no decorrer do exercício de 2014 e 2015.

A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de Dezembro de 2017 e de 31 de Dezembro 2016:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	3.493	2.922
(-) Recebimentos	(298)	(3.021)
(+) Reavaliação Atuarial	150	3.592
Saldo Final	3.345	3.493
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	135	144

Em dezembro de 2016, mais uma vez, o plano encerrou o exercício com déficit, após a mudança das tábuas de mortalidade, as quais passaram a serem mais conservadoras do que as adotadas anteriormente (da IBGE suavizada em 25% para AT 2000 suavizada em 10%) conforme recomendação do atuário dos planos.

Em dezembro de 2017, o Conselho Deliberativo aprovou o plano de equacionamento do déficit de 2016 pelo valor mínimo de R\$ 1.804, a ser amortizado em 144 meses, observadas as proporções de contribuições de participantes, assistidos e patrocinador, conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	0	0
(-) Recebimentos	0	0
(+) Reavaliação Atuarial	0	0
Saldo Final	1.804	0
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	144	0

12.1.3 – Plano de Benefícios de Risco

O valor se refere ao Contrato de Amortização de Déficit, decorrente preponderantemente da perda patrimonial, em virtude da rentabilidade das aplicações não ter alcançado a meta atuarial, exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos. O Déficit Técnico apurado pelo Plano de Benefícios R, em 31 de janeiro de 2014 foi de R\$ 4.538, cada patrocinadora pagará uma contribuição extraordinária, de periodicidade mensal, no valor equivalente a 0,77%, incidente sobre a folha de salários de participação, pelo período de 60 meses.

Nas avaliações atuariais realizadas a partir do exercício findo de 2015, o regime e o método de financiamento passaram a ser o de capitalização por idade de entrada para todos os benefícios, com o redimensionamento das reservas matemáticas, incluindo a reversão da pensão por morte. Por conseguinte, os fundos previdenciais de cobertura de oscilação de riscos restaram desnecessários e, ante a falta de destinação específica, os saldos foram integralmente revertidos. A reversão do fundo previdencial de oscilação de riscos realizada em outubro de 2016 resultou no equacionamento do déficit apurado no exercício de 2014 no Plano de Benefícios R, de modo que as contribuições extraordinárias previstas no contrato de amortização de déficit atuarial firmado pelas Patrocinadoras, em 22 de outubro de 2015, tornaram-se desnecessárias.

Em 21 de março de 2017 o Conselho Deliberativo deliberou pelo cancelamento do referido contrato e havendo necessidade, déficits futuros deverão ser objetos de novos contratos oportunamente.

A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	4.390	5.365
(-) Recebimentos	(291)	(1.675)
(+) Reavaliação Atuarial	134	700
(-) Reversão do Contrato	(4.233)	0
Saldo Final	0	4.390

13 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

A seguir apresentamos a composição consolidada do saldo contábil em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
EQUILÍBRIO TÉCNICO - Superávit (Déficit) Técnico Acumulado	(16.381)	6.491
Superávit (Déficit)Técnico Acumulado	(16.381)	6.491

O superávit/déficit de cada plano previdencial está apresentado no quadro a seguir, os valores estão posicionados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

PLANOS	Superávit (Déficit) Acumulado 31/12/2017	Superávit (Déficit) Acumulado 31/12/2016
ELETRICAS BDI	(7.182)	(1.428)
ELETRICAS OP	1.129	10.710
CEMAT BDI	(5.714)	(5.191)
CEMAT OP	2.891	4.253
PL. RISCO	(7.505)	(1.852)
Consolidado	(16.381)	6.491

13.1 - Superávit Técnico Acumulado

O valor do Superávit Técnico dos Planos de Benefícios Elétricas OP e CEMAT OP reduziu em função da mudança das tábuas de mortalidade, as quais passaram a ser mais conservadores do que as adotadas anteriormente (da AT 2000 suavizada em 10% para BR-EMS 2015) conforme recomendação do atuário responsável pelos referidos planos.

13.1.1 - Elétricas OP

O Superávit Técnico acumulado é composto pelo valor da Reserva de Contingência, constituída pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, até o limite de 25% do valor das reservas matemáticas, ou até o limite calculado de acordo com a Resolução CNPC Nº 22 de 25 de novembro de 2015.

A tabela a seguir apresenta a apuração do equilíbrio técnico ajustado considerando os ajustes de precificação:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2.205	11.835
a) Superávit Técnico Acumulado	1.129	10.710
b) Ajuste de Precificação	1.076	1.125

O superávit apresentado foi inferior ao limite estabelecido na Resolução CGPC nº 26 e, portanto, não haverá a necessidade de distribuição, conforme Parecer Atuarial emitido pelo Conde Consultoria Atuarial Ltda.

13.1.2 – CEMAT OP

A tabela a seguir apresenta a apuração do equilíbrio técnico ajustado considerando os ajustes de precificação

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	4.941	6.446
a) Superávit (Déficit) Técnico Acumulado	2.891	4.252
b) Ajuste de Precificação	2.050	2.194

O superávit apresentado foi inferior ao limite estabelecido na Resolução CGPC nº 26 e, portanto, não haverá a necessidade de distribuição, conforme Parecer Atuarial emitido pelo Conde Consultoria Atuarial Ltda.

13.2 - Déficit Técnico Acumulado

O Déficit atuarial corresponde à insuficiência de recursos para cobertura de compromissos dos Planos de Benefícios. Os Déficits apresentados nos planos Elétricas BDI, Cemat BDI e Plano de Risco são de natureza estrutural, especialmente pela mudança das tábuas de mortalidade, as quais passaram a ser mais conservadores do que as adotadas anteriormente (da AT 2000 suavizada em 10% para BR-SEM 2015) conforme recomendação do atuário dos planos. Além dos apontamentos supracitados, o Plano de Risco, em novembro de 2017, apresentou a concessão de novas pensões que pressionaram ainda mais as provisões matemáticas.

A Resolução CNPC Nº 16 de 19 de novembro de 2014, introduziu a possibilidade de a Entidade utilizar o valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, para fins de equacionamento de déficit.

13.2.1- Elétricas BDI

A tabela a seguir apresenta a apuração do equilíbrio técnico ajustado considerando os ajustes de precificação:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(5.575)	372
a) (-) Déficit Técnico Acumulado	(7.182)	(1.428)
b) Ajuste de Precificação	1.607	1.800

O déficit apresentado foi superior ao limite estabelecido na Resolução CGPC nº 26 e, portanto, caberá um plano de equacionamento a ser implantado até o final do exercício de 2018, conforme Parecer Atuarial emitido pelo Conde Consultoria Atuarial Ltda. O resultado deficitário apurado no plano de benefícios no exercício de 2017 será equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva.

13.2.2- CEMAT BDI

A tabela a seguir apresenta a apuração do equilíbrio técnico ajustado considerando os ajustes de precificação:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(4.804)	(4.217)
a) (-) Déficit Técnico Acumulado	(5.714)	(5.191)
b) Ajuste de Precificação	910	974

O déficit apresentado foi superior ao limite estabelecido na Resolução CGPC nº 26 e, portanto, caberá um plano de equacionamento a ser implantado até o final do exercício de 2018, conforme Parecer Atuarial emitido pelo Conde Consultoria Atuarial Ltda. O resultado deficitário apurado no plano de benefícios no exercício de 2017 será equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva.

13.2.3- Plano de Benefícios de Risco

A tabela a seguir apresenta a apuração do equilíbrio técnico ajustado considerando os ajustes de precificação

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(6.082)	(427)
a) (-) Déficit Técnico Acumulado	(7.505)	(1.852)
b) Ajuste de Precificação	1.423	1.425

O déficit apresentado foi superior ao limite estabelecido na Resolução CGPC nº 26 e, portanto, caberá um plano de equacionamento a ser implantado até o final do exercício de 2018, conforme Parecer Atuarial emitido pelo Conde Consultoria Atuarial Ltda. O resultado deficitário apurado no plano de benefícios no exercício de 2017 será equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva.

14 – FUNDOS: PREVIDENCIAIS, ADMINISTRATIVO E DOS INVESTIMENTOS

A seguir apresentamos a composição consolidada do saldo contábil em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
FUNDOS	8.075	6.602
Fundos Previdenciais	1.864	1.502
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	1.864	1.502
Fundo Administrativo	5.915	4.866
Fundo dos Investimentos	296	234

14.1 - Fundo Previdencial

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência é constituído mensalmente pelos saldos remanescentes de Fundos Patrocinados que não foram resgatados pelo Participante, em caso de cessação de vínculo empregatício.

14.2 – Fundo Administrativo

Constituído mensalmente pelo resultado apurado entre as receitas e despesas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos administrativos realizados no mercado financeiro.

Para custear as despesas com a gestão administrativa nos exercícios de 2017 e de 2016, as Patrocinadoras e os Autopatrocinados dos Planos Cemat BDI, Cemat OP, Elétricas BDI, Elétricas OP e Plano R fizeram uma contribuição mensal equivalente a 1,65% sobre a suas folhas de salários (1,73% em 2016). Os Assistidos dos Planos Cemat BDI e Elétricas BDI realizaram uma contribuição mensal de 1,65% sobre a folha dos assistidos (1,73% em 2016). O plano Energisa CD é cobrado 9,29% sobre as contribuições dos Patrocinadores e Participantes vertidas para o plano.

14.3 – Fundos dos Investimentos – Empréstimos a Participantes

Constituído com os recursos de cobertura de riscos da carteira de empréstimo pelos participantes, assistidos e autopatrocinados, oriundos com a taxa de 0,5% sobre os empréstimos concedidos.

15 – ADERÊNCIA DAS PREMISSAS, HIPÓTESES ATUARIAIS E FINANCEIRAS

A empresa i9 Advisory Consultoria Ltda. desenvolveu o estudo de aderência e adequação da taxa de juros adotada para os Planos de Benefícios. Conforme este relatório, para as projeções do plano foram observadas rentabilidades projetadas muito próximas à taxa de juros real de referência pelo prazo da *duration* do passivo utilizada até este exercício. Considerando os resultados anuais projetados para a carteira de cada plano (rentabilidade dos ativos e o pagamento do fluxo de obrigações em cada período), foi mantida a taxa de juros dos planos de benefícios.

PLANOS	DURATION do Passivo (em anos)	Taxa de juros parâmetro (%a.a.)	Limite Inferior (%a.a.)	Limite Superior (%a.a.)	ENERGISAPREV Manutenção da Taxa de Juros (%a.a.)
ELETRICAS BDI	9,45	6,26	4,38	6,66	5,63
ELETRICAS OP	8,85	6,26	4,38	6,66	5,65
CEMAT BDI	8,53	6,27	4,39	6,67	5,59
CEMAT OP	9,23	6,26	4,38	6,66	5,65
PLANO DE RISCO	14,86	6,24	4,37	6,64	5,69

Em atendimento a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução nº 7/2013 a Diretoria Executiva aprovou em 18 de dezembro de 2017 e o Conselho Deliberativo em 21 de dezembro de 2017, o Estudo Técnico de aderência da taxa de juros e da rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo de receitas e despesas. De acordo com a Instrução Previc nº 23, artigo 3º, parágrafo 2º, o administrador estatutário tecnicamente qualificado da Fundação aprovou as informações técnicas referentes aos investimentos para o estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, desenvolvido pela consultoria i9 Advisory Consultoria Ltda assim como o administrador responsável pelo plano de benefícios validou os dados cadastrais e demais informações referentes ao passivo atuarial. Foi realizado o estudo de aderência das Hipóteses Biométricas dos Planos de Benefícios R, Cemat BD-I, Cemat-OP, Elétricas BD-I e Elétricas-OP, pela Conde Consultoria Atuarial Ltda., o qual revelou as tábuas de mortalidade aderentes às características da massa de participantes e assistidos dos planos de benefícios da entidade, recomendando a adoção de tábuas biométricas mais conservadoras, conforme demonstrado na nota baixo.

16 - HIPÓTESES ATUARIAIS E TAXAS DE JUROS

16.1 – Elétricas BDI

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de juros	5,63%	5,63%
Taxa de Crescimento Real de Salários	3,25%	3,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	98,00 %	98,00 %
- dos benefícios da Fundação	98,00 %	98,00 %
Tábua de mortalidade geral	BR - EMS 2015 por sexo	AT-2000 - Suav. 10% por sexo
Tábua de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Composição Familiar Ativos e Assistidos	Família Média Padrão e Família Real	Combinação das tábuas AT 2000 suav. 10% por sexo, Light Média e MI-85 por sexo - Método Hamza

16.2 – Elétricas OP

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de juros	5,65%	5,65%
Taxa de Crescimento Real de Salários	Não aplicável	Não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não Aplicável	Não Aplicável
- dos benefícios da Fundação	98,00%	98,00 %
Tábua de mortalidade geral	BR-EMS 2015 por sexo	AT-2000 - Suav. 10% por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	MI-85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável	Light Média
Composição Familiar Ativos e Assistidos	Família Real para os Assistidos	Combinação das tábuas AT 2000 suav. 10% por sexo, Light Média e MI-85 por sexo - Método Hamza

16.3 – CEMAT BDI

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de juros	5,59%	5,59%
Taxa de Crescimento Real de Salários	3,25%	3,00 %
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	98,00 %	98,00 %
- dos benefícios da Fundação	98,00 %	98,00 %
Tábua de mortalidade geral	BR-EMS 2015 por sexo	AT-2000 - Suav. 10% por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Composição Familiar Ativos e Assistidos	Família Média Padrão e Família Real	Combinação das tábuas AT 2000 suav. 10% por sexo, Light Média e MI-85 por sexo - Método Hamza

16.4 – CEMAT OP

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de juros	5,65%	5,65%
Taxa de Crescimento Real de Salários	Não aplicável	Não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não aplicável	Não aplicável
- dos benefícios da Fundação	98,00 %	98,00 %
Tábua de mortalidade geral	BR-EMS 2015 por sexo	AT-2000 - Suav. 10% por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	MI-85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável	Light Média
Composição Familiar Ativos e Assistidos	Família Real para os Assistidos	Combinação das tábuas AT 2000 suav. 10% por sexo, Light Média e MI-85 por sexo - Método Hamza

16.5 – Plano de Benefícios de Risco

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de juros	5,69%	5,69%
Taxa de Crescimento Real de Salários	3,25%	3,00 %
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	98,00 %	98,00 %
- dos benefícios da Fundação	98,00 %	98,00 %
Tábua de mortalidade geral	BR-EMS 2015 por sexo	AT-2000 - Suav. 10% por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Composição Familiar Ativos e Assistidos	Família Média Padrão e Família Real	Combinação das tábuas AT 2000 suav. 10% por sexo, Light Média e MI-85 por sexo - Método Hamza

17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Fundação podem ser assim consideradas: os participantes e a patrocinadora Energisa S.A., para oferecimento do Plano aos seus empregados, dirigentes, e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidade estão definidas no Estatuto Social da Fundação.

18 - APRESENTAÇÃO DO EFEITO DA CONSOLIDAÇÃO

Em atendimento ao disposto do item 9.1, Anexo “C” da Resolução CGPC nº 08/2011, e os itens 28 e 29 da

Instrução SPC nº 34/2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. Cada Plano de Benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos Elétricas BDI, Elétricas OP, CEMAT BDI, CEMAT OP, Plano de Risco, Plano CD e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

A consolidação das Demonstrações Financeiras é efetuada utilizando um balancete auxiliar, cujo objetivo é anular a participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, os valores a pagar e a receber entre planos, superávits e déficits, dentre outros. No fechamento dos exercícios de 2017 e 2016 a EnergisaPrev efetuou a anulação da participação do fundo administrativo nos planos de benefícios em R\$ 6.283 e R\$ 5.208, respectivamente.

19 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A Fundação tem como Agente Custodiante contratado o Banco Itaú Unibanco S/A. O agente custodiante é responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável e investimentos estruturados, conforme determina o art. 14 e art. 15 da Resolução nº 3.792 de setembro de 2009, e alterada pela Resolução nº 4.275, de 31 de outubro de 2013 do Conselho Monetário Nacional.

20 - OUTROS ASSUNTOS - EVENTOS SUBSEQUENTES

20.1 Processos de Transferência de Gerenciamento

Para o exercício de 2018, está previsto o processo de transferência de gerenciamento do Plano ENERGISA PREV administrado pelo BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil para a EnergisaPrev, aprovado através da portaria nº 1.138, publicado em Diário Oficial da União em 14 de dezembro de 2017. A data efetiva da transferência está programada para 02 de abril de 2018.

A transferência de gerenciamento do Plano Energisa, administrado pelo MultiBRA Fundo de Pensão ainda não iniciou, pois antes, se faz necessário concluir o processo de retirada vazia de patrocínio das empresas vendidas à Brookfield Energia Renovável S/A.

20.2 Incorporação

Em 06 de outubro de 2017 foi encaminhado para a Previc o processo de incorporação da Fundação SAELPA de Seguridade Social – FUNASA e da Fundação Enersul de Seguridade Social pela EnergisaPrev, onde o órgão regulador através de parecer nº 804/2017 apresentou exigências. A EnergisaPrev reenviou em 12 de janeiro de 2018 o processo em respostas as exigências apontadas, cujo o prazo de análise de aprovação pela Previc é de 60 dias úteis.

* * *

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 “S” SP



PARTE 6: PARECES

11. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores, Patrocinadoras e Participantes da
EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência
Bragança Paulista – SP



Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social consolidado, da mutação do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa consolidado, do ativo líquido por plano de benefícios e das obrigações atuariais por plano de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 16 de fevereiro de 2017 sem modificação de opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade, planos individuais ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC-1RJ093771/O-9

12. PARECER ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS PLANO CEMAT BD I



PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente o Plano de Benefícios **CEMAT BD-I**, na modalidade de Benefício Definido, administrado pela **ENERGISAPREV – FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA**, que foi instituído em 01/01/1994 e Patrocinado pela: Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A., tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e as bases técnicas adotadas pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela **ENERGISAPREV**. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, mortalidade, dentre outros que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela **CONDE**, da qual o presente “Parecer Atuarial” é parte integrante.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Características do Plano

O Plano de Benefícios **CEMAT BD-I**, administrado pela **ENERGISAPREV**, **CNPB** nº 1993.0010-18, está estruturado na modalidade Benefício Definido, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005 e da Instrução SPC nº 9, de 17/01/2006, publicada em 19/01/2006.

O Plano de Benefícios **CEMAT BD-I** encontra-se em extinção desde 31/12/1998.

Alteração Regulamentar

No ano de 2017, não existiram alterações regulamentares no Plano de Benefícios **CEMAT BD-I**.

Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de outubro/2017, contempla todos os Participantes do Plano, tendo sido previamente submetido ao processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Descrição	Ativos	Assistidos			Total de Participantes
		Aposentados	Pensionistas	Total	
Quantidade de Participantes	3	82	54	136	139
Folha Salarial / Benefício (mensal)	17.565	306.504	103.136	409.640	427.205
Salário Médio / Benefício Médio (mensal)	5.855	3.738	1.910	3.012	3.073
Idade Média	52	73	67	70	70
Tempo Médio de Admissão (anos)	26	-	-	-	-
Tempo Médio para Aposent. (anos)	6	-	-	-	-
Tempo Médio de Plano (anos)	22	-	-	-	-

Base de dados: out/2017

Valores R\$ 1,00

Recomposição Salarial e de Benefícios

Considerando que o reajuste relativo ao dissídio salarial teve como base outubro/2017, e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2017, os salários, para efeito desta avaliação, foram recompostos, logo, tiveram um acréscimo de 0,56% referente à variação acumulada do INPC-IBGE de outubro a novembro/2017.

Considerando o regulamento do Plano para os Participantes Assistidos, os benefícios foram recompostos em 0,56%, sendo a variação acumulada do INPC-IBGE observada entre outubro a novembro/2017.

Cabe esclarecer que os procedimentos descritos nos parágrafos anteriores objetivam posicionar os salários e os benefícios no pico, extraíndo desses todo e qualquer efeito da inflação.

Hipóteses Atuariais

As premissas Atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial de 2017 são as seguintes:

Tábuas Biométricas

Tábuas Biométricas	2017	2016
Tábua Geral	BR-EMS 2015 por Sexo	AT-2000 Suav. 10% por Sexo
Tábua Geral Anuidade de Pensão	BR-EMS 2015 por Sexo	AT-2000 Suav. 10% por Sexo
Tábua - Risco Morte / Capitalização	BR-EMS 2015 por Sexo	AT-2000 Suav. 10% por Sexo
Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de Ativos	Combinação das tábuas BR-EMS 2015 por Sexo, Light Média e MI-85 por sexo - Método Hamza.	Combinação das tábuas AT 2000 suav. 10% por sexo, Light Média e MI-85 por sexo - Método Hamza.

Variáveis Econômicas

Variáveis Econômicas Anuais	2017	2016
Taxa de Juros	5,59%	5,59%
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%
Taxa de Crescimento Salarial	3,25%	3,00%
Taxa de Crescimento de Benefícios	0,00%	0,00%
Capacidade Salarial	98,00%	98,00%
Capacidade de Benefícios	98,00%	98,00%
Índice do Plano	INPC-IBGE	INPC-IBGE

Anuidades de Pensão

Tábua de Anuidade de Pensão	2017	2016
Ativos	Família Média Padrão - ENERGISAPREV	Família Média Padrão - ENERGISAPREV
Assistidos	Elaborada a partir da Família Real conforme base de dados dos Aposentados informada pela ENERGISAPREV	Elaborada a partir da Família Real conforme base de dados dos Aposentados informada pela ENERGISAPREV

Estudo de Aderência

A **CONDE**, a partir de dados fornecidos pela **ENERGISAPREV**, elaborou os Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas, com o objetivo de indicar as hipóteses que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do estudo atuarial, bem como apresentar os impactos da sua aplicação em comparação com outras hipóteses, exceto a Taxa de juros, que demonstramos no item seguinte.

Observados os resultados dos Estudos de Aderência elaborados, a **CONDE** recomendou a adoção das seguintes tábuas: BR-EMS 2015 por Sexo para mortalidade geral, Light Média para entrada em invalidez e MI-85 por Sexo para mortalidade de inválidos.

Sobre a Rotatividade de Participantes Ativos e Desligados, foi adotada a Taxa de Rotatividade nula, pois o plano encontra-se em extinção.

Elaboramos os estudos da Taxa de Crescimento Salarial, com as bases de dados recebidas, considerando os Salários e as idades dos Participantes Ativos, e identificamos os reajustes espontâneos (promoções) e o dissídio (reposição de inflação), assim, a taxa de crescimento salarial média ficou em 3,25% ao ano.

Considerando que os reajustes dos salários e benefícios são anuais e tendo em vista que nos próximos anos a expectativa média de inflação é de 4,00% ao ano, encontramos a Capacidade Salarial e de Benefícios de 98% ao ano.

Taxa de juros

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação.

Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 5,59% ao ano, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da **ENERGISAPREV**, conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovada pela Previc.

Informamos que esta taxa de juros foi baseada em estudos desenvolvidos por consultoria de investimentos externa, contratada pela **ENERGISAPREV**, motivo pelo qual não foram processados os respectivos estudos de aderência pela **CONDE**.

Rentabilidade do Plano

A rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios **CEMAT BD-I**, calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), atingiu no exercício de 2017 o percentual de 9,14% que, comparado com a inflação acumulada no período de 2,07% (INPC/IBGE), acrescido do juro atuarial anual de 5,59%, resultou na taxa de rentabilidade real líquida positiva no exercício de 1,27%.

Patrimônio do Plano

Apresentamos o cálculo do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios **CEMAT BD-I**, considerando o balanço contábil de 31/12/2017:

Situação em 31 de dezembro		Valores em R\$	
Situação do Plano de Benefícios (*)	2017	2016	
Ativo Total	47.797.214	48.641.832	
Exigível Operacional	(440.305)	(463.136)	
Exigível Contingencial	0	0	
Fundo Previdencial	0	0	
Fundo Administrativo	(116.612)	(102.249)	
Fundo dos Investimentos	(3.313)	(2.036)	
Patrimônio de Cobertura do Plano	47.236.985	48.074.412	

(*) Informações coletadas do Balancete.

Dívidas Contratadas

Não existe registro de dívida contratada no balanço do Plano de Benefícios **CEMAT BD-I**.

Passivo Judicial

Não existe registro de passivo Judicial no balanço do Plano de Benefícios **CEMAT BD-I**.

Resultados dos Custos e das Reservas Matemáticas

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo normal de 11,51% sobre o total de Folha Total do Salário Real de Contribuição dos Participantes inscritos no Plano de Benefícios, além das novas contribuições extraordinárias explicitadas no item “Déficit Equacionado em 2017”.

Custo Atuarial Nivelado (%)		
Benefícios	2017	2016
	% Custo (*)	% Custo (*)
Aposentadorias	6,98	6,94
Aposentadorias por Invalidez	1,06	0,97
Pensão por Morte	0,17	0,18
Despesas Administrativas	3,30	3,30
Ajuste do Plano	0,00	0,00
Custo Normal	11,51	11,39
Extraordinária	0,00	
Patrocinadora ^(1A)	33.746	33.102
Patrocinadora ^(1B)	7.246	-
Participante Ativo ⁽²⁾	2,27	-
Participante Assistido ⁽³⁾	2,80	-

(*) Custos atuariais sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição.

(1A) Valor atualizado conforme índice do Plano – déficit 2016;

(1B) Valor atualizado conforme índice do Plano – déficit 2017;

(2) Percentual sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição.

(3) Percentual sobre a Folha de Benefícios.

As Despesas Administrativas foram informadas pela **ENERGISAPREV**, tendo em vista o orçamento constante no Plano de Gestão Administrativa de 2018, e foram discriminadas no item do Plano de Custeio.

Para esta avaliação, o percentual de 3,30%, relativo ao custo administrativo, quando aplicado sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição e sobre a Folha de Benefício do Plano equivale, respectivamente, a R\$7.576,00 e R\$ 173.170,00, totalizando R\$ 180.746,00.

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$ 52.950.484,00, conforme quadro a seguir:

Reservas Matemáticas em 31 de dezembro		Valores em R\$	
Descrição	2017	2016	
Benefícios Concedidos	57.293.193	56.073.553	
Benefícios a Conceder	806.437	684.609	
Reservas a Amortizar	(5.149.146)	(3.492.811)	
Total de Reservas Matemáticas	52.950.484	53.265.351	

Cabe esclarecer que o valor constante nas Reservas a Amortizar é referente ao déficit equacionado de 2016 e de 2017, conforme relatórios do plano de equacionamento elaborado para a Entidade.

Déficit Equacionado em 2017

Como demonstrado nos resultados, o **Plano de Benefícios CEMAT BD-I** encontrava, em dezembro de 2016, com um déficit no valor total de R\$5.190.939,35, contudo, a legislação não exige o seu equacionamento total, assim, após considerar o ajuste de precificação informado pela **ENERGISAPREV**, o equacionamento mínimo é de R\$1.804.494,31 e o plano de amortização será elaborado considerando o que segue:

- Sistema de amortização pela Tabela Price;
- Equacionamento Mínimo, vide Resolução CGPC 22/2015;
- Quantidade de prestações no ano: 12 prestações mensais;
- Prazo total de 144 meses, o tempo estipulado pela Resolução CGPC 22/2015 é de 1,5 vezes os anos da duração do passivo, como a duração é de 8,53, o valor demonstrado foi financiado em 12 anos;
- Taxa de desconto do Plano de 5,59% ao ano;
- Conforme informações dos balancetes da **ENERGISAPREV**, foram observadas as proporções de contribuições para o Déficit a seguir:

PROPORÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES NORMAIS	ANO 2016
PATROCINADORA	40,53%
PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS	59,47%
TOTAL	100,00%

Para a parte resultante dos 59,47% dos Participantes, foi rateado considerando as Reservas Matemáticas, que resultou em 1,39% para os Ativos e 98,61% para os Assistidos.

Tendo em vista tal fato, o Plano de Custeio sofrerá alterações mediante a implementação do plano de equacionamento, que deverá se iniciar em até 60 dias contados da data da aprovação pelo Conselho Deliberativo. O valor mensal da prestação é de R\$ 17.101,00 (equivalente a R\$ 210.423,00 no ano), foi distribuído de acordo com a proporção de contribuição normal, a seguir:

Contr. Extra. Mensal	em R\$	em %
Patrocinadora	7.246	-
Participante Ativo	137	2,27%
Participante Assistido	9.719	2,80%
TOTAL	17.101	-

Aplicação de um percentual médio de contribuição extraordinária, assim, 2,27% sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição, 2,80% sobre a folha de Benefícios e R\$ 7.246,00 para a Patrocinadora.

Ressaltamos que os percentuais deverão ser recalculados anualmente na revisão do Plano de Custeio.

Plano de Custeio

As contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes Autopatrocinados serão fixadas a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, tendo em vista proposta da Diretoria-Executiva da **ENERGISAPREV**, baseada no Plano Anual de Custeio elaborado atuarialmente.

Assim, o Plano de Custeio Proposto é:

Contribuições Normais (*)	
Participantes Ativos	
Faixa 1 - até 1/2 LMSC - R\$2.822,90	0,27%
Faixa 2 - até 1/2 LMSC - R\$2.822,91	0,54%
Faixa 3 - acima de 1 LMSC - R\$5.645,80	1,62%
Patrocinadora	
Contribuição.....	7,66%
Taxa de Carregamento (**)	
Patrocinadora.....	1,65%
Participantes Ativos.....	1,65%
Participantes Assistidos.....	1,65%

(*) % Sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição ou Benefícios.

LMSC – Limite Máximo do Salário de Contribuição do INSS.

(**) Taxa de carregamento definida pela EnergisaPrev.

Média de Contribuições Normais

Contribuições Médias (exceto tx. carregamento.)	
Contribuição Média Participantes Ativos..	0,55%
Contribuição Média Patrocinadora.....	7,66%
Total da Contribuição Média.....	8,21%
Contribuições Mensais Extraordinária⁽¹⁾	
Patrocinadora em R\$.....	R\$ 40.992,00
Participantes Ativos em %.....	2,27%
Assistidos em %.....	2,80%

(1) Valor de R\$40.922,00 para a Patrocinadora do Equac.

Déficit 2016 e 2017, 2,27% sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição e 2,80% sobre a Folha de Benefícios.

Despesas Administrativas

De acordo com a informação da **ENERGISAPREV**, as despesas administrativas serão custeadas pelos Participantes Ativos e Autopatrocinados pela taxa de 1,65% aplicada sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição, pelos Participantes Assistidos (excluídos pensionistas) por 1,65% aplicado sobre a Complementação mensal, para os Participantes BPD no valor de R\$43,00, e por fim, 1,65% da Patrocinadora sobre a Folha Total do Salários dos Participantes.

Desta forma, para as despesas administrativas, foi utilizado o percentual informado com base no Plano de Gestão Administrativa de 2018 da **ENERGISAPREV**.

Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do Plano Previdencial, no valor total de R\$47.236.984,50, não cobre as Reservas Matemáticas de R\$52.950.484,00, gerando um déficit de R\$5.713.499,50, que corresponde a 10,79% das Reservas Matemáticas posicionadas em dezembro/2017.

Situação em 31 de dezembro		Valores em R\$	
Situação do Plano de Benefícios	2017	2016	
a) Patrimônio de Cobertura do Plano	47.236.985	48.074.412	
b) Reservas Matemáticas	(52.950.484)	(53.265.351)	
a-b = Déficit	(5.713.499)	(5.190.939)	

Duração do Passivo do Plano

A duração do passivo do Plano é calculada conforme a legislação e representa a média dos prazos dos fluxos anuais de pagamentos de benefícios líquidos, ponderados pelo valor presente desses. A duração verificada em dezembro de 2017, para o Plano de Benefícios **CEMAT BD-I** da **ENERGISAPREV**, é de 8,78 anos.

Déficit Atual do Plano

A **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL** verificou o valor mínimo que deverá ser equacionado, aplicando a CNPC 22, de novembro de 2015.

O Limite mínimo, segundo a legislação, é determinado pela seguinte fórmula:

$$LDTA^* = 1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Reservas Matemáticas.}$$

LDTA = Limite de Déficit Técnico Acumulado

Vale salientar que a duração calculada em dezembro de 2017, para o Plano, é de 8,78 anos, logo $1\% \times (8,78 - 4) = 4,78\%$.

Ao aplicar os 4,78% sobre as Reservas Matemáticas, ou seja, sobre R\$52.950.484,00, o limite mínimo que poderá ser mantido no plano sem equacionamento é de R\$2.531.033,14, logo todo déficit acima desse valor deverá ser equacionado.

O valor a ser equacionado é de R\$2.272.590,86, que equivale à diferença entre o déficit ajustado de R\$4.803.624,00 (incluído o ajuste de precificação de R\$ 909.875,50, demonstrado no item seguinte) e o limite mínimo de R\$2.531.033,14.

O prazo estipulado para o equacionamento do déficit, segundo a resolução CGCP 22, é de 1,5 a duração do passivo. Como a duração do plano é de 8,78 anos, o valor demonstrado poderá ser financiado em 13 anos.

Como demonstrado nos resultados, o Plano de Benefícios **CEMAT BD-I** encontra-se com déficit, que será financiado, logo, essa situação de desequilíbrio precisa ser equacionada por meio da proposição de um plano de amortização, descrito a seguir.

Em R\$	
Descrição	Valores
Reservas Matemáticas (R\$)	52.950.484
Duração (anos)	8,78
Déficit Apurado (R\$)	(5.713.499)
Ajuste de Precificação	909.876
Déficit Apurado (R\$) - Ajuste	(4.803.624)
Limite do Déficit	2.531.033
Relação do Limite	4,78%
Equacionamento Mínimo	(2.272.591)
% do Equacionamento Mínimo	4,29%
Valor Equacionado	(2.272.591)
Prazo Máx. do Financ. (anos)	13,0
Prazo Máx. do Financ. (meses)	156

Observando a Resolução CNPC 22/2015, o Plano de Equacionamento do Déficit será elaborado até o final do exercício subsequente ao do Déficit apurado, no caso, no exercício de 2018.

Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC Nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução nº 16, de 19/11/2014, e conforme Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015, reproduzimos a seguir o Ajuste de Precificação de Ativos - que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento - elaborado pela Contabilidade da **ENERGISAPREV**:

Valores em R\$			
Posição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
NTN-B Accrual	28.034.485,51	28.944.361,01	909.875,50
TOTAL	28.034.485,51	28.944.361,01	909.875,50

CONCLUSÃO

Conclui-se que o custo do Plano de Benefícios **CEMAT BD-I**, calculado pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**, resultou em 11,51% da Folha Total do Salário Real de Contribuição, por outro lado, a **ENERGISAPREV – FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA** arrecada contribuições na proporção de 11,51% sobre o total dos mesmos Salários, demonstrando um equilíbrio entre o custo e custeio.

O Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios, em 31/12/2017, foi de R\$47.236.984,50, para fazer frente às Reservas Matemáticas que totalizaram R\$52.950.484,00, gerando um déficit de R\$5.713.499,50, aproximadamente 10,79% das Reservas Matemáticas.

Neste exercício, foi realizado estudo de aderência de hipóteses biométricas e foram alteradas as tábuas adotadas na última Avaliação Atuarial para o Plano de Benefícios **CEMAT BD-I**, administrado pela **EnergisaPrev**, sendo adotadas as tábuas: BR-EMS 2015 por Sexo para mortalidade geral, Light Média para entrada em invalidez e MI-85 por Sexo para mortalidade de inválidos.

Elaboramos os estudos da Taxa de Crescimento Salarial com as bases de dados recebidas, e identificamos uma taxa de crescimento salarial média que ficou em 3,25% ao ano.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefícios **CEMAT BD-I**, da **ENERGISAPREV**, encontra-se em situação financeiro-atuarial deficitária.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinados com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, rotatividade, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade e invalidez poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

São Paulo, março de 2018.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.

Newton Cezar Conde
Atuário MIBA 549

Alberto dos Santos
Atuário MIBA 892

Daniel Rahmi Conde
Atuário MIBA 2126

13. PARECER ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS PLANO CEMAT OP



PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente o Plano de Benefícios **CEMAT-OP**, na modalidade de Contribuição Variável, administrado pela **ENERGISAPREV – FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA**, que foi instituído em 01/01/1999 e Patrocinado pela Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A. e EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência, tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e as bases técnicas adotadas pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela **ENERGISAPREV**. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, mortalidade, dentre outros que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela **CONDE**, da qual o presente “Parecer Atuarial” é parte integrante.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Características do Plano

O Plano de Benefícios **CEMAT-OP**, administrado pela **ENERGISAPREV**, **CNPB** nº 1998.0067-19, está estruturado na modalidade de Contribuição Definida para os benefícios programados a conceder. Para os Assistidos que optaram pela renda financeira, encontra-se estruturado na modalidade de Contribuição Definida, e, para os Assistidos que optaram pela renda vitalícia, na modalidade de Benefício Definido. Portanto, o Plano enquadra-se na modalidade de Contribuição Variável de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, e da Instrução SPC nº 9, de 17/01/2006 e publicada em 19/01/2006.

Alteração Regulamentar

No ano de 2017, existiram alterações regulamentares sobre os Fatores Atuariais, alteração da razão social da EFPC, alteração nos benefícios vitalícios concedidos até 26/11/2009 e a Inclusão de item para vedar a inscrição de novos participantes no Plano de Benefícios **CEMAT-OP**.

Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de dezembro/2017, contempla todos os Participantes do Plano, tendo sido previamente submetido ao processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Base de dados: dez/2017

Valores R\$ 1,00

Descrição	Ativos ^(*)	Assistidos			Total de Participantes
		Aposentados	Pensionistas	Total	
Quantidade de Participantes	2.103	305	55	360	2.463
Folha Salarial/ Benefício Mensal	6.117.605	1.024.318	143.841	1.168.159	7.285.764
Salário/ Benefício Médio Mensal	2.909	3.358	2.615	3.245	2.958
Idade Média	35	68	74	69	40
Tempo Médio para Aposentadoria em anos	20	-	-	-	20
Tempo Médio de Plano em anos	7	-	-	-	7
Tempo Médio de Empresa em anos	8	-	-	-	8

(*) Existem 35 participantes BPD no Plano de Benefícios Elétricas OP, com idade média de 41 anos, não contabilizados nesta tabela.

Base: 31/12/2017

Valores R\$1,00

Participantes	2017		
	Qtde	Sal./Benef. Médio	Idade Média
Ativos ^(*)	2.103	2.909	35
Renda Mensal Vitalícia	204	2.827	71
Renda Mensal Financeira	156	3.791	67

(*) Nesta tabela, para os participantes ativos, não foram considerados os 35 participantes BPD.

Vale ressaltar que os Participantes em Auxílio-Doença foram avaliados no Parecer Atuarial do Exercício de 2017 do Plano de Benefícios **R (RISCO)**.

Recomposição Salarial e de Benefícios

Considerando que os dados cadastrais são de dezembro/2017, e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2017, os salários, para efeito desta avaliação, foram recompostos, logo, tiveram um acréscimo de 0,18% referente à variação acumulada do INPC-IBGE em novembro/2017.

Considerando apenas os Assistidos optantes pela Renda Mensal Vitalícia, e que os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2017, os benefícios vitalícios, para efeito desta avaliação foram recompostos, logo, tiveram um acréscimo de 0,18% referente à variação acumulada do INPC-IBGE de novembro/2017.

Cabe esclarecer que os procedimentos descritos nos parágrafos anteriores objetivam posicionar os salários e benefícios no pico, extraíndo desses todo e qualquer efeito da inflação.

Bases Técnicas e Hipóteses Atuariais

As Bases Técnicas e as Hipóteses Atuariais utilizadas nesta Avaliação Atuarial de 2017 são as seguintes:

Tábuas Biométricas

Tábuas Biométricas	2017	2016
Tábua Geral	BR-EMS 2015 por Sexo	AT-2000 Suav. 10% por Sexo

Variáveis Econômicas

Variáveis Econômicas Anuais	2017	2016
Taxa de Juros	5,65%	5,65%
Taxa de Rotatividade	-	-
Taxa de Crescimento Salarial	-	-
Taxa de Crescimento de Benefícios	-	-
Capacidade Salarial	-	-
Capacidade de Benefícios	98,00%	98,00%
Índice do Plano	COTA, exceto Rendas Vitalícias: INPC-IBGE	COTA, exceto Rendas Vitalícias: INPC-IBGE

Anuidades de Pensão

Tábua de Anuidade de Pensão	2017	2016
Assistidos	Elaborada a partir da Família Real conforme base de dados dos Aposentados informada pela ENERGISAPREV	Elaborada a partir da Família Real conforme base de dados dos Aposentados informada pela ENERGISAPREV

Estudo de Aderência

A **CONDE**, a partir de dados fornecidos pela **ENERGISAPREV**, elaborou os Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas, com o objetivo de indicar as hipóteses que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do estudo atuarial, bem como apresentar os impactos da sua aplicação em comparação com outras hipóteses.

Observados os resultados dos Estudos de Aderência elaborados, a **CONDE** recomendou a adoção da seguinte tábua: BR-EMS 2015 por Sexo para mortalidade geral, exceto a Taxa de juros que é demonstrada no próximo item.

Considerando que os reajustes dos benefícios são anuais e tendo em vista que nos próximos anos a expectativa média de inflação é de 4,00% ao ano, encontramos a Capacidade Salarial e de Benefícios de 98% ao ano.

Taxa de juros

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação.

Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 5,65% ao ano, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da **ENERGISAPREV**, conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovado pela Previc.

Informamos que esta taxa de juros foi baseada em estudos desenvolvidos por consultoria de investimentos externa, contratada pela **ENERGISAPREV**, motivo pelo qual não foram processados os respectivos estudos de aderência pela **CONDE**.

Rentabilidade do Plano

A rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios **CEMAT-OP**, calculada pela variação da cota, atingiu no exercício de 2017 o percentual de 8,98% que, comparado com a inflação acumulada no período de 2,07% (INPC/IBGE), acrescida do juro atuarial anual de 5,65%, resultou na taxa real líquida positiva no exercício de 1,06%.

Patrimônio do Plano

Apresentamos o cálculo do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios **CEMAT-OP**, considerando o balanço contábil de 31/12/2017:

Situação em 31 de dezembro		Valores em R\$1,00	
Situação do Plano de Benefícios (*)	2017	2016	
Ativo Total	210.523.322	206.850.984	
Exigível Operacional	(1.284.203)	(1.450.449)	
Exigível Contingencial	0	0	
Fundo Previdencial	(300.547)	(75.885)	
Fundo Administrativo	(1.331.025)	(1.102.715)	
Fundo de Investimentos	(119.622)	(92.157)	
Patrimônio de Cobertura do Plano	207.487.924	204.129.778	

(*) Informações coletadas do Balancete.

Dívidas Contratadas

Não existe registro de dívida contratada no balanço do Plano de Benefícios **CEMAT-OP**.

Passivo Judicial

Não existe registro de passivo Judicial no balanço do Plano de Benefícios **CEMAT-OP**.

Resultados dos Custos e das Reservas Matemáticas

Apresentamos a seguir o quadro referente aos custos totais do plano, sendo 4,09% vindo de Participantes Ativos do plano e 0,41% das Patrocinadoras, mais 1,65% para as Despesas Administrativas por parte das Patrocinadoras, totalizando 6,15% sobre o total dos Salários de Participação.

Benefícios	Custo Atuarial Nivelado (%)			Custo Atuarial Nivelado (%)		
	2017			2016		
	Part.(%)	Patr.(%)	Total (%)	Part.(%)	Patr.(%)	Total (%)
Aposentadoria Normal	4,09	0,41	4,50	4,31	0,41	4,72
Despesas Administrativas	0,00	1,65	1,65	0,00	1,65	1,65
Custo Normal	4,09	2,06	6,15	4,31	2,06	6,37
Extraordinária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo Total	4,09	2,06	6,15	4,31	2,06	6,37

Custos Atuariais em % sobre o total dos Salários de Participação dos Participantes Ativos.

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$204.596.435,89, conforme quadro a seguir:

Reservas Matemáticas em 31 de dezembro		Valores em R\$1,00	
Descrição	2017	2016	
Benefícios Concedidos	153.661.613	150.848.531	
Benefícios a Conceder	50.934.823	49.029.432	
Reservas a Amortizar	0	0	
Total de Reservas Matemáticas	204.596.436	199.877.963	

Considerados nos Benefícios a Conceder os Saldos dos Ativos, dos Institutos, os desligados sem resgates e os Auxílios.

Ressaltamos que os saldos de Contas e as cotas estão posicionados em dezembro/2017, e o seu controle é de responsabilidade do administrador, ou seja, são coletadas as informações da base de dados cadastrais e informações mensais da **ENERGISAPREV**.

Plano de Custeio

A Contribuição dos Participantes Ativos e dos Participantes Autopatrocinados é determinada pelo percentual livremente escolhido pelo participante de 2% a 20% sobre o Salário de Participação, e uma contribuição opcional de valor e periodicidade livremente escolhidos pelo Participante.

A Contribuição das Patrocinadoras corresponde ao percentual determinado a cada ano pelo Conselho Deliberativo, não podendo ser inferior a 10% sobre o valor da contribuição mensal do participante, podendo também ter uma contribuição adicional de valor e periodicidade livremente determinados pelas Patrocinadoras.

Despesas Administrativas

De acordo com a informação da **ENERGISAPREV**, as despesas administrativas serão custeadas pelas Patrocinadoras e pelos Autopatrocinados por um percentual de 1,65% aplicado sobre o Salário de Participação e para os Participantes em BPD no valor de R\$43,00.

Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do Plano Previdencial, no valor total de R\$207.487.924,14, cobre as Reservas Matemáticas de R\$204.596.435,89, gerando um superávit de R\$2.891.488,25, correspondente a 1,41% das Reservas Matemáticas posicionadas em dezembro/2017.

Situação em 31 de dezembro	Valores em R\$1,00	
	2017	2016
a) Patrimônio de Cobertura do Plano	207.487.924	204.129.778
b) Reservas Matemáticas	(204.596.436)	(199.877.963)
a-b = Superávit / (Déficit)	2.891.488	4.251.815

Duração do Passivo do Plano

A duração do passivo do Plano é calculada conforme a legislação e representa a média dos prazos dos fluxos anuais de pagamentos de benefícios líquidos, ponderados pelo valor presente desses. A duração verificada em dezembro de 2017 para o Plano de Benefícios **CEMAT-OP** da **ENERGISAPREV** é de 9,31 anos.

Entretanto, conforme estabelecido no 1º parágrafo do artigo 26 da Instrução Previc número 19, de 04/02/2015, vide:

“§1º O plano que apresente benefício com características de contribuição definida e utilize taxa de juros real anual em cálculos de benefícios deve adotar taxa de juros real anual dentro do intervalo estabelecido considerando a duração de dez anos.”

Também é possível adotar a duração de dez anos para o Plano de Benefícios **CEMAT-OP** da **ENERGISAPREV**.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o custo do Plano de Benefícios **CEMAT-OP**, calculado pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**, resultou em 6,15% da folha de Salários de Participação, por outro lado, a **ENERGISAPREV – FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA** arrecada contribuições na proporção de 6,15% sobre o total dos mesmos Salários, demonstrando um equilíbrio entre o custo e custeio.

O Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios, em 31/12/2017, foi de R\$207.487.924,14, para fazer frente às Reservas Matemáticas que totalizaram R\$204.596.435,89, gerando um superávit de R\$2.891.488,25, que corresponde a 1,41% das Reservas Matemáticas.

Neste exercício, foi realizado estudo de aderência de hipóteses biométricas e foi alterada a tábua adotada na última Avaliação Atuarial para o Plano de Benefícios **CEMAT-OP**, administrado pela **EnergisaPrev**, sendo adotada a tábua BR-EMS 2015 por Sexo para Mortalidade Geral.

Informamos que foi elaborado Avaliação Atuarial mediante a alteração regulamentar de renda dos Participantes Assistidos, da Renda Mensal Vitalícia concedida até 26/11/2009 para a opção de Renda Mensal Financeira.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefícios **CEMAT-OP**, da **ENERGISAPREV**, encontra-se em situação financeiro-atuarial superavitária.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinados com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: capacidade de benefícios e salarial e mortalidade poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

São Paulo, março de 2018.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.

Newton Cezar Conde
Atuário MIBA 549

Alberto dos Santos
Atuário MIBA 892

Daniel Rahmi Conde
Atuário MIBA 2126

14. PARECER ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS PLANO ELÉTRICAS BD I



PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente o Plano de Benefícios **ELÉTRICAS BD-I**, na modalidade de Benefício Definido, administrado pela **ENERGISAPREV – FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA**, que foi instituído em 01/08/1986 e Patrocinado pela: Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A; DENERGE Desenvolvimento Energético S/A.; Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A; Rede Power do Brasil S/A.; Rede Energia Participações S/A.; Tocantins Energética S/A; EEVP - Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A., tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e as bases técnicas adotadas pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela **ENERGISAPREV**. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, mortalidade, dentre outros que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela **CONDE**, da qual o presente “Parecer Atuarial” é parte integrante.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Características do Plano

O Plano de Benefícios **ELÉTRICAS BD-I**, administrado pela **ENERGISAPREV**, **CNPB** nº 1986.0004-19, está estruturado na modalidade Benefício Definido, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005 e da Instrução SPC nº 9, de 17/01/2006, publicada em 19/01/2006.

O Plano de Benefícios **ELÉTRICAS BD-I** encontra-se em extinção desde 31/12/1998.

Alteração Regulamentar

No ano de 2017, não existiram alterações regulamentares no Plano de Benefícios **ELÉTRICAS BD-I**.

Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de outubro/2017, contempla todos os Participantes do Plano, tendo sido previamente submetido ao processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Descrição	Ativos ^(*)	Assistidos			Total de Participantes
		Aposentados	Pensionistas	Total	
Quantidade de Participantes	5	208	130	338	343
Folha Salarial / Benefício (mensal)	25.585	396.215	142.613	538.828	564.413
Salário Médio / Benefício Médio (mensal)	5.117	1.905	1.097	1.594	1.646
Idade Média	52	74	68	71	71
Tempo Médio de Admissão (anos)	26	-	-	-	-
Tempo Médio para Aposent. (anos)	5	-	-	-	-
Tempo Médio de Plano (anos)	25	-	-	-	-

(*) Existem 109 participantes BPD no Plano de Benefícios Elétricas BD-I, com idade média de 30 anos, não contabilizados nesta tabela.

Recomposição Salarial e de Benefícios

Considerando que o reajuste relativo ao dissídio salarial tem como base abril/2017, e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2017, os salários, para efeito desta avaliação, foram recompostos, logo, tiveram um acréscimo de 0,81% referente à variação acumulada do INPC-IBGE de abril a novembro/2017.

Considerando que o regulamento do Plano tem como base o dissídio da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energia S.A., e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2017, os benefícios, para efeito desta avaliação foram recompostos, logo, tiveram um acréscimo de 0,81% referente à variação acumulada do INPC-IBGE de abril a novembro/2017.

Cabe esclarecer que os procedimentos descritos nos parágrafos anteriores objetivam posicionar os salários e benefícios no pico, extraído desses todo e qualquer efeito da inflação.

Hipóteses Atuariais

As premissas Atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial de 2017 são as seguintes:

Tábuas Biométricas

Tábuas Biométricas	2017	2016
Tábua Geral	BR-EMS 2015 por Sexo	AT-2000 Suav. 10% por Sexo
Tábua Geral Anuidade de Pensão	BR-EMS 2015 por Sexo	AT-2000 Suav. 10% por Sexo
Tábua - Risco Morte / Capitalização	BR-EMS 2015 por Sexo	AT-2000 Suav. 10% por Sexo
Entrada de Invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de Inválidos	MI-85 por Sexo	MI-85 por Sexo
Tábua de Ativos	Combinação das tábuas BR-EMS 2015 por Sexo, Light Média e MI-85 por sexo - Método Hamza.	Combinação das tábuas AT 2000 suav. 10% por sexo, Light Média e MI-85 por sexo - Método Hamza.

Variáveis Econômicas

Variáveis Econômicas Anuais	2017	2016
Taxa de Juros	5,63%	5,63%
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%
Taxa de Crescimento Salarial	3,25%	3,00%
Taxa de Crescimento de Benefícios	0,00%	0,00%
Capacidade Salarial	98,00%	98,00%
Capacidade de Benefícios	98,00%	98,00%
Índice do Plano	INPC-IBGE	INPC-IBGE

Anuidades de Pensão

A Tábua de Anuidade de Pensão	2017	2016
Ativos	Família Média Padrão - ENERGISAPREV	Família Média Padrão - ENERGISAPREV
Assistidos	Elaborada a partir da Família Real conforme base de dados dos Aposentados informada pela ENERGISAPREV	Elaborada a partir da Família Real conforme base de dados dos Aposentados informada pela ENERGISAPREV

Estudo de Aderência

A **CONDE**, a partir de dados fornecidos pela **ENERGISAPREV**, elaborou os Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas, com o objetivo de indicar as hipóteses que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do estudo atuarial, bem como apresentar os impactos da sua aplicação em comparação com outras hipóteses, exceto a Taxa de juros, que demonstramos no item seguinte.

Observados os resultados dos Estudos de Aderência elaborados, a **CONDE** recomendou a adoção das seguintes tábuas: BR-EMS 2015 por Sexo para mortalidade geral, Light Média para entrada em invalidez e MI-85 por sexo para mortalidade de inválidos, exceto a Taxa de juros que é demonstrada no próximo item.

Sobre a Rotatividade de Participantes Ativos e desligados, foi adotada a Taxa de Rotatividade nula, pois o plano encontra-se em extinção.

O Crescimento Salarial apresentou uma taxa média exponencial de 3,25% ao ano, conforme as Bases de Dados fornecidas pela **ENERGISAPREV**.

Considerando que os reajustes dos salários e benefícios são anuais e tendo em vista que nos próximos anos a expectativa média de inflação é de 4,00% ao ano, encontramos a Capacidade Salarial e de Benefícios de 98% ao ano.

Taxa de juros

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação.

Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 5,63% ao ano, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da **ENERGISAPREV**, conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovada pela Previc.

Informamos que esta taxa de juros foi baseada em estudos desenvolvidos por consultoria de investimentos externa, contratada pela **ENERGISAPREV**, motivo pelo qual não foram processados os respectivos estudos de aderência pela **CONDE**.

Rentabilidade do Plano

A rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios **ELETRICAS BD-I** atingiu no exercício de 2017 o percentual de 8,75% que, comparado com a inflação acumulada no período de 2,07% (INPC/IBGE), acrescido do juro atuarial anual de 5,63%, resultou na taxa de rentabilidade real líquida positiva no exercício de 0,86%.

Patrimônio do Plano

Apresentamos o cálculo do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios **ELETRICAS BD-I**, considerando o balanço contábil de 31/12/2017:

Valores em 31 de dezembro	Valores em R\$1,00		
	Situação do Plano de Benefícios (*)	2017	2016
Ativo Total		81.712.436	81.908.882
Exigível Operacional		(815.422)	(813.568)
Exigível Contingencial		(35.439)	0
Fundo Previdencial		0	0
Fundo Administrativo		(220.943)	(258.367)
Fundo dos Investimentos		(2.142)	(1.351)
Patrimônio de Cobertura do Plano		80.638.490	80.835.597

(*) Informações coletadas do Balancete.

Dívidas Contratadas

Não existe registro de dívida contratada no balanço do Plano de Benefícios **ELÉTRICAS BD-I**.

Passivo Judicial

Não existe registro de passivo Judicial no balanço do Plano de Benefícios **ELETRICAS BD-I**.

Resultados dos Custos e das Reservas Matemáticas

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo total de 16,44% sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição dos Participantes inscritos no Plano de Benefícios, conforme quadro a seguir:

Benefícios	2017	2016
	%Custo (*)	%Custo (*)
Aposentadorias	11,06	10,64
Aposentadorias por Invalidez	1,54	1,54
Pensão por Morte	0,34	0,39
Pecúlio por Morte	0,20	0,10
Despesas Administrativas	3,30	3,30
Ajuste do Plano	0,00	0,00
Custo Normal	16,44	15,97
Extraordinária	0,00	0,00
Custo Total	16,44	15,97

(*) Custos atuariais sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição.

As Despesas Administrativas foram informadas pela **ENERGISAPREV**, tendo em vista o orçamento constante no Plano de Gestão Administrativa de 2018, e foram discriminadas no item do Plano de Custeio.

Para esta avaliação o percentual de 3,30%, relativo ao custo administrativo, quando aplicado sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição e sobre a Folha dos Benefícios do Plano, equivale, respectivamente, a R\$ 11.065,00 e R\$ 228.376,00, totalizando R\$ 239.441,00.

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$ 87.820.893,00, conforme quadro a seguir:

Reservas Matemáticas em 31 de dezembro	Valores em R\$	
Descrição	2017	2016
Benefícios Concedidos	86.593.243	81.116.050
Benefícios a Conceder	1.227.650	1.147.311
Reservas a Amortizar	-	-
Total de Reservas Matemáticas	87.820.893	82.263.361

Plano de Custeio

As contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes Autopatrocinados serão fixadas a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, tendo em vista proposta da Diretoria-Executiva da **ENERGISAPREV**, baseada no Plano Anual de Custeio elaborado atuarialmente.

Assim, o Plano de Custeio Proposto é:

Contribuição das Patrocinadoras e Participantes

Contribuição (*)	Patrocinadoras (%)	Participantes Ativos (%)	Total (%)	Participantes Assistidos(%)
Contribuições				
Benefícios do Plano	12,66	0,48	13,14	-
Taxa de Carregamento	1,65	1,65	3,30	1,65
Total de Contribuição	14,31	2,13	16,44	1,65

(*) % Sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição ou Benefícios

De acordo com a informação da **ENERGISAPREV**, as despesas administrativas serão custeadas pelos Participantes Ativos e Autopatrocinados pela taxa de 1,65% aplicada sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição, pelos Participantes Assistidos (excluídos pensionistas) por 1,65% aplicado sobre a Complementação mensal, para os Participantes BPD no valor de R\$43,00, e por fim, 1,65% da Patrocinadora sobre a Folha de Salários dos Participantes.

Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do Plano Previdencial, no valor total de R\$80.638.489,85, não cobre as Reservas Matemáticas de R\$87.820.893,00, gerando um déficit de R\$7.182.403,15, que corresponde a 8,18% das Reservas Matemáticas posicionadas em dezembro/2017.

Situação em 31 de dezembro	Valores em R\$	
	2017	2016
a) Patrimônio de Cobertura do Plano	80.638.490	80.835.597
b) Reservas Matemáticas	(87.820.893)	(82.263.361)
a-b = Déficit	(7.182.403)	(1.427.764)

Duração do Passivo do Plano

A duração do passivo do Plano é calculada conforme a legislação e representa a média dos prazos dos fluxos anuais de pagamentos de benefícios líquidos, ponderados pelo valor presente desses. A duração verificada em dezembro de 2017, para o Plano de Benefícios **ELÉTRICAS BD-I** da **ENERGISAPREV**, é de 9,16 anos.

Déficit do Plano

A **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL** verificou o valor mínimo que deverá ser financiado, aplicando a Resolução CNPC Nº 22 de 25 de novembro de 2015.

O Limite mínimo, segundo a legislação, é determinado pela seguinte fórmula:

$$LDTA^* = 1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Reservas Matemáticas.}$$

LDTA = Limite de Déficit Técnico Acumulado

Vale salientar que a duração calculada em dezembro de 2017, para o Plano, é de 9,16 anos, logo $1\% \times (9,16 - 4) = 5,16\%$.

Ao aplicar os 5,16% sobre as Reservas Matemáticas, ou seja, sobre R\$87.820.893,00, o limite mínimo que poderá ser mantido no plano sem equacionamento é de R\$4.531.558,08; logo, todo déficit acima desse valor deverá ser equacionado.

O valor a ser equacionado é de R\$1.044.210,54, que equivale à diferença entre o déficit ajustado de R\$5.575.768,62 (incluído o ajuste de precificação de R\$ 1.606.634,53 demonstrado no item seguinte) e o limite mínimo de R\$4.531.558,08.

O prazo estipulado para o equacionamento do déficit, segundo a resolução CGCP 22, é de 1,5 a duração do passivo. Como a duração passivo do plano é de 9,16 anos, o déficit demonstrado poderá ser financiado em 13 anos.

Como demonstrado nos resultados, o Plano de Benefícios **ELÉTRICAS BD-I** encontra-se com déficit, que será financiado, logo, essa situação de desequilíbrio precisa ser equacionada por meio da proposição de um plano de amortização, descrito a seguir.

Em R\$	
Descrição	Valores
Reservas Matemáticas (R\$)	87.820.893
Duração (anos)	9,16
Déficit Apurado (R\$)	(7.182.403)
Ajuste de Precificação (R\$)	1.606.635
Déficit Apurado (R\$) - Ajuste	(5.575.769)
Limite do Déficit	4.531.558
Relação do Limite	5,16%
Equacionamento Mínimo	(1.044.211)
% do Equacionamento Mínimo	1,19%
Valor Equacionado	(1.044.211)
Prazo Máx. do Financ. (anos)	13,0
Prazo Máx. do Financ. (meses)	156

Observando a Resolução CNPC 22/2015, o Plano de Equacionamento do Déficit será elaborado até o final do exercício subsequente ao do Déficit apurado, no caso, no exercício de 2018.

Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC Nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução nº 16, de 19/11/2014, e conforme Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015, reproduzimos a seguir o Ajuste de Precificação de Ativos - que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento - elaborado pela Contabilidade da **ENERGISAPREV**:

Valores em R\$			
Posição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
NTN-B Accrual	44.076.136,41	45.682.770,95	1.606.634,53
TOTAL	44.076.136,41	45.682.770,95	1.606.634,53

CONCLUSÃO

Conclui-se que o custo do Plano de Benefícios **ELÉTRICAS BD-I**, calculado pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**, resultou em 16,44% da Folha Total do Salário Real de Contribuição, por outro lado, a **ENERGISAPREV – FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA** arrecada contribuições na proporção de 16,44% sobre o total dos mesmos Salários e Benefícios, demonstrando um equilíbrio entre o custo e custeio.

O Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios, em 31/12/2017, foi de R\$ 80.638.489,85, para fazer frente às Reservas Matemáticas que totalizaram R\$ 87.820.893,00, gerando um déficit de R\$7.182.403,15, que corresponde a 8,18% das Reservas Matemáticas.

Neste exercício, foi realizado estudo de aderência de hipóteses biométricas e foram alteradas as tábuas adotadas na última Avaliação Atuarial para o Plano de Benefícios **ELÉTRICAS BD-I**, administrado pela **EnergisaPrev**, sendo adotadas as tábuas: BR-EMS 2015 por Sexo para mortalidade geral, Light Média para entrada em invalidez e MI-85 por Sexo para mortalidade de inválidos.

Elaboramos os estudos da Taxa de Crescimento Salarial, com as bases de dados recebidas, e identificamos uma taxa de crescimento salarial média que ficou em 3,25% ao ano.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefícios **ELÉTRICAS BD-I**, da **ENERGISAPREV**, encontra-se em situação financeiro-atuarial deficitária.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinados com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, rotatividade, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade e invalidez poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

São Paulo, março de 2018.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.

Newton Cezar Conde
Atuário MIBA 549

Alberto dos Santos
Atuário MIBA 892

Daniel Rahmi Conde
Atuário MIBA 2126

PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente o Plano de Benefícios **ELÉTRICAS-OP**, na modalidade de Contribuição Variável, administrado pela **ENERGISAPREV – FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA**, que foi instituído em 01/01/1999 e Patrocinado pela: Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A; DENERGE – Desenvolvimento Energético S/A.; Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A; Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A; Rede Power do Brasil S/A.; EnergisaPrev – Fundação Energisa de Previdência; Rede Energia Participações S/A.; Tocantins Energética S.A.; EEVP – Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e as bases técnicas adotadas pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela **ENERGISAPREV**. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, mortalidade, dentre outros que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela **CONDE**, da qual o presente “Parecer Atuarial” é parte integrante.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Características do Plano

O Plano de Benefícios **ELÉTRICAS-OP**, administrado pela **ENERGISAPREV**, **CNPB** nº 1998.0063-11, está estruturado na modalidade de Contribuição Definida para os benefícios programados a conceder. Para os Assistidos que optaram pela renda financeira, encontra-se estruturado na modalidade de Contribuição Definida, e, para os Assistidos que optaram pela renda vitalícia, na modalidade de Benefício Definido. Portanto, o Plano enquadra-se na modalidade de Contribuição Variável de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, e da Instrução SPC nº 9, de 17/01/2006 e publicada em 19/01/2006.

Alteração Regulamentar

No ano de 2017, existiram alterações regulamentares sobre os Fatores Atuariais, a alteração da razão social da EFPC e a inclusão de item para vedar a inscrição de novos participantes no Plano de Benefícios **ELÉTRICAS-OP**.

Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de dezembro/2017, contempla todos os Participantes do Plano, tendo sido previamente submetido ao processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Base de dados: dez/2017

Valores R\$ 1,00

Descrição	Ativos ^(*)	Assistidos			Total de Participantes
		Aposentados	Pensionistas	Total	
Quantidade de Participantes	2.169	81	5	86	2.255
Folha Salarial / Benefício (mensal)	5.639.889	536.767	52.139	588.905	6.228.794
Salário Médio / Benefício Médio (mensal)	2.600	6.627	10.428	6.848	2.762
Idade Média	35	65	72	66	36
Tempo Médio de Admissão (anos)	8	-	-	-	8
Tempo Médio para Aposent. (anos)	19	-	-	-	19
Tempo Médio de Plano (anos)	8	-	-	-	8

(*) Existem 53 participantes BPD no Plano de Benefícios Elétricas OP, com idade média de 44 anos, não contabilizados nesta tabela.

Base: 31/12/2017

Valores em R\$

Participantes	2017		
	Qtde	Sal./Benef. Médio	Idade Média
Ativos (*)	2.169	2.600	35
Renda Mensal Vitalícia	58	6.776	67
Renda Mensal Financeira	28	6.996	61

(*) Neste quadro, para os participantes ativos, não foram considerados os 53 participantes BPD.

Vale ressaltar que os Participantes em Auxílio-Doença foram avaliados no Parecer Atuarial do Exercício de 2017 do Plano de Benefícios **R (RISCO)**.

Recomposição Salarial e de Benefícios

Considerando que o reajuste relativo ao dissídio salarial tem como base o mês informado por Patrocinadora, e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2017, os salários, para efeito desta avaliação, foram recompostos, logo, tiveram um acréscimo conforme posição de reajuste observado por patrocinadora, vide quadro abaixo:

Patrocinadora (*)	Varição Acumulada do INPC-IBGE	Período
EES	0,81%	abr/2017 - nov/2017
ENERGISA EMPRESAS	0,81%	abr/2017 - nov/2017
ENERGISA TO	0,73%	mai/2017 - nov/2017
TOCANTINS ENERGETICA	0,73%	mai/2017 - nov/2017
ENERGISAPREV	1,80%	jan/2017 - nov/2017
ENERGISA MS	2,19%	out/2016 - nov/2017

(*) Data do dissídio, por Patrocinadora, informada pela **ENERGISAPREV**.

Considerando o regulamento do Plano e que os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2017, os benefícios de Renda Mensal Vitalícia, para efeito desta avaliação foram recompostos, logo, tiveram um acréscimo de 0,18% referente ao INPC-IBGE de novembro/2017.

Cabe esclarecer que os procedimentos descritos nos parágrafos anteriores objetivam posicionar os benefícios no pico, extraíndo desses todo e qualquer efeito da inflação.

Bases Técnicas e Hipóteses Atuariais

As Bases Técnicas e as Hipóteses Atuariais utilizadas nesta Avaliação Atuarial de 2017 são as seguintes:

Tábuas Biométricas

Tábuas Biométricas	2017	2016
Tábua Geral	BR-EMS 2015 por Sexo	AT-2000 Suav. 10% por Sexo

Variáveis Econômicas

Variáveis Econômicas	2017	2016
Taxa de Juros	5,65%	5,65%
Taxa de Rotatividade	-	-
Taxa de Crescimento Salarial	-	-
Taxa de Crescimento de Benefícios	-	-
Capacidade Salarial	-	-
Capacidade de Benefícios	98,00%	98,00%
Índice do Plano	COTA, exceto Rendas Vitalícias: INPC-IBGE	COTA, exceto Rendas Vitalícias: INPC-IBGE

Anuidades de Pensão

Tábua de Anuidade de Pensão	2017	2016
Assistidos	Elaborada a partir da Família Real conforme base de dados dos Aposentados informada pela Energisaprev.	Elaborada a partir da Família Real conforme base de dados dos Aposentados informada pela Energisaprev.

Estudo de Aderência

A **CONDE**, a partir de dados fornecidos pela **ENERGISAPREV**, elaborou os Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas, com o objetivo de indicar as hipóteses que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do estudo atuarial, bem como apresentar os impactos da sua aplicação em comparação com outras hipóteses.

Observados os resultados dos Estudos de Aderência elaborados, a **CONDE** recomendou a adoção da seguinte tábua: BR-EMS 2015 por Sexo para mortalidade geral, exceto a Taxa de juros que é demonstrada no próximo item.

Considerando que os reajustes dos salários e benefícios são anuais e tendo em vista que nos próximos anos a expectativa média de inflação é de 4,00% ao ano, encontramos a Capacidade de Benefícios de 98% ao ano.

Taxa de juros

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação.

Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 5,65% ao ano, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da **ENERGISAPREV**, conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovado pela Previc.

Informamos que esta taxa de juros foi baseada em estudos desenvolvidos por consultoria de investimentos externa, contratada pela **ENERGISAPREV**, motivo pelo qual não foram processados os respectivos estudos de aderência pela **CONDE**.

Rentabilidade do Plano

A rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios **ELÉTRICAS-OP**, calculada pela variação da cota, atingiu no exercício de 2017 o percentual de 8,83% que, comparado com a inflação acumulada no período de 2,07% (INPC/IBGE), acrescida do juro atuarial anual de 5,65%, resultou na taxa real líquida no exercício de 0,92%.

Patrimônio do Plano

Apresentamos o cálculo do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios **ELÉTRICAS-OP**, considerando o balanço contábil de 31/12/2017:

Situação em 31 de dezembro		Valores em R\$	
Situação do Plano de Benefícios (*)	2017	2016	
Ativo Total	145.989.536	143.849.231	
Exigível Operacional	(869.724)	(939.446)	
Exigível Contingencial	0	0	
Fundo Previdencial	(1.563.175)	(1.426.378)	
Fundo Administrativo	(1.432.767)	(1.179.009)	
Fundo dos Investimentos	(162.352)	(131.956)	
Patrimônio de Cobertura do Plano	141.961.519	140.172.442	

(*) Informações coletadas do Balancete.

Dívidas Contratadas

Não existe registro de dívida contratada no balanço do Plano de Benefícios **ELÉTRICAS-OP**.

Passivo Judicial

Não existe registro de passivo Judicial no balanço do Plano de Benefícios **ELÉTRICAS-OP**.

Retirada de Patrocínio

No exercício de 2017, houve registro, no balanço do Plano de Benefícios **ELÉTRICAS-OP**, de pagamentos de reservas não resgatadas, referentes à Retirada de Patrocínio da ELUCID Solutions S.A, que ocorreu em 2013.

Resultados dos Custos e das Reservas Matemáticas

Apresentamos a seguir o quadro referente aos custos totais do plano, sendo 4,89% vindo de Participantes Ativos do plano e 0,49% das Patrocinadoras, mais 1,65% para as Despesas Administrativas por parte das Patrocinadoras, totalizando 7,03% sobre o total dos Salários de Participação.

Benefícios	2017			2016		
	Part.(%)	Patr.(%)	Total (%)	Part.(%)	Patr.(%)	Total (%)
Aposentadoria Normal	4,89	0,49	5,38	4,72	0,47	5,19
Despesas Administrativas	0,00	1,65	1,65	0,00	1,65	1,65
Custo Normal	4,89	2,14	7,03	4,72	2,12	6,84
Extraordinária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo Total	4,89	2,14	7,03	4,72	2,12	6,84

Custos Atuariais em % sobre o total dos Salários de Participação dos Participantes Ativos.

As Despesas Administrativas foram informadas pela **ENERGISAPREV**, tendo em vista o orçamento constante no Plano de Gestão Administrativa de 2018, e foram discriminadas no item do Plano de Custeio.

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$140.832.580,13, conforme quadro a seguir:

Reservas Matemáticas em 31 de dezembro		Valores em R\$	
Descrição	2017	2016	
Benefícios Concedidos	78.759.711	75.138.344	
Benefícios a Conceder	62.072.869	61.834.485	
Reservas a Amortizar	0	(7.510.473)	
Total de Reservas Matemáticas	140.832.580	129.462.356	

Considerados nos Benefícios a Conceder os Saldos dos Ativos, os Institutos, os desligados sem resgates e os Auxílios.

Ressaltamos que os saldos de Contas e as cotas estão posicionados em dezembro/2017, e o seu controle é de responsabilidade do administrador, ou seja, são coletadas as informações da base de dados cadastrais e informações mensais da **ENERGISAPREV**.

Plano de Custeio

As Contribuições dos Participantes Ativos e dos Participantes Autopatrocinados são determinadas pelo percentual livremente escolhido pelos participantes de 2% a 20% sobre o Salário de Participação, e uma contribuição opcional de valor e periodicidade livremente escolhidos pelos Participantes.

A Contribuição das Patrocinadoras correspondem ao percentual determinado a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, não podendo ser inferior a 10% sobre o valor da contribuição mensal do participante, podendo também ter uma contribuição adicional de valor e periodicidade livremente determinados pelas Patrocinadoras.

Despesas Administrativas

De acordo com a informação da **ENERGISAPREV**, as despesas administrativas serão custeadas pelas Patrocinadoras e pelos Autopatrocinados, pelo percentual de 1,65% aplicado sobre o Salário de Participação, para os Participantes em BPD no valor de R\$43,00, e por fim, 1,65% da Patrocinadora sobre a Folha de Salários de Participação.

Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do Plano Previdencial, no valor total de R\$141.961.518,98, cobre as Reservas Matemáticas de R\$140.832.580,13, gerando um superávit de R\$1.128.938,85, correspondente a 0,80% das Reservas Matemáticas posicionadas em dezembro/2017.

Situação em 31 de dezembro	Valores em R\$1,00	
	2017	2016
a) Patrimônio de Cobertura do Plano	141.961.519	140.172.442
b) Reservas Matemáticas	(140.832.580)	(129.462.356)
a-b = Superávit / (Déficit)	1.128.939	10.710.086

Duração do Passivo do Plano

A duração do passivo do Plano é calculada conforme a legislação e representa a média dos prazos dos fluxos anuais de pagamentos de benefícios líquidos, ponderados pelo valor presente desses. A duração verificada em dezembro de 2017 para o Plano de Benefícios **ELÉTRICAS-OP** da **ENERGISAPREV** é de 8,73 anos.

Entretanto, conforme estabelecido no 1º parágrafo do artigo 26 da Instrução Previc número 19, de 04/02/2015, vide:

“§1º O plano que apresente benefício com características de contribuição definida e utilize taxa de juros real anual em cálculos de benefícios deve adotar taxa de juros real anual dentro do intervalo estabelecido considerando a duração de dez anos.”

Também é possível adotar a duração de dez anos para o Plano de Benefícios **ELÉTRICAS-OP** da **ENERGISAPREV**.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o custo do Plano de Benefícios **ELÉTRICAS-OP**, calculado pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**, resultou em 7,03% da folha de Salários de Participação, por outro lado, a **ENERGISAPREV – FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA** arrecada contribuições na proporção de 7,03% sobre o total dos mesmos Salários, demonstrando um equilíbrio entre o custo e custeio.

O Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios, em 31/12/2017, foi de R\$141.961.518,98, para fazer frente às Reservas Matemáticas que totalizaram R\$140.832.580,13, gerando um superávit de R\$1.128.938,85, que corresponde a 0,80% das Reservas Matemáticas.

Neste exercício foi realizado estudo de aderência de hipóteses biométricas e foi alterada a tábua adotada na última Avaliação Atuarial para o Plano de Benefícios **ELÉTRICAS-OP**, administrado pela **EnergisaPrev**, sendo adotada a tábua BR-EMS 2015 por Sexo para Mortalidade Geral.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefícios **ELÉTRICAS-OP**, da **ENERGISAPREV** encontra-se em situação financeiro-atuarial superavitária.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinados com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: capacidade de benefícios e salarial e mortalidade poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

São Paulo, março de 2018.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.

Newton Cezar Conde
Atuário MIBA 549

Alberto dos Santos
Atuário MIBA 892

Daniel Rahmi Conde
Atuário MIBA 2126

16. PARECER ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS PLANO ENERGISA



PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente o Plano de Benefícios **ENERGISA**, na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela **ENERGISAPREV – FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA**, que foi instituído em 07/04/2017 e as Patrocinadoras conforme relação anexa no final deste Parecer, tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e as bases técnicas adotadas pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela **ENERGISAPREV**. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo/Custeio Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Nesta avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela **CONDE**, da qual o presente “Parecer Atuarial” é parte integrante.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Características do Plano

O Plano de Benefícios **ENERGISA**, administrado pela **ENERGISAPREV**, **CNPB** nº 2017.0006-47, está estruturado na modalidade de Contribuição Definida de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, e da Instrução SPC nº 9, de 17/01/2006 e publicada em 19/01/2006.

Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de dezembro/2017, contempla todos os Participantes do Plano, tendo sido previamente submetido ao processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Descrição	Ativos ^(*)	Assistidos			Total de Participantes
		Aposentados	Pensionistas	Total	
Quantidade de Participantes	349	0	0	0	349
Folha Salarial / Benefício (mensal)	1.271.255	0	0	0	1.271.255
Salário Médio / Benefício Médio (mensal)	3.643	0	0	0	3.643
Idade Média	33	0	0	0	33
Tempo Médio de Admissão (anos)	4	-	-	-	-
Tempo Médio para Aposent. (anos)	13	-	-	-	-
Tempo Médio de Plano (anos)	1	-	-	-	-

(*) Incluso os participantes em DSR, Aux. Doença e desligados.

Recomposição Salarial e de Benefícios

Considerando que os dados cadastrais e os resultados desta avaliação correspondem a dezembro/2017, para os Participantes Ativos os Salários de Participação não foram recompostos.

Segundo informações da **EnergisaPrev**, não existem participantes assistidos.

Bases Técnicas e Hipóteses Atuariais

As Bases Técnicas e as Hipóteses Atuariais utilizadas nesta Avaliação Atuarial de 2017 são as seguintes:

Tábuas Biométricas e Variáveis Econômicas

Tendo em vista a Característica do Plano ser de Contribuição Definida não são aplicáveis.

Regime Financeiro

Para Aposentadorias e Pensão por Morte, Capitalização Financeira; Repartição Simples para Despesas Administrativas.

Estudo de Aderência

Tendo em vista a Característica do Plano ser de Contribuição Definida, os estudos de aderências não são aplicáveis.

Taxa de juros

Tendo em vista a Característica do Plano ser de Contribuição Definida, os estudos de aderências da taxa de juros não foram verificados.

Rentabilidade do Plano

A rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios **ENERGISA**, calculada pela variação da cota, atingiu no exercício a partir de maio de 2017 o percentual de 3,56% que, comparado com a inflação acumulada no mesmo período de 0,99% (INPC/IBGE), resultou na taxa real líquida no exercício de 2,55% no exercício (de maio a dezembro/2017).

Patrimônio do Plano

Apresentamos o cálculo do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios **ENERGISA CD**, considerando o balanço contábil de 31/12/2017:

Situação em 31 de dezembro		Valores em R\$
Situação do Plano de Benefícios (*)		2017
Ativo Total		902.210
Exigível Operacional		(3.410)
Exigível Contingencial		0
Fundo Previdencial		(406)
Fundo Administrativo		(31.108)
Fundo dos Investimentos		(327)
Patrimônio de Cobertura do Plano		866.959

(*) Informações coletadas do Balancete.

Dívidas Contratadas

Não existe registro de dívida contratada no balanço do Plano de Benefícios **ENERGISA**.

Passivo Judicial

Não existe registro de passivo Judicial no balanço do Plano de Benefícios **ENERGISA**.

Resultados dos Custos e das Reservas Matemáticas

Apresentamos a seguir o quadro referente aos custos totais do plano, sendo 5,98% vindo de Participantes Ativos do plano e 5,61% das Patrocinadoras, quando adicionado as taxas de carregamento para as Despesas Administrativas dos Participantes e das Patrocinadoras, totaliza 12,51% sobre o total dos Salários de Participação.

Benefícios (*)	Custo Atuarial Nivelado (%)		
	2017		
	Part.(%)	Patr.(%)	Total (%)
Aposentadoria (sobrevivência)	5,98	5,61	11,59
Taxa de Carregamento	0,46	0,46	0,92
Custo Total	6,44	6,07	12,51

(*) Custos Atuariais em % sobre o total dos Salários de Participação dos Participantes Ativos.

Sobre os Custos dos Benefícios de Invalidez e Pensão por Morte, não foram disponibilizados os participantes que optaram pela cobertura adicional dos benefícios decorrentes de invalidez e morte do Participante pelo via Companhia Seguradora.

As Despesas Administrativas foram informadas pela **ENERGISAPREV**, tendo em vista o orçamento constante no Plano de Gestão Administrativa de 2018, e foram discriminadas no item do Plano de Custeio.

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$866.958,90, conforme quadro a seguir:

Reservas Matemáticas em 31 de dezembro		Valores em R\$
Descrição	2017	
Benefícios Concedidos	0	
Benefícios a Conceder	866.959	
Reservas a Amortizar	0	
Total de Reservas Matemáticas	866.959	

Ressaltamos que os saldos de Contas e as cotas estão posicionados em dezembro/2017, e o seu controle é de responsabilidade do administrador, ou seja, são coletadas as informações da base de dados cadastrais e informações mensais da **ENERGISAPREV**.

Plano de Custeio

As contribuições elencadas a seguir são realizadas em 12 (doze) vezes mensais e não incidirão sobre o 13º salário.

As Contribuições Normais dos Participantes Ativos e dos Participantes Autopatrocinados são determinadas pelo percentual livremente escolhido pelos participantes de 2% a 20% sobre o Salário de Participação, e uma contribuição voluntária de valor e periodicidade livremente escolhidos pelos Participantes.

As Contribuições Normais das Patrocinadoras correspondem ao mesmo percentual escolhido pelo participante, contudo, é limitado a 7% sobre o Salário de Participação.

A Contribuição Adicional de Risco é facultativa e destinada a dar cobertura aos benefícios por invalidez e morte do Participante Ativo e do Autopatrocinado, por meio de companhia seguradora.

A Patrocinadora não pagará nenhuma espécie de contrapartida em relação às Contribuições Voluntárias e Adicional de Risco recolhidas pelo Participante, bem como em favor dos Autopatrocinados e Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido.

Despesas Administrativas

De acordo com a informação da **ENERGISAPREV**, as despesas administrativas serão custeadas pelos Participantes e pelos Autopatrocinados, pelo percentual de carregamento de 7,70% aplicado sobre a contribuição normal mensal, para os Participantes em BPD no valor de R\$43,00, e por fim, pelo percentual de carregamento de 7,70% da Patrocinadora sobre a contribuição normal mensal dos Participantes.

Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do Plano Previdencial, no valor total de R\$866.959,90, equipara-se as Reservas Matemáticas de R\$866.959,90, tornando o plano equilibrado.

Situação em 31 de dezembro		Valores em R\$1,00
Descrição		2017
a) Patrimônio de Cobertura do Plano		866.959
b) Reservas Matemáticas		(866.959)
a-b = Equilíbrio		0

Duração do Passivo do Plano

Conforme o artigo 4º, da Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015:

“Art. 4º Os fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano devem considerar os benefícios a conceder e concedidos que tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão.”

Por se tratar de um Plano CD Puro, não se aplica a Duração do Plano.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o custo do Plano de Benefícios **ENERGISA**, calculado pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**, resultou em 12,51% da folha de Salários de Participação, por outro lado, a **ENERGISAPREV – FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA** arrecada contribuições na proporção de 12,51% sobre o total dos mesmos Salários, demonstrando um equilíbrio entre o custo e custeio.

O Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios, em 31/12/2017, foi de R\$866.958,90, para fazer frente às Reservas Matemáticas que totalizaram R\$866.958,90, gerando um perfeito equilíbrio.

Tendo em vista a Característica do Plano ser de Contribuição Definida, os estudos de aderências não são aplicáveis.

O Plano de Benefícios **ENERGISA** tem características de Plano de Contribuição, assim, com base em tais fatos, se justifica o perfeito equilíbrio financeiro-atuarial.

Os resultados da Avaliação Atuarial são sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos atuariais, assim as modificações futuras nas experiências observadas nas expectativas de vida poderão implicar em variações nos resultados atuariais.

São Paulo, março de 2018.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.

Newton Cezar Conde
Atuário MIBA 549

Alberto dos Santos
Atuário MIBA 892

Daniel Rahmi Conde
Atuário MIBA 2126

ANEXO: Patrocinadoras

Conforme informações da **EnergisaPrev**, são Patrocinadoras do Plano de Benefícios **ENERGISA**:

- ENERGISA S/A
- ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A;
- ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A;
- ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A;
- ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A;
- ENERGISA SUL SUDESTE S/A, atual denominação de:
 - CAIUÁ - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A;
 - COMPANHIA FORÇA E LUZ DO OESTE S/A;
 - COMPANHIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA S/A;
 - EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA VALE PARANAPANEMA S/A; e,
 - EMPRESA ELÉTRICA BRAGANTINA S/A.
- ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A;
- ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A;
- ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A;
- ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A;
- ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA;
- ENERGISA SERVIÇOS AÉREOS DE AEROINSPEÇÃO S/A;
- MULTI ENERGISA SERVIÇOS S/A;
- ENERGISA SOLUÇÕES S/A;
- ENERGISA SOLUÇÕES - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EM LINHAS E REDES S/A;
- ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA; e,
- EnergisaPrev - FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA

17. PARECER ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS PLANO RISCO



PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente o Plano de Benefícios **RISCO**, na modalidade de Benefício Definido, administrado pela **ENERGISAPREV – FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA**, que foi instituído em 01/08/1986 e Patrocinado pela: Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A; DENERGE Desenvolvimento Energético S/A.; EEVP – Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.; Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A; Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A; Rede Energia Participações S/A.; Rede Power do Brasil S/A.; Tocantins Energética S.A.; Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A; EnergisaPrev – Fundação Energisa de Previdência, tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e as bases técnicas adotadas pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela **ENERGISAPREV**. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, mortalidade, dentre outros que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela **CONDE**, da qual o presente “Parecer Atuarial” é parte integrante.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Características do Plano

O Plano de Benefícios **RISCO**, administrado pela **ENERGISAPREV**, **CNPB** nº2006.0066-65, está estruturado na modalidade Benefício Definido, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005 e da Instrução SPC nº 9, de 17/01/2006, publicada em 19/01/2006.

Alteração Regulamentar

No ano de 2017, existiram estudos para alterações regulamentares de fechamento do Plano no Plano de Benefícios **RISCO**.

Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de outubro/2017, contempla todos os Participantes do Plano, tendo sido previamente submetido ao processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Descrição	Ativos ^(*)	Assistidos			Total de Participantes
		Aposentados	Pensionistas	Total	
Quantidade de Participantes	4.474	41	39	80	4.554
Folha Salarial / Benefício (mensal)	11.841.024	143.936	131.155	275.091	12.116.115
Salário Médio / Benefício Médio (mensal)	2.647	3.511	3.363	3.439	2.661
Idade Média	36	59	53	56	36
Tempo Médio de Admissão (anos)	8	-	-	-	-
Tempo Médio para Aposent. (anos)	20	-	-	-	-
Tempo Médio de Plano (anos)	8	-	-	-	-

(*) Foram considerados os participantes BPD, Autopatrocínados e em condição de resgate.

Recomposição Salarial e de Benefícios

Considerando que o reajuste relativo ao dissídio salarial tem como base o mês informado por Patrocinadora, e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2017, os salários, para efeito desta avaliação, foram recompostos, logo, tiveram um acréscimo conforme posição de reajuste observado por patrocinadora, vide quadro a seguir:

Patrocinadora (*)	Varição Acumulada do INPC-IBGE	Período
ESS	0,81%	abr/2017 - nov/2017
ENERGISA EMPRESAS	0,81%	abr/2017 - nov/2017
ENERGISA TO	0,73%	mai/2017 - nov/2017
TOCANTINS ENERGETICA	0,73%	mai/2017 - nov/2017
ENERGISAPREV	1,80%	jan/2017 - nov/2017
ENERGISA MS	2,19%	out/2016 - nov/2017
ENERGISA MT	2,19%	out/2016 - nov/2017

(*) Data do dissídio, por Patrocinadora, informada pela **EnergisaPrev**.

Considerando o regulamento do Plano e que os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2017, os benefícios, para efeito desta avaliação foram recompostos, logo, tiveram um acréscimo de 2,02% referentes à variação acumulada do INPC-IBGE de novembro/2016 a novembro/2017.

Cabe esclarecer que os procedimentos descritos nos parágrafos anteriores objetivam posicionar os salários e benefícios no pico, extraíndo desses todo e qualquer efeito de defasagem desencadeada pela inflação do período.

Hipóteses Atuariais

As premissas Atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial de 2017 são as seguintes:

Tábuas Biométricas

Tábuas Biométricas	2017	2016
Tábua Geral	BR-EMS 2015 por Sexo*	AT-2000 Suav. 10% por Sexo
Tábua Geral Anuidade de Pensão	BR-EMS 2015 por Sexo*	AT-2000 Suav. 10% por Sexo
Tábua - Risco Morte / Capitalização	BR-EMS 2015 por Sexo*	AT-2000 Suav. 10% por Sexo
Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de Ativos	Combinação das tábuas BR-EMS 2015 por sexo, Light Média e MI-85 por sexo - Método Hamza.	Combinação das tábuas AT 2000 suav. 10% por sexo, Light Média e MI-85 por sexo - Método Hamza.

(*) Para os Benefícios a Conceder utilizada a Tábua BR-EMM 2015 por sexo (Tábua de Mortalidade).

Variáveis Econômicas

Variáveis Econômicas Anuais	2017	2016
Taxa de Juros	5,69%	5,69%
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%
Taxa de Crescimento Salarial	3,25%	3,00%
Taxa de Crescimento de Benefícios	0,00%	0,00%
Capacidade Salarial	98,00%	98,00%
Capacidade de Benefícios	98,00%	98,00%
Índice do Plano	INPC-IBGE	INPC-IBGE

Anuidades de Pensão

A Tábua de Anuidade de Pensão	2017	2016
Ativos	Família Média Padrão - ENERGISAPREV	Família Média Padrão - ENERGISAPREV
Assistidos	Elaborada a partir da Família Real conforme base de dados dos Aposentados informada pela ENERGISAPREV	Elaborada a partir da Família Real conforme base de dados dos Aposentados informada pela ENERGISAPREV

Estudo de Aderência

A **CONDE**, a partir de dados fornecidos pela **ENERGISAPREV**, elaborou os Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas, com o objetivo de indicar as hipóteses que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do estudo atuarial, bem como apresentar os impactos da sua aplicação em comparação com outras hipóteses, exceto a Taxa de juros, que demonstramos no item seguinte.

Observados os resultados dos Estudos de Aderência elaborados, a **CONDE** recomendou a adoção das seguintes tábuas: BR-2015 EMS por Sexo para mortalidade geral, Light Média para entrada em invalidez e MI-85 por Sexo para mortalidade de inválidos. Para os Benefícios a Conceder, utiliza-se a tábua BR-EMS 2015 Mortalidade por Sexo.

Elaboramos os estudos da Taxa de Crescimento Salarial, com as bases de dados recebidas, considerando os Salários e as idades dos Participantes Ativos, e identificamos os reajustes espontâneos (promoções) e o dissídio (reposição de inflação), assim, a taxa de crescimento salarial média ficou em 3,25% ao ano.

Considerando que os reajustes dos salários e benefícios são anuais e tendo em vista que nos próximos anos a expectativa média de inflação é de 4,00% ao ano, encontramos a Capacidade Salarial e de Benefícios de 98% ao ano.

Taxa de juros

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação.

Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 5,69% ao ano, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da **ENERGISAPREV**, conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovada pela Previc.

Informamos que esta taxa de juros foi baseada em estudos desenvolvidos por consultoria de investimentos externa, contratada pela **ENERGISAPREV**, motivo pelo qual não foram processados os respectivos estudos de aderência pela **CONDE**.

Rentabilidade do Plano

A rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios **RISCO**, calculada pela **ENERGISAPREV**, atingiu no exercício de 2017 o percentual de 8,88% que, comparado com a inflação acumulada no período de 2,07% (INPC/IBGE), acrescido do juro atuarial anual de 5,69%, resultou na taxa de rentabilidade real líquida positiva no exercício de 0,93%.

Patrimônio do Plano

Apresentamos o cálculo do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios **RISCO**, considerando o balanço contábil de 31/12/2017:

Situação do Plano de Benefícios (*)	Valores em R\$	
	2017	2016
Ativo Total	48.859.631	45.315.916
Exigível Operacional	(468.946)	(360.768)
Exigível Contingencial	0	0
Fundo Previdencial	0	0
Fundo Administrativo	(2.782.431)	(2.223.137)
Fundo dos Investimentos	(8.393)	(6.831)
Patrimônio de Cobertura do Plano	45.599.861	42.725.180

(*) Informações coletadas do Balancete.

Dívidas Contratadas

Não existe registro de dívida contratada no balanço do Plano de Benefícios **RISCO**.

Passivo Judicial

Não existe registro de passivo judicial no balanço do Plano de Benefícios **RISCO**.

Retirada de Patrocínio

No exercício de 2017, houve registro, no balanço do Plano de Benefícios **RISCO**, de pagamentos de reservas não resgatadas, referentes à Retirada de Patrocínio da ELUCID Solutions S.A, que ocorreu em 2013.

Estudo de Viabilidade

No exercício de 2017, foi realizado Estudo Atuarial de Viabilidade, tendo em vista a situação de agravamento dos riscos financeiros e biométricos para os Participantes Ativos, mediante ao fechamento do Plano de Benefícios. Assim, neste Estudo foi observada a probabilidade de ocorrência de eventos de invalidez e óbito no período de 10 anos. A referida simulação tem como objetivo estimar e preparar o plano para eventuais impactos decorrentes de variações biométricas, por meio da constituição de um Fundo de Oscilação de Riscos - Patronal, tendo em vista a intenção do fechamento do Plano às novas adesões.

No quadro a seguir, identificamos os custos, de forma decrescente e sobre os Salários do período de 10 anos, que representa metade do tempo médio para aposentadoria dos participantes, para constituição do Fundo:

Ano	Custo
2018	0,86%
2019	0,81%
2020	0,76%
2021	0,71%
2022	0,66%
2023	0,61%
2024	0,56%
2025	0,51%
2026	0,46%
2027	0,41%
Média	0,64%

% sobre os Salários Reais de Contribuição do período

Desta forma, os resultados e custos serão revisados anualmente em Estudos posteriores, a fim de ajustar a necessidade e forma de custeio e reversão de valores do Fundo de Oscilação de Riscos-Patronal.

Resultados dos Custos e das Reservas Matemáticas

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo total de 3,96% sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição dos Participantes Ativos inscritos no Plano de Benefícios e são cobertos pelas Patrocinadoras, sendo o percentual de 2,31% para os benefícios de Riscos, sobre o valor da folha de salário, e 1,65% sobre os salários para as despesas administrativas.

Custo Atuarial Nivelado (%)		
Benefícios (*)	2017	2016
	% Custo	% Custo
Aposentadorias por Invalidez	0,37	0,39
Pensão por Morte	0,09	0,09
Pecúlio por Morte	0,11	0,07
Auxílio-Doença (**)	0,72	0,84
Despesas Administrativas	1,65	1,65
Ajuste do Plano	0,16	0,16
Custo Normal	3,10	3,20
Extraordinária	0,00	0,00
Custo Subtotal	3,10	3,20
Fundo de Oscilação de Riscos	0,86	-
Custo Total	3,96	3,20

(*) Custos atuariais sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição dos participantes Ativos inscritos no Plano;

(**) O auxílio-doença e as despesas administrativas, os custos são orçamentários.

As Despesas Administrativas foram informadas pela **ENERGISAPREV**, tendo em vista o orçamento constante no Plano de Gestão Administrativa de 2018, e foram discriminadas no item do Plano de Custeio.

Para esta avaliação o percentual de 1,65%, relativo ao custo administrativo, quando aplicado sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição dos Participantes Ativos inscritos no Plano, equivale a R\$ 2.379.449,16.

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$53.105.221,00, conforme quadro a seguir:

Reservas Matemáticas em 31 de dezembro		Valores em R\$	
Descrição	2017	2016	
Benefícios Concedidos	48.955.043	44.993.533	
Benefícios a Conceder	4.150.178	3.972.671	
Benefícios do Plano com a Geração Atual	18.880.904	19.935.363	
Outras Contribuições da Geração Atual	(14.730.726)	(15.962.692)	
Reservas a Amortizar	-	(4.389.510)	
Total de Reservas Matemáticas	53.105.221	44.576.694	

Plano de Custeio

As contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes Autopatrocinaados serão fixadas a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, tendo em vista proposta da Diretoria-Executiva da **ENERGISAPREV** que, se estiver baseada no custo do plano, deverá arrecadar o equivalente a 3,96% da Folha Total do Salário Real de Contribuição dos Participantes Ativos inscritos no Plano.

Cabe esclarecer que esse custo está explicitado no item anterior, assim ele inclui, além do custo dos benefícios, as despesas administrativas e o Fundo de Oscilação de Riscos.

Contribuição em % (*)	Patrocinadoras
Contribuição	
Benefícios de Risco (**)	0,73
Auxílio-Doença	0,72
Despesas Administrativas	1,65
Custo Subtotal	3,10
Contribuição Extraordinária	-
Fundo de Oscilação de Riscos	0,86
Custo Total	3,96

(*) Custos atuariais sobre a Folha Total do Salário Real de Contribuição dos Participantes Ativos inscritos no Plano;

(**) Aposentadorias por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio por Morte.

Conforme informações da **ENERGISAPREV**, atualmente os participantes não contribuem para o Plano de Benefícios, exceto os autopatrocinados oriundos dos Planos **CEMAT BD-I** e **ELÉTRICAS BD-I**, que contribuem igualmente com as alíquotas das Patrocinadoras.

Autopatrocinaados

De acordo com a informação da **ENERGISAPREV**, as contribuições mensais dos Participantes Autopatrocinaados, com inscrições a partir de 01/01/1999, nos extintos Planos **CEMAT R** e **ELÉTRICAS R**, são definidas conforme constam no quadro a seguir, acrescidas da contribuição para as despesas administrativas, com a taxa de 1,65% sobre o Salário Real de Contribuição, sendo em dobro no mês de dezembro:

Salário Real de Benefício (Em Reais)	Idade (em anos completos)					
	Até 30	31 a 40	41 a 50	51 a 55	56 a 60	Acima de 60
até 1.600,00	1,06%	1,17%	1,46%	1,75%	2,33%	3,27%
De 1.600,01 a 2.000,00	1,09%	1,21%	1,50%	1,80%	2,40%	3,36%
De 2.000,01 a 2.400,00	1,11%	1,23%	1,53%	1,83%	2,45%	3,42%
De 2.400,01 a 2.800,00	1,12%	1,24%	1,55%	1,86%	2,48%	3,47%
De 2.800,01 a 3.400,00	3,70%	4,10%	5,10%	6,12%	8,16%	11,42%
De 3.400,01 a 4.000,00	6,05%	6,70%	8,33%	10,00%	13,34%	18,67%
De 4.000,01 a 5.000,00	7,93%	8,79%	10,93%	13,12%	17,50%	24,49%
De 5.000,01 a 6.000,00	9,55%	10,59%	13,16%	15,80%	21,08%	29,50%
De 6.000,01 a 7.000,00	10,61%	11,76%	14,61%	17,54%	23,40%	32,75%
De 7.000,01 a 8.000,00	11,35%	12,58%	15,64%	18,78%	25,05%	35,05%
De 8.000,01 a 10.000,00	11,44%	12,68%	15,76%	18,92%	25,24%	35,32%
De 10.000,01 a 12.000,00	12,01%	13,31%	16,55%	19,87%	26,50%	37,09%
Acima de 12.000,00	12,20%	13,52%	16,80%	20,17%	26,91%	37,66%

O enquadramento, na tabela acima, deverá ser feito pela idade e pelo Salário Real de Benefício do Participante na data da opção como Autopatrocinaado e vigorará para o ano em curso. A cada ano, em 31 de dezembro, far-se-á um novo enquadramento pela idade e Salário Real de Benefício, para vigorar no exercício seguinte.

Para as contribuições mensais dos participantes Autopatrocinaados, cuja inscrição é oriunda dos Planos **CEMAT BD-I** e **ELÉTRICAS BD-I**, será aplicada a mesma alíquota da Patrocinadora, acrescida da contribuição para as despesas administrativas, com a taxa de 1,65% sobre o Salário, sendo em dobro no mês de dezembro.

Despesas Administrativas

Patrocinadoras

De acordo com a informação da **ENERGISAPREV**, as despesas administrativas serão custeadas pelas Patrocinadoras, pela taxa de carregamento de 1,65% aplicado sobre o Folha Total do Salário Real de Contribuição dos Participantes Ativos inscritos no Plano (12 vezes ao ano).

Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do Plano Previdencial, no valor total de R\$45.599.860,53, não cobre as Reservas Matemáticas de R\$53.105.221,00, gerando um déficit de R\$7.505.360,47, que corresponde a 14,13% das Reservas Matemáticas posicionadas em dezembro/2017.

Situação em 31 de dezembro	Valores em R\$	
	2017	2016
a) Patrimônio de Cobertura do Plano	45.599.861	42.725.180
b) Reservas Matemáticas	(53.105.221)	(44.576.694)
a-b = (Déficit)	(7.505.360)	(1.851.514)

Duração do Passivo do Plano

A duração do passivo do Plano é calculada conforme a legislação e representa a média dos prazos dos fluxos anuais de pagamentos de benefícios líquidos, ponderados pelo valor presente desses. A duração verificada em dezembro de 2017, para o Plano de Benefícios **RISCO** da **ENERGISAPREV**, é de 14,51 anos.

Déficit do Plano

A **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL** verificou o valor mínimo que deverá ser financiado, aplicando a Resolução CNPC Nº 22, de 25 de novembro de 2015.

O Limite mínimo, segundo a legislação, é determinado pela seguinte fórmula:

$$LDTA^* = 1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Reservas Matemáticas.}$$

LDTA = Limite de Déficit Técnico Acumulado

Vale salientar que a duração calculada em dezembro de 2017, para o Plano, é de 14,51 anos, logo $1\% \times (14,51 - 4) = 10,51\%$.

Ao aplicar os 10,51% sobre as Reservas Matemáticas, ou seja, sobre R\$53.105.221,00, o limite mínimo que poderá ser mantido no plano sem equacionamento é de R\$5.581.358,73; logo, todo déficit acima desse valor deverá ser equacionado.

O valor a ser equacionado é de R\$501.448,59, que equivale à diferença entre o déficit ajustado de R\$6.082.807,32 (incluído o ajuste de precificação de R\$ 1.422.553,15 demonstrado no item seguinte) e o limite mínimo de R\$5.581.358,73.

O prazo estipulado para o equacionamento do déficit, segundo a resolução CGCP 22, é de 1,5 a duração do passivo. Como a duração do plano é de 14,51, o valor demonstrado poderá ser financiado em 21 anos.

Como demonstrado nos resultados, o Plano de Benefícios **RISCO** encontra-se com déficit, que deverá ser financiado, logo, essa situação de desequilíbrio precisa ser equacionada por meio da proposição de um plano de amortização, descrito a seguir.

Em R\$

Descrição	Valores
Reservas Matemáticas (R\$)	53.105.221
Duração (anos)	14,51
Déficit Apurado (R\$)	(7.505.360)
Ajuste de Precificação	1.422.553
Déficit Apurado (R\$) - Ajuste	(6.082.807)
Limite do Déficit	5.581.359
Relação do Limite	10,51%
Equacionamento Mínimo	(501.449)
% do Equacionamento Mínimo	0,94%
Valor Equacionado	(501.449)
Prazo Máx. do Financ. (anos)	21,0
Prazo Máx. do Financ. (meses)	252

Observando a Resolução CNPC 22/2015, o Plano de Equacionamento do Déficit será elaborado até o final do exercício subsequente ao do Déficit apurado, no caso, no exercício de 2018.

Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC Nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução nº 16, de 19/11/2014, e conforme Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015, reproduzimos a seguir o Ajuste de Precificação de Ativos – que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento – elaborado pela Contabilidade da **ENERGISAPREV**:

Valores em R\$

Posição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
NTN-B Accrual	30.781.171,22	32.203.724,37	1.422.553,15
TOTAL	30.781.171,22	32.203.724,37	1.422.553,15

CONCLUSÃO

Conclui-se que o custo do Plano de Benefícios **RISCO**, calculado pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**, resultou em 3,96% do Folha Total do Salário Real de Contribuição, por outro lado a **ENERGISAPREV – FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA** arrecada contribuições equivalentes a 3,96% dos mesmos Salários, conforme a Proposta do Plano de Custeio.

O Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios, em 31/12/2017, foi de R\$45.599.860,53, para fazer frente às Reservas Matemáticas que totalizaram R\$53.105.221,00, gerando um déficit de R\$7.505.360,47, que corresponde a 14,13% das Reservas Matemáticas.

Conforme estudo de aderência de hipóteses biométricas elaborado para o exercício de 2017, foram alteradas as tábuas adotadas na última Avaliação Atuarial para o Plano de Benefícios **RISCO**, administrado pela **ENERGISAPREV**, sendo adotadas as tábuas: BR-EMS 2015 por Sexo para mortalidade geral, Light Média para entrada em invalidez e MI-85 por Sexo para mortalidade de inválidos. Para os Benefícios a Conceder utiliza-se a tábua BR-EMS 2015 Mortalidade por Sexo.

O Crescimento Salarial apresentou uma taxa média exponencial de 3,25% ao ano, conforme as Bases de Dados fornecidas pela **ENERGISAPREV**.

No exercício de 2017, foi realizado Estudo Atuarial de Viabilidade tendo em vista a situação de agravamento dos riscos financeiros e biométricos mediante proposta de fechamento do Plano, assim, sugerimos a criação de um Fundo de Oscilação de Riscos.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefícios **RISCO**, da **ENERGISAPREV**, encontra-se em situação financeiro-atuarial deficitária.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinados com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, rotatividade, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade e invalidez poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

São Paulo, março de 2018.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.

Newton Cezar Conde
Atuário MIBA 549

Alberto dos Santos
Atuário MIBA 892

Daniel Rahmi Conde
Atuário MIBA 2126

18. PARECER DO CONSELHO FISCAL

ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EnergisaPrev – FUNDAÇÃO ENERGISA DE PREVIDÊNCIA REALIZADA EM 27/03/2018

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às 09h00, na Rua Teixeira nº 467, Bairro Taboão, na cidade de Bragança Paulista – SP, realizou-se a 75ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da EnergisaPrev – Fundação Energisa de Previdência, com a presença dos Senhores Conselheiros: Jorge Luiz de Souza Cerqueira; Adilson Carvalho Panizza e Alane Fernandes Maciel, além dos membros da Diretoria Executiva da EnergisaPrev do contador da EnergisaPrev e dos auditores da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., tendo por objeto a seguinte pauta: 1) Emissão do Relatório de Manifestação relativo ao 2º semestre de 2017, acerca da aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e a política de investimentos, a aderência das premissas e hipótese atuariais e a execução do orçamento – Art. 19 da Res. CGPC nº 13/2004 e inciso IV do art. 45 do Estatuto Social; 2) Emissão de Parecer sobre o balanço patrimonial Anual e Demonstrações Contábeis – Exercício 2017 – inciso II do art. 45 do Estatuto Social; 3) Examinar Balancetes relativos aos meses de outubro, novembro e dezembro/2017, inciso I do art. 45 do Estatuto Social;

Dando início à reunião, assumiu a presidência da reunião do Conselho Fiscal, a Sr. Jorge Luiz de Souza Cerqueira, que agradeceu a presença de todos, convidando em seguida a mim, Adilson Carvalho Panizza, para secretariá-lo.

O Conselho Fiscal emitiu o Relatório de Manifestação/Controles Internos relativo ao 2º semestre de 2017 (parte integrante desta ata), acerca da aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e a política de investimentos, da aderência as premissas e hipótese atuariais, da aderência a execução do orçamento e da aderência e eficiência dos controles internos, conforme Art. 19 da Res. CGPC nº 13/2004 e inciso IV do art. 45 do Estatuto Social. Após assinatura dos conselheiros, o colegiado solicitou que o referido relatório fosse entregue ao Conselho Deliberativo para conhecimento.

Emissão de Parecer sobre o balanço patrimonial Anual e Demonstrações Contábeis – Exercício 2017 – inciso II do art. 45 do Estatuto Social. Na sequência o Sr. Jorge Luiz de Souza Cerqueira passou a palavra aos Auditores Independentes da empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que teceram seus comentários a respeito dos trabalhos realizados sobre a auditoria de balanço e demonstrações dos fluxos financeiros do exercício findo 2017, destacando a revisão dos procedimentos adotados com relação à circularização, flutuações dos saldos financeiros, análise de eventos subsequentes e revisão das demonstrações contábeis. A conclusão da análise da auditoria foi positiva não existindo nenhuma ressalva ao Balanço e Notas Explicativas do exercício de 2017, assim como não existe nenhuma distorção nos controles internos. A Ernst & Young recomendou apenas que ao longo de 2018, o Conselho Fiscal monitore o déficit técnico dos planos Cemat-BD, Elétricas-BD e Plano-R. Após a exposição dos auditores da Ernst & Young, os senhores conselheiros, no exercício das atribuições que lhes confere o inciso III do artigo 45 do Estatuto Social da EnergisaPrev emitiram parecer sobre o balanço patrimonial anual, aprovando por unanimidade as demonstrações contábeis do exercício findo de 2017.

Examinar Balancetes relativos aos meses de outubro, novembro e dezembro/2017, inciso I do art. 45 do Estatuto Social. Em seguida, a Diretoria entregou a todos conselheiros os balancetes relativos aos meses de outubro, novembro e dezembro/2017 com as contas de resultado para análise. O Conselho Fiscal analisou a documentação recebida, que segue arquivada na entidade, e por decisão unânime dos presentes aprovou os balancetes dos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2017.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da reunião e do Conselho Fiscal ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e impressa a presente ata, que lida e achada conforme, foi devidamente assinada.

Bragança Paulista - SP, 27 de março de 2018.

Presidente da Reunião: Jorge Luiz de Souza Cerqueira

Secretário: Adilson Carvalho Panizza
Conselheiros Membros Efetivos:
Jorge Luiz de Souza Cerqueira
Adilson Carvalho Panizza
Alane Fernandes Maciel

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da EnergisaPrev – Fundação Energisa de Previdência, abaixo assinados, no pleno exercício das atribuições que lhes confere o artigo 45, do Estatuto Social da entidade, em atendimento à Instrução MTPS –PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, em conformidade com o item 17, aprovam o Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis, relativos ao exercício de 2017, consubstanciada pelo Parecer do CONDE Consultoria Atuarial Ltda., responsável pelos Planos de Benefícios, bem como pelo Relatório dos Auditores Independentes da empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S., recomendam sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da EnergisaPrev, na forma do disposto no artigo 26, inciso XI do Estatuto Social.

Braganç  Paulista - SP, 27 de març o de 2018.

Presidente da Reunião: Jorge Luiz de Souza Cerqueira

Secretário: Adilson Carvalho Panizza

Conselheiros Membros Efetivos:
Jorge Luiz de Souza Cerqueira
Adilson Carvalho Panizza
Alane Fernandes Maciel

19. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Referência: Demonstrações Contábeis 2017

Em atendimento à Instrução MTPS-PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, este Conselho reunido em 27 de março de 2018, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, para análise das Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2017 e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

1. Das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2017.

Em conformidade com a Instrução MTPS-PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, aprovada pela Diretoria Executiva.

2. Dos Pareceres: Atuarial e Auditor Independente

Parecer Atuarial em conformidade com o item 17, letra “i”, da Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, emitido pelo Conde Consultoria Atuarial;

Relatório do Auditor Independente em conformidade com o item 17, letra “h”, da Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

3. Comentários do Conselho Fiscal.

Evolução do Patrimônio da EFPC e dos Planos de Benefícios.

Evolução do Resultado da EFPC e dos Planos de Benefícios.

Evolução do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) consolidado e dos Planos de Benefícios.

Evolução dos Recursos Coletados (contribuições) e Recursos Utilizados (benefícios), consolidado e dos Planos de Benefícios.

Evolução dos resultados dos Investimentos.

Evolução do custeio administrativo, despesas administrativas e do fundo administrativo.

Existência de Déficit Técnico nos Planos Elétricas BD-I, Cemat BD-I, e Plano-R.

Bragança Paulista - SP, 27 de março de 2018.

Presidente da Reunião: Jorge Luiz de Souza Cerqueira

Secretário: Adilson Carvalho Panizza

Conselheiros Membros Efetivos:

Jorge Luiz de Souza Cerqueira

Adilson Carvalho Panizza

Alane Fernandes Maciel